

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Hellen Kelmer Gomes

**A Utilização de Atividades Extra Classe para Formação continuada em uma Escola
Estadual da Zona da Mata Mineira**

Juiz de Fora

2025

Hellen Kelmer Gomes

**A Utilização de Atividades Extra Classe para Formação continuada em uma Escola
Estadual da Zona da Mata Mineira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gomes, Hellen Kelmer.

A Utilização de Atividades Extra Classe para Formação continuada em uma Escola Estadual da Zona da Mata Mineira / Hellen Kelmer Gomes. -- 2025.

106 f.

Orientadora: Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. reuniões coletivas. 2. atividades extraclasse. 3. formação colaborativa. 4. formação continuada em serviço. I. da Silva Azevedo Alvim, Maria Isabel, orient. II. Título.

Hellen Kelmer Gomes

**A Utilização de Atividades Extra Classe para Formação continuada em uma
Escola Estadual da Zona da Mata Mineira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 21 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Dr.(a) Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. (a) Dr.(a) Liamara Scortegagna
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. (a) Dr.(a) Helena Rivelli de Oliveira
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 19/05/2025.



Documento assinado eletronicamente por Liamara Scortegagna, Professor(a), em 19/05/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Helena Rivelli de Oliveira, Usuário Externo, em 19/05/2025, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por MARIA ISABEL DA SILVA AZEVEDO ALVIM, Usuário Externo, em 20/05/2025, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2406019 e o código CRC FA5323FE.

Aos que torcem verdadeiramente por mim. Por causa desse amor, fazem minha vida ter sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às forças divinas pela chance de experienciar uma formação tão profunda e transformadora, como foi este mestrado profissional do Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP).

Ao meu companheiro de vida, pela paciência e pela compreensão nas ausências neste longo período de dedicação ao mestrado.

Agradeço à minha orientadora, Dr.^a Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim, pela paciência nos momentos difíceis e pelos direcionamentos essenciais à construção deste trabalho.

Agradeço à Mayanna Auxiliadora Martins Santos e ao Alexandre Luís de Oliveira, assistentes de suporte acadêmico, que acompanharam todas as etapas desta pesquisa, com muito comprometimento e profissionalismo.

Agradeço a toda a equipe do PPGP da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pelo acolhimento, pelo profissionalismo e pela qualidade nos atendimentos e nas aulas, proporcionando experiências significativas de aprendizado!

Obrigada a toda a equipe da escola em que fui gestora durante todo o processo deste curso, pelo apoio e pelo incentivo, e aos professores pela participação crucial na pesquisa de campo deste trabalho.

Agradeço à minha “para sempre” secretária Denise Isaac, por ter aceitado caminhar ao meu lado no desafio da gestão escolar, ter sido meu braço direito e, principalmente, meu ombro amigo, dando forças para continuar nesta jornada de trabalhar e estudar em prol da gestão da Educação Pública!

Obrigada aos colegas de trabalhos em grupo, Leninha, Pollyana, Higo e Iara, que foram ombros amigos durante a perda de minha mãe, e não me deixaram desistir deste mestrado em um momento de grande tristeza, quando nem eu mesma acreditava ser possível continuar.

Agradeço ao coração imenso da Débora Vieira, líder da assistência acadêmica, por ter me acolhido em um momento tão difícil e ter mostrado que a Universidade é também um lugar de afeto.

Agradeço à Juliana Magaldi pelos direcionamentos assertivos, pela compreensão e por nunca me deixar desistir!

Obrigada às queridas Angélica Cosenza e Fernanda Bassoli, grandes profissionais de educação e musas inspiradoras da minha jornada acadêmica.

Por fim, meu agradecimento mais importante: à minha mãe, que sempre me apoiou em tudo, até o último momento, e me deixou a certeza de que de onde ela estiver estará orgulhosa desta conquista não só acadêmica, mas de vida e de amadurecimento!

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos. (Nóvoa, 1991, p.30)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal e de Juiz de Fora e analisa as atividades extraclasse realizadas por uma escola estadual. Para isso, parte da seguinte questão de pesquisa: “Como a equipe gestora da escola pode utilizar os momentos de reuniões coletivas, chamadas de Módulo II, para propiciar a formação continuada docente na escola?”. Como objetivo geral foi estabelecido analisar os desafios da gestão da escola em como organizar os momentos formativos dentro do Módulo II. Já os objetivos específicos são: I. Descrever o que são e como são cumpridas as reuniões pedagógicas, chamadas de módulo II; II. Compreender a organização das reuniões de módulo II e dias escolares da escola pesquisada; III. Compreender como a equipe gestora pode utilizar o módulo II e as horas de atividade extraclasse para formação continuada; IV. Propor ações voltadas para a gestão escolar que possam auxiliá-la na organização dos momentos formativos nas reuniões de Módulo II. Através da revisão de literatura sobre legislações que direcionam o cumprimento de atividades extraclasse, estudos sobre formação continuada docente e reuniões coletivas no meio escolar, o estudo foi desenvolvido através de uma investigação qualitativa, tendo como coleta de dados a metodologia da roda de conversa, cujo dados coletados serviram de embasamento para a construção de um Plano de Ação Educacional (PAE), que sugere cinco ações para planejamento de reuniões coletivas voltadas à formação continuada docente.

Palavras-chave: reuniões coletivas; atividades extraclasse; formação colaborativa; formação continuada em serviço.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the Professional Master's Program in Management and Evaluation of Public Education at the Federal University of Juiz de Fora and analyzes extracurricular activities carried out by a state school. It is guided by the following research question: “How can the school’s management team use collective meeting times, known as Module II, to promote ongoing teacher professional development within the school?”. The general objective is to analyze the challenges faced by school management in organizing training sessions within the Module II framework. The specific objectives are: I. To describe what pedagogical meetings, known as Module II, are and how they are conducted; II. To understand how Module II meetings and school days are organized in the school under study; III. To understand how the management team can use Module II and extracurricular hours for continuous professional development; IV. To propose actions aimed at supporting school management in organizing training moments during Module II meetings. Through a literature review of legislation guiding the implementation of extracurricular activities, studies on ongoing teacher professional development, and collective meetings in the school context, this study was carried out using qualitative research. Data was collected through the "conversation circle" methodology, and the collected data served as the basis for the development of an Educational Action Plan (EAP), which suggests five actions for planning collective meetings focused on continuous teacher training.

Keywords: collective meetings; extracurricular activities; collaborative training; in-service continuous professional development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2017	31
Quadro 2 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2018	32
Quadro 3 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2019	33
Quadro 4 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2020	34
Quadro 5 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2021	35
Quadro 6 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2022	37
Quadro 7 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2023	39
Quadro 8 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2024	40
Quadro 9 - Coleta de dados de sugestões de temas a serem abordados em reuniões de Módulo II destinadas à formação continuada.....	46
Quadro 10 - Coleta de dados de sugestões de organização das reuniões de Módulo II destinadas à formação continuada.	46
Quadro 11 - Coleta de dados de sugestões de organização de formatos das reuniões de Módulo II destinadas à formação continuada.....	48
Quadro 12 - Professores e EEBs que participaram ativamente com falas que foram analisadas.....	67
Quadro 13 - Dados da pesquisa e ações propositivas.....	85
Quadro 14 - Princípio do método 5W2H.....	86
Quadro 15 - Ação 1: Estudo e planejamento pela equipe gestora	88
Quadro 16 - Ação 2: Diagnóstico das necessidades formativas	89
Quadro 17 - Ação 3: Definição e planejamento dos temas a serem abordados nas reuniões...	91
Quadro 18 - Ação 4: Reuniões de Módulo II voltadas à formação continuada.....	93
Quadro 19 - Ação 5: Avaliações dos momentos formativos realizados.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise numérica das reuniões realizadas na escola no período pesquisado (Janeiro de 2017 a Julho de 2024)	41
Tabela 2 - Quantitativo de participantes da roda de conversa por categoria	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASB	Auxiliar de Serviços da Educação Básica
ATB	Assistentes Técnicos de Educação Básica
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CREI	Centros de Referência na Educação Especial Inclusiva
DED	Diário Escolar Digital
EEB	Especialista da Educação Básica
EEMC	Escola Estadual Marie Curie
FCPS	Formação Continuada de Professores em Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MASP	Matrícula do Servidor Público
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Plano de Ação Educacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
REANP	Regime Especial de Atividades não-presenciais
PEB	Professor de Educação Básica
PEUB	Professor de Ensino do Uso da Biblioteca
PL	Projeto de Lei
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Educação Básica
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SYSADP	Sistema de Controle de Quadro de Pessoal
SRE	Superintendência Regional de Ensino
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ENTENDENDO O QUE É “MÓDULO II” DOS PROFESSORES DE MINAS GERAIS.....	20
2.1	O MÓDULO II E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO NACIONAL E ESTADUAL	20
2.2	A ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO II NA EE MARIE CURIE	26
3	UM ESTUDO SOBRE O SIGNICADO DO MÓDULO II E FORMAÇÃO CONTINUADA.....	51
3.1	EXPLORANDO SIGNIFICADOS E RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE E REUNIÕES PEDAGÓGICAS / HORAS EXTRACLASSE	51
3.2	AS PESQUISAS SOBRE MÓDULO II, REUNIÕES PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO EM SERVIÇO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	57
3.3	BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA E REUNIÕES PEDAGÓGICAS NA ESCOLA ESTADUAL MARIE CURIE.....	61
3.4	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	68
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	84
4.1	AÇÃO 1: ESTUDO E PLANEJAMENTO PELA EQUIPE GESTORA.....	87
4.2	AÇÃO 2: DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES FORMATIVAS.....	89
4.3	AÇÃO 3: DEFINIÇÃO E PLANEJAMENTO DOS TEMAS A SEREM ABORDADOS NAS REUNIÕES VOLTADAS À FORMAÇÃO CONTINUADA	90
4.4	AÇÃO 4: REUNIÕES DE MÓDULO II VOLTADAS À FORMAÇÃO CONTINUADA	92
4.5	AÇÃO 5: AVALIAÇÃO SEMESTRAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS COM OS MOMENTOS FORMATIVOS.....	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A – Roteiro para a realização da roda de conversa com os professores.....	106

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi construída a partir de observações da trajetória profissional docente, em busca do entendimento da necessidade e da importância da formação continuada de professores e, também, do aproveitamento das reuniões coletivas das horas extra classe para esse fim. Na rede estadual de ensino de Minas Gerais, o termo "Módulo II" refere-se às reuniões pedagógicas de caráter coletivo, de participação obrigatória para os professores. Essas reuniões são organizadas pela direção escolar em conjunto com os Especialistas em Educação Básica (EEB) e têm como objetivo discutir temas pedagógicos, administrativos ou institucionais, alinhados às diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e proporcionar momentos de formação continuada para os professores. (Minas Gerais, 2024).

Quando se fala em formação continuada de professores, é importante compreender a construção da formação das pessoas em sua integralidade. Esse desenvolvimento humano exige uma aprendizagem que se alcança a partir do crescimento individual e coletivo dentro da cultura, a qual é incorporada, criada e recriada (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010). Assim, o ser humano está em constante evolução de saberes, e esse percurso é único para cada indivíduo, pois envolve as vivências do sujeito, o berço cultural, a trajetória familiar e diversos aspectos da vida, refletindo, também, em toda sua jornada profissional. Com o professor não é diferente: sua trajetória é marcada pelo “viver” e “construir” saberes e experiências de aprendizagem, tanto para si quanto para seus alunos.

A formação docente, portanto, não se resume a um único processo de formação profissional como um curso de licenciatura, por exemplo. Na verdade, ela é um processo contínuo durante o percurso profissional, mesclando a formação continuada com a formação sociocultural do sujeito. Diversos autores falam sobre a formação continuada docente e sua importância, tais como Alvarado-Prada (1997, 2006, 2010), Gatti (1992, 1996, 2000), Nóvoa (1991b), Schön (2000) e Tardif (2000, 2002), que nos ajudam a compreender o quanto é essencial para o trabalho do professor essa formação.

Em complemento a esse pensamento, alguns autores pesquisam a importância da formação em serviço, como o próprio Alvarado-Prada (1997, 2006), Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, (2010) e Oliveira-Formosinho (1987, 2009), esse último abordando, também, a formação em contexto.

Nesse sentido, o presente estudo desenvolve uma análise da utilização das reuniões pedagógico-administrativas, chamadas de “Módulo II coletivo” para a formação docente em uma escola da Rede Estadual de Minas Gerais.

As reuniões de Módulo II coletivo estão previstas no cumprimento da carga horária de trabalho do Professor de Educação Básica. Entre as legislações que garantem essa carga horária, pode-se apontar a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB), a Lei da Secretaria de Estado de Educação (SEE) nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, e a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008 – Lei do Piso Salarial Nacional (Brasil, 1996, 2008; Minas Gerais, 2004). No estado de Minas Gerais, até duas horas semanais são dedicadas a reuniões (Minas Gerais, 2012).

A proposta deste estudo se justifica a partir de observações da pesquisadora ao longo de sua trajetória profissional na educação pública de MG, que em diversas instituições da Rede Estadual de MG percebe-se que as pautas das reuniões se resumem a questões administrativas ou resultados de alunos, com abordagem formativa reduzida. Tal percepção, motivou a questão norteadora: “Como a equipe gestora da escola pode utilizar os momentos de reuniões coletivas, chamadas de Módulo II, para propiciar a formação continuada docente na escola?”.

Assim, a pesquisa parte do seguinte objetivo geral: analisar os desafios da gestão da escola em organizar os momentos formativos dentro do Módulo II. Busca-se compreender os seguintes objetivos específicos:

- I. Descrever o que são e como são cumpridas as reuniões pedagógicas, chamadas de módulo II;
- II. Compreender a organização das reuniões de módulo II e dias escolares¹ da escola pesquisada;
- III. Compreender como a equipe gestora pode utilizar o módulo II e as horas de atividade extraclasse para formação continuada;
- IV. Propor ações voltadas para a gestão escolar que possam auxiliá-la na organização dos momentos formativos nas reuniões de Módulo II.

¹ Dias escolares são datas previstas no Calendário Escolar, em que são realizadas atividades de caráter pedagógico e administrativo, com a presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo (Minas Gerais, 2023b).

Para o desenvolvimento destes objetivos, a metodologia deste estudo parte da investigação qualitativa, com pesquisa de campo realizada através de roda de conversa. Para analisar o contexto das reuniões e momentos formativos acontecidos na escola, foi preciso pesquisar evidências das reuniões coletivas, por meio de registros de pautas e de atas. Nesse levantamento, partiu-se do recorte do ano de 2017, para entender a dinâmica das reuniões na escola durante as gestões anteriores, até julho de 2024, na atual gestão.

O trabalho se organiza em cinco capítulos. O primeiro capítulo consta a presente introdução, em que se mostra a questão norteadora da pesquisa e os objetivos deste estudo. O segundo capítulo busca descrever o caso de gestão. Para melhor construção dos elementos que caracterizam o caso de gestão, o capítulo foi dividido em duas seções: a primeira busca explicar o que são as reuniões de módulo II com base na legislação nacional, fazendo uma relação com a legislação estadual, por meio de estudos de resoluções, de ofícios e de memorandos da SEE/MG que se referem às diretrizes e orientações para organização do Módulo II. A segunda seção traz a descrição da escola pesquisada, juntamente com o diagnóstico de como ocorrem as reuniões de Módulo II, desde o processo de organização das pautas, até a reunião propriamente dita, a partir de pesquisas de registros em atas e em documentos da escola.

No terceiro capítulo, de base analítica, faz-se uma discussão teórica sobre formação docente e utilização das reuniões pedagógicas e horas extraclasse para este fim. Nesse contexto, a primeira seção traz uma revisão bibliográfica com autores que pesquisam sobre formação continuada de professores. A segunda seção traz uma revisão bibliográfica de pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sobre formação continuada docente em reuniões coletivas. A terceira seção descreve a metodologia utilizada: Pesquisa qualitativa e roda de conversa. E a quarta seção ~~trará~~ traz a análise dos dados obtidos em campo, os quais são norteadores do Plano de Ação Educacional (PAE), elaborado a partir da análise desta pesquisa.

No quarto capítulo, apresenta-se o PAE, a partir da análise da roda de conversa e uso da ferramenta 5W2H, propondo-se cinco ações para a organização de momentos formativos nas reuniões coletivas de Módulo II.

A partir da elaboração do PAE, análises de evidências e revisão bibliográfica, as considerações finais trazem reflexões acerca da aplicabilidade desta pesquisa e futuros estudos necessários sobre o tema.

2 ENTENDENDO O QUE É “MÓDULO II” DOS PROFESSORES DE MINAS GERAIS

Este capítulo tem por objetivo descrever o que são e como são cumpridas as reuniões pedagógicas, chamadas de módulo II, assim como as chamadas atividades extraclasse, dentro da carga horária de trabalho dos professores da rede estadual de Minas Gerais e sua organização na escola pesquisada e compreender a organização das reuniões de módulo II e dias escolares² da escola pesquisada.

Para melhor compreensão, ele foi disposto em duas seções. A primeira seção aborda as legislações nacional e estadual que deliberam sobre a organização do cumprimento das atividades extraclasse e reuniões pedagógicas pelos professores.

E a segunda seção apresenta a organização das reuniões coletivas de Módulo II, na escola pesquisada, por intermédio de um levantamento das reuniões ocorridas de 2017 a 2024, e descrição dos temas abordados nas respectivas reuniões.

2.1 O MÓDULO II E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO NACIONAL E ESTADUAL

O cumprimento da carga horária de trabalho do professor não se restringe somente à sala de aula. Está previsto, também, o cumprimento das chamadas “horas extraclasse”, que se dividem em planejamentos e reuniões coletivas. Será tratado, a seguir, as principais leis e documentos que orientam e determinam o cumprimento dessas reuniões coletivas, assim como a formação em serviço.

Em âmbito nacional, as principais leis que determinam o cumprimento dessa carga horária são a Lei nº 9.394/1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), e a Lei Federal nº 11.738/2008, chamada de Lei do Piso Salarial Nacional (Brasil, 1996, 2008).

² Dias escolares são datas previstas no Calendário Escolar, em que são realizadas atividades de caráter pedagógico e administrativo, com a presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo (Minas Gerais, 2023b).

A LDB/1996 garante que “seja reservado um período dentro da carga horária de trabalho docente para estudos, planejamentos e avaliação” (Brasil, 1996, arquivo online), o que se reforça no Parágrafo único:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (Brasil, 1996, recurso online).

Ainda na LDB/1996, é definido que os sistemas de ensino devem assegurar um “[...] período reservado a estudos, a planejamento e à avaliação, incluído na carga de trabalho” (Brasil, 1996, recurso online). A LDB/96 também resolve, no Título IV, que trata da organização da educação nacional, que os docentes:

incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino [...] ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.(Brasil, 1996, recurso online).

Verifica-se, na LDB/1996, que o cumprimento da carga horária extraclasse do professor na escola é de tamanha grandeza na construção social, política e pedagógica do educandário, o que reforça a importância da participação docente em momentos contínuos de estudos e de formação. Esses artigos da LDB/1996 nos mostram a dimensão da importância do sujeito professor em sua jornada formativa, que é constante, haja vista a necessidade de atualizações periódicas do PPP.

Outro documento importante é o atual Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE é decenal e foi aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência inicial até 2024, prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024 (Brasil, 2024).³ Essa característica de ser decenal significa que ultrapassa governos, o que reforça seu caráter democrático.

A partir dessas diretrizes, os estados e os municípios organizam a jornada de trabalho do professor, de acordo com as legislações locais, a fim de distribuir a carga horária docente

³ A vigência do atual PNE foi prorrogada até o final de 2025 porque o Poder Executivo não enviou uma nova proposta ao Congresso até junho de 2023, como previsto. Embora o PL nº5.665/2023 sugerisse estender o plano até 2028, os parlamentares aprovaram uma extensão mais curta. (Agência Senado, 2024).

entre aulas ministradas e momentos reservados para reuniões coletivas, além das horas voltadas ao planejamento individual (atividades extraclasse).

Nos próximos parágrafos, serão apontados os principais documentos da Rede Estadual de MG acerca da organização do cumprimento do Módulo II pelos professores da Rede.

O Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, é um documento norteador de todas as atribuições do magistério no estado de MG. Este menciona a obrigação da participação dos professores em reuniões para os quais forem convocados na escola, dentre outras atribuições do cargo (Minas Gerais, 1977).

A forma que a carga horária dos professores deve ser cumprida nessas atividades extraclasse, em quantitativo de horas, é descrita na Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004, (Minas Gerais, 2004) lei esta que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado:

§ 1º - A carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica compreenderá:

I - dezesseis horas destinadas à docência;

II - oito horas destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:

a) quatro horas semanais em local de livre escolha do professor;

b) quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção da escola, sendo até duas horas semanais dedicadas a reuniões (Minas Gerais, 2004, recurso online).

A Lei nº 20.592 de 28 de dezembro de 2012, alterou os artigos 33, 34, 35 e 36 da Lei 15.293/2004, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. A carga horária semanal de trabalho do servidor ocupante de cargo das carreiras dos Profissionais de Educação Básica será de:

I - vinte e quatro horas para as carreiras de Professor de Educação Básica e Especialista em Educação Básica (Minas Gerais, 2012, recurso online).

A carga horária semanal do professor também é detalhada nos seguintes documentos: Ofício nº 1.801/2013, Decreto nº 46.125/2013, e Ofício nº 2663/2016 (Minas Gerais, 2013a, 2013b, 2016). Ambos mencionam que 1/3 da carga horária semanal do professor deve ser destinado ao cumprimento de atividades extraclasse, ou seja, atividades desenvolvidas fora do momento de aulas, como planejamentos ou participações em reuniões.

O Ofício Circular GS nº 2663, de 13 de setembro de 2016, da SEE/MG, orienta que é de responsabilidade do diretor escolar a coordenação, a programação e o desenvolvimento das atividades extraclasse (Minas Gerais, 2016).

Na busca de uma documentação que regule a participação das EEBs nas reuniões de Módulo II coletivo, observa-se o entendimento da responsabilidade da condução desses encontros por tais profissionais em mediação conjunta com a direção, o que é reforçado em memorando específico para esse esclarecimento. Observamos que o Memorando-Circular nº 6/2020, de 21 de agosto de 2020, orienta sobre o acompanhamento do EEB no módulo II, ressaltando que os momentos de reuniões coletivas são de cumprimento obrigatório pelos professores, mas a elaboração das pautas das reuniões deve ser feita pela Direção Escolar, em conjunto com os EEBs. O documento orienta, também, que as reuniões coletivas de Módulo II devem ser utilizadas para o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais, atrelados às diretrizes do PPP da escola (Minas Gerais 2020b).

Observa-se nesse documento a relevância do papel do EEB já prevista em lei, como uma das atribuições do cargo: “Planejar, executar e coordenar cursos, atividades e programas internos de capacitação profissional e treinamento em serviço.” (Minas Gerais, 2004, recurso online). O Memorando-Circular nº 6/2020 ainda orienta sobre o tempo destinado à execução do módulo II pelo EEB, que seja computado dentro de sua jornada semanal de trabalho, que é de 24 horas semanais. A carga horária que o EEB cumprir nas reuniões deve ser descontada de suas horas de trabalho ao longo daquele mês.

Em 2024, foi publicada uma nova resolução que esclarece com mais detalhes como devem ser cumpridas e organizadas as horas extraclasse individuais e coletivas, sendo estas as horas de reuniões pedagógicas. A Resolução SEE/MG nº 4.968, de 23 de fevereiro de 2024, que estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais (Minas Gerais, 2024).

O artigo a seguir detalha como devem ser organizadas as reuniões coletivas (Módulo II):

Art. 6º - Para o cumprimento da carga horária presencial destinada às reuniões de caráter coletivo, previstas na alínea “a” do inciso II do artigo 4º desta Resolução, deverá ser observado o planejamento realizado pela equipe gestora da escola, com foco no desenvolvimento de temas pedagógicos,

administrativos ou institucionais, em consonância com o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e as diretrizes da SEE/MG.

§ 1º - A carga horária destinada às reuniões de caráter coletivo poderá ser acumulada no decorrer de um mesmo mês, caso seja necessário destinar um tempo maior para discussão dos temas propostos, sendo vedado o acúmulo de horas para os meses posteriores.

§ 2º - Excepcionalmente, as reuniões coletivas poderão ser realizadas em dias e em horários diferentes dos programados, mediante acordo prévio com os servidores envolvidos para a participação de todos.

§ 3º - Os pais/responsáveis, os estudantes e a comunidade escolar poderão participar das reuniões, quando se tratar de temas que sejam relevantes e de interesse comum da escola.

§ 4º - Nenhuma atividade executada para cumprimento da carga horária extraclasse desobriga o professor, no exercício da docência, de participar das reuniões de caráter coletivo programadas pela escola, sendo dispensado de seu cumprimento apenas se estiver em afastamento legal no período de sua realização ou coordenando reuniões coletivas na função de Especialista em Educação Básica.

§ 5º - A carga horária não utilizada pela escola no mesmo mês, para as reuniões coletivas, deverá ser destinada ao cumprimento da carga horária das demais atividades extraclasse, sendo vedado o acúmulo para meses posteriores ou outro tipo de compensação (Minas Gerais, 2024, recurso online).

Uma colocação importante na nova resolução é a flexibilidade maior para que o gestor escolar organize a pauta, podendo acumular a carga horária dentro de um mesmo mês ou destinar o cumprimento daquilo que não foi feito em reuniões coletivas dentro das atividades extraclasse. Um lançamento de avaliações externas, por exemplo, pode ser passado para o professor realizar como atividade extraclasse, em vez de elaboração de uma pauta extensa em reunião coletiva com objetivo de preencher o tempo. Outra flexibilidade, que a resolução oferece, é a possibilidade de mudança de datas, de acordo com a necessidade. Muitas vezes, a escola recebe ordem de serviço da SEE/MG em curto prazo na semana que não há reunião coletiva marcada e, com essa permissão de mudança de data, é possível que o gestor convoque a equipe, se houver necessidade de urgência do assunto a ser tratado.

Além de orientações sobre as reuniões coletivas, a SEE/MG, por meio da nova resolução, também define atividades que podem ser aceitas como cumprimento de horas individuais voltadas à formação docente:

Art. 7º - Para o cumprimento da carga horária extraclasse destinada à formação e ao planejamento a que se refere a alínea “b” do inciso II do artigo 4º desta Resolução, serão computadas as atividades de formação continuada que compreendam:

I - cursos de formação e de aperfeiçoamento profissional, seminários, congressos e reuniões, presenciais ou virtuais, promovidos pela Unidade

Central da SEE/MG, Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, Superintendências Regionais de Ensino (SRE) e, ainda, aqueles realizados em parceria com outras instituições e indicados pela SEE/MG, observada a correlação do tema com a docência;

II - cursos de aperfeiçoamento profissional e de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização e MBA) e Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado), ofertados por instituições de ensino superior, com vagas financiadas pelo Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação - Trilhas de Futuro Educadores, nos termos da legislação vigente; e

III - cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização e MBA) e Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado), de forma presencial, semipresencial ou no formato de Educação a Distância (EaD), observada a correlação do tema com a docência, mediante indicação da SEE/MG.

§ 1º - O PEB interessado em se utilizar da compensação da carga horária prevista neste artigo deverá apresentar, previamente, junto à direção da escola, requerimento e comprovante de matrícula no curso, constando carga horária, período de duração, programa, instituição/órgão ofertante e modalidade de ensino.

§ 2º - Para o cômputo da carga horária das atividades previstas neste artigo, o PEB deverá comprovar o cumprimento da frequência mensal e, ao final do curso, o certificado de conclusão.

§ 3º - A participação nos cursos previstos neste artigo deverá ser realizada durante o período em que o PEB estiver fora do exercício da docência, salvo os casos expressamente autorizados pela SEE/MG. (Minas Gerais, 2024, recurso online).

Observa-se na citação anterior um engessamento da formação continuada docente, que fica restrita somente a cursos em parceria com a SEE/MG para cumprimento das horas individuais extraclasse, o que antes era permitido seu cumprimento em formações complementares de qualquer instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Outro ponto de destaque da nova resolução é o detalhamento das atribuições do diretor e especialista:

Art. 18 - Compete ao Diretor Escolar: I - garantir o cumprimento efetivo das atividades extraclasse, considerando sua importância para o crescimento profissional da equipe e o desenvolvimento das ações coletivas indispensáveis ao planejamento e à avaliação, na perspectiva de implementação do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), do PPP e da construção de uma escola inclusiva, democrática e participativa, que assegure o direito do estudante ao acesso e permanência na escola; II - elaborar, com a participação do PEB e apoio do EEB, o cronograma de cumprimento das atividades extraclasse, onde constem os dias, horários e atividades a serem desempenhadas; III - acompanhar o cumprimento do cronograma de realização das atividades extraclasse; IV - coordenar e programar o desenvolvimento das atividades extraclasse, observadas a legislação, o PPP, as peculiaridades da escola e as diretrizes da SEE/MG; e V - acompanhar o correto registro do cumprimento da carga horária destinada à realização de atividades extraclasse, garantindo a fidedignidade dos registros

funcionais dos servidores da escola. Art. 19 - Compete ao Especialista em Educação Básica (EEB): I - desenvolver ações pedagógicas direcionadas à melhoria do processo de aprendizagem dos estudantes, em consonância com o PPP e diretrizes da SEE/MG; II - planejar e executar reuniões coletivas e colaborativas, com o uso de metodologias ativas com vista ao alinhamento metodológico, conceitual e teórico sobre o CRMG, promovendo, sempre que possível, reuniões por área e interáreas; III - conhecer, apresentar e incentivar a utilização de ferramentas e materiais pedagógicos disponibilizados pela SEE/MG, por meio da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais e demais parcerias, fortalecendo a formação continuada na Rede Estadual de Ensino; e IV - acompanhar o cumprimento do cronograma de realização das atividades extraclasses, de modo a garantir a qualidade e eficiência das ações desenvolvidas, com foco na melhoria da qualidade educacional (Minas Gerais, 2024, recurso online).

A definição mais específica das atribuições do diretor e do especialista nessa nova resolução esclarece as lacunas que ficavam em aberto no Ofício nº2.663/2016, em que o papel do especialista não era detalhado, ficando o diretor, muitas vezes, como único responsável pelas reuniões coletivas (Minas Gerais, 2016).

Na próxima seção, é descrita a escola EEMC e conclusões sobre os elementos de formação a partir do levantamento das reuniões de Módulo II realizadas no período de 2017 a 2024.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO II NA EE MARIE CURIE

A Escola Estadual Marie Curie (EEMC) teve sua autorização de funcionamento no ano em que foi fundada, 1967. As etapas da Educação Básica oferecidas são Ensino Fundamental (Anos Iniciais) no 3º turno – tarde, e Ensino Fundamental (Anos Finais) no 1º turno – manhã.

A EEMC foi fundada em 1967, num bairro vizinho ao centro comercial de Capivara-MG⁴. A escola atende alunos de vários bairros da cidade, e também da zona rural. Caracteriza-se, conforme dados a seguir, extraídos do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) em fevereiro de 2023: oferta o Ensino Fundamental distribuídos em 02 (dois) turnos que compreende os Anos Iniciais (3º turno): Ciclo da Alfabetização - 1º ano, 2º ano e 3º ano de escolaridade; Ciclo Complementar - 4º ano e 5º ano de escolaridade, com um total de 276 (duzentos e setenta e seis) alunos e os Anos Finais (1º turno) que corresponde: Ciclo

⁴ Nome fictício da cidade onde está localizada a escola para preservar a identidade dos sujeitos pesquisados. Homenageamos aqui animal silvestre comum na fauna da Zona da Mata mineira.

Intermediário - 6º ano, 7º ano: Ciclo da Consolidação - 8º ano e 9º ano de escolaridade, totalizando 374 (trezentos e setenta e quatro) alunos.

O corpo docente da escola é composto, no quadro pessoal de 2023, por 43 professores, sendo 11 regentes de turma, sendo estes todos efetivos; 20 regentes de aulas, sendo destes 16 efetivos e 04 contratados, 09 professores de apoio (destes, todos contratados), 01 professor de sala de recursos (contratado), 2 Professoras de Ensino do Uso da Biblioteca (PEUB), sendo destas uma efetiva e uma contratada.

A Escola conta ainda com mais 27 servidores sendo, 01 diretor, 01 vice-diretor, 03 EEB, 01 secretário, 05 assistentes técnicos de educação básica (ATBs), 13 auxiliares de serviços de educação básica (ASBs) e 03 servidores em Ajustamento Funcional (destes, dois de apoio à biblioteca e um de apoio à secretaria).

A Escola conta com uma sala de recursos multifuncionais e banheiros adaptados, priorizando o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além das salas de aula, os alunos têm à disposição uma biblioteca ampla, auditório, laboratório de ciências e uma quadra de esportes coberta. A instituição também investe em tecnologia, possuindo internet de alta velocidade e um laboratório de informática equipado com desktops (Brasil, 2025).

A instituição possui o NSE 4 (Nível Socioeconômico dos Estudantes). Neste nível, os estudantes apresentam desempenho até cerca de meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. Em geral, seus responsáveis (mãe e/ou pai) possuem, no máximo, o ensino fundamental completo ou o ensino médio concluído. A maioria das famílias conta com itens básicos como geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, acesso à internet via wi-fi, máquina de lavar roupas e freezer, mas normalmente não têm aspirador de pó. Alguns desses estudantes também começam a ter acesso a bens como computador, automóvel, mesa para estudos, garagem, forno de micro-ondas e uma ou duas televisões. (QEdu, 2025).

Para entender o contexto e a organização das reuniões de Módulo II desta escola, cumprimento de Dias Escolares e Horas Extraclasse Individuais, foram pesquisados registros das reuniões na própria escola, por meio de atas de reuniões, listas de presença com pauta, convocações por e-mail institucional. Foi definido o início de coleta de registros, a partir de 01 de fevereiro de 2017, para compreensão da organização do módulo II, em gestões anteriores à atual. A atual gestão iniciou em 31 de julho de 2019, com primeiro mandato até 31 de dezembro de 2022, e novo mandato de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026.

Antes de 2019, apenas encontramos registros da realização das reuniões, por meio de Atas em livro específico (Livro de Atas de Módulo II), ou de pautas seguidas de lista de presença da reunião, em pasta específica (Listas de Presenças em Reuniões), mas não há registros se as pautas eram elaboradas em conjunto entre direção e EEBs ou somente pela direção.

No período não presencial, que ocorreu de março de 2020 a setembro de 2021, devido à pandemia do coronavírus, os registros de listas de presenças e/ou atas de reuniões, ficaram arquivados no drive do e-mail institucional oficial da escola por meio de Formulários Google, em que cada servidor preenchia seus dados. Em cada reunião, a equipe de departamento pessoal elaborava um formulário para que os servidores participantes preenchessem nome, Matrícula do Servidor Público (MASP), que é o registro funcional do servidor público do estado de Minas Gerais, e e-mail institucional. O link deste formulário era enviado aos servidores por intermédio do chat do *Google Meet*, aplicativo por onde ocorreram os encontros online das reuniões coletivas. Alguns desses formulários funcionaram apenas como lista de presença, outros, funcionaram como ata. Nesses casos, a ata era redigida por algum participante da reunião no campo de introdução do formulário, ficando disponível para que todos os presentes pudessem ler antes de preencher seus dados.⁵

Quanto à mediação das reuniões coletivas: a diretora participa de todas; a vice-diretora e as EEBs participavam somente dos Conselhos de Classe e Reuniões de Responsáveis até 2023 e, em 2024, as EEBs passaram a participar de todas, após orientações referentes à participação destas na Resolução SEE nº 4.968/2024 (Minas Gerais, 2024), e a vice-diretora permaneceu apenas em Conselhos de Classe e Reuniões de Pais/Responsáveis.

Essa participação das EEBs nas reuniões coletivas é algo que trazia alguns entraves e dificuldades de organização das reuniões. Até 2019, quando a pauta do módulo II não envolvia conselho de classe, a reunião era conduzida apenas pela diretora da escola, pois as EEBs argumentam que o fato do Ofício Circular nº2663/2016 (Minas Gerais, 2016) colocar o diretor como responsável por garantir o cumprimento do extraclasses dos professores, aloca o diretor como responsável pela mediação das reuniões. No entanto, como a maioria das pautas são pedagógicas, torna-se necessária a participação das EEBs na mediação junto com a diretora. E, para solucionar essa questão, desde o início de 2020, a diretora formalizou com as

⁵Informações coletadas em livros de atas da escola e registros de reuniões on-line no e-mail institucional por meio da análise de e-mails enviados aos professores pelo e-mail oficial da escola, drive do e-mail e análise de arquivos do *Google Forms*.

EEBs a compensação de banco de horas quando elas participavam das reuniões coletivas. Em 2024, com a nova Resolução SEE nº 4.968/2024, a participação das EEBs ficou formalizada a acontecer em todas as reuniões (Minas Gerais, 2024).

As pautas das reuniões indicam que a equipe gestora busca abordar questões pedagógicas e administrativas, sendo utilizadas, também, para realização de Conselho de Classe e Reuniões de Pais/Responsáveis, quando necessário. Quando não há uma pauta emergente de realização de algum objetivo específico, como planejamento de aulas/projetos, conselho de classe ou reunião de pais, busca-se a utilização e aproveitamento do Módulo II Coletivo como uma oportunidade de formação continuada docente, na intenção de realizar a proposta do plano de gestão, para estimular essa formação continuada.

Os temas a serem desenvolvidos nesses momentos de formação são levantados pela equipe gestora e pedagógica da escola, a partir das demandas observadas no cotidiano escolar. Também são oportunizados aos próprios professores as sugestões de alguns temas de estudo, de acordo com as necessidades que a equipe docente observa na escola. O levantamento de sugestões dos temas pela equipe docente ocorre por meio do diálogo cotidiano na escola entre equipe gestora / pedagógica / docente. Além do diálogo, a título de registro, a equipe gestora cria um formulário Google periodicamente, e compartilha com os professores para que estes sugiram temas de estudos. Os formulários são preenchidos, anonimamente, para que os servidores fiquem mais à vontade nas respostas. Além do levantamento de temas, um campo de críticas e sugestões, também, é deixado para o servidor responder, se desejar. A participação nos formulários é de livre escolha do servidor. As formações ocorrem para toda a equipe docente, não havendo separação da equipe por turnos nem por níveis de ensino, devido à dificuldade de conciliar horários (a escola atende ao Ensino Fundamental II no turno matutino e ao Ensino Fundamental I no turno vespertino). Essas reuniões, voltadas aos momentos de formação continuada, são registradas em listas de presença e arquivadas em pasta específica na escola. Os temas das reuniões estão descritos nos quadros 1 a 8.

Na EEMC, por decisão conjunta da equipe docente, por meio de registros em atas de reuniões, as duas horas semanais destinadas às reuniões coletivas de Módulo II são condensadas em reuniões quinzenais, com quatro horas de duração cada, às segundas-feiras alternadas, já definidas no calendário letivo de cada ano, que é elaborado em conjunto com a comunidade escolar, de acordo com a resolução de calendário vigente daquele ano. A definição da periodicidade das reuniões e do dia da semana ocorreu pela primeira vez, ao final do ano letivo de 2019, no momento de atribuições de aulas aos professores efetivos para o ano

seguinte, buscando a prática da gestão democrática e participativa na tomada de decisões. A partir de então, todo final de ano letivo, a atribuição de aulas aos efetivos é feita seguindo resolução de quadro de pessoal, que é publicada no diário oficial de Minas Gerais, e a escola aproveita esse momento para que a equipe docente formalize se mantém a decisão pela realização das reuniões quinzenais, ou se alteram para reuniões semanais ou mensais (lembrando que, ao mês, devem ser realizadas 08 horas de reuniões coletivas ao todo, podendo ser determinados pela direção da escola encontros semanais, quinzenais ou mensais, conforme orientações do Ofício Circular nº 2663/2016) (Minas Gerais, 2016).

As reuniões ocorrem no turno noturno, uma vez que a escola só atende aos alunos nos turnos matutino e vespertino, e conta com a presença de toda a equipe docente que cumpre horas coletivas, composta de 43 professores. Todas as reuniões acontecem com esse grupo nos mesmos dias e horários, não havendo separação de grupos de professores, exceto nos módulos destinados aos Conselhos de Classe. O único momento de discussão das demandas da escola pelos professores, de forma conjunta, acontece nos encontros coletivos de Módulo II, pois o restante da carga horária de atividades extraclasse, a ser feita na escola, são cumpridos individualmente por cada professor, de acordo com horário comunicado à direção da escola, em planilha organizada ao início de cada ano letivo.

Em consulta ao livro de atas de reuniões da equipe gestora, observa-se que em 2023, a mediação das reuniões de módulo II ficou definida em ter sempre presença da diretora, e participação das EEBs por revezamento nessas reuniões, mantendo a elaboração conjunta das pautas entre direção e equipe pedagógica (EEBs). A equipe gestora (diretora, vice-diretora, EEBs) reúne-se alguns dias antes da data prevista do próximo Módulo II coletivo para elaboração da pauta de cada reunião e definição da mediação, qual EEB iria participar em conjunto com a diretora na mediação, e se haverá necessidade da presença da vice-diretora. (Escola Estadual Marie Curie, 2023). Em ata da equipe gestora feita em fevereiro de 2024, observa-se o registro da participação da diretora e EEBs em todas as reuniões de Módulo II. (Escola Estadual Marie Curie, 2024).

Nesse sentido, foi feito o levantamento dos registros das reuniões coletivas de Módulo II, da escola pesquisada, partindo de um recorte de 2017, até junho de 2024, a fim de compreender a organização das reuniões, também, em gestões anteriores a esse período.

Para esse levantamento foram consultados: atas de reuniões, listas de presenças de reuniões com pauta, redes sociais da escola, e-mail institucional da escola, Google Formulários da escola. No período de isolamento social, devido à pandemia pela COVID-19

(março de 2020 a dezembro de 2021), os registros de reuniões foram feitos por e-mail, *Google Forms*, redes sociais da escola. As reuniões foram realizadas online pelo Google Meet ou YouTube.

O levantamento das reuniões foi organizado em quadros por ano, para melhor entendimento. As reuniões descritas nesse levantamento são todas cujos registros foram encontrados, e não somente aquelas voltadas a momentos formativos. Aquelas reuniões que desenvolveram outras pautas, como Conselhos de Classe, Reuniões de Pais/Responsáveis, pautas administrativas, definições de projetos, análise de avaliações, elaboração de ações a serem executadas para alguma demanda específica, momentos voltados ao planejamento de aulas, preenchimento de diário, Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs), ou sistemas de avaliações, também, foram citadas na explanação. Os momentos formativos descritos nos quadros estão em negrito para melhor identificação. O compilado dessas reuniões é apresentado nos quadros 1 a 7:

Quadro 1 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2017

(continua)

Data	Resumo
19/04/2017	Leitura e discussão do Decreto 46644 de 06/11/2014 sobre código de ética dos servidores e Ofício Circular 001801/13 sobre atividades extraclasse. Informações sobre o curso “Itinerário Avaliativo” e apresentação de materiais pedagógicos para utilização nas aulas.
25/04/2017	Conselho de Classe referente ao 1º Bimestre.
10/05/2017	Definição de professores padrinhos das turmas; organização de gincana da festa junina; organização de cronograma de eventos (jogos internos, festival de dança); instruções sobre o uso do diário escolar digital (DED).
07/06/2017	Visita da equipe de funcionários da Superintendência Regional de Ensino de Capivara-MG – SRE Capivara-MG (Setor de Pessoal e Inspeção) para conferência do quantitativo de alunos da escola; distribuição de tarefas da festa junina; planejamento de estratégias pedagógicas diferenciadas para alunos com dificuldade de aprendizado.
21/06/2017	Apresentação dos projetos do turno da tarde; DED; reposição de aulas de greve.
29/06/2017	Reunião com professores da Educação Integral para tratar de verbas e de reposição das aulas de greve.
05/07/2017	Definição do sábado letivo e apresentação da Sala de Recursos Multifuncional.
11/07/2017	Conselho de Classe referente ao 2º Bimestre.
04/09/2017	Repasse de fato ocorrido com alunos em Festival de Dança da Escola, envolvendo violência contra servidor. Informes sobre medidas legais e encaminhamentos jurídicos.
27/09/2017	Definição da data e do tema da Feira de Ciências. Conselho de Classe referente ao 3º Bimestre.
04/10/2017	Regras de disciplina com alunos; apresentação do “Projeto Promoção à Saúde”.
22/11/2017	Apresentação de fichas a serem preenchidas pelos professores com campos sobre desempenho dos alunos, para organização do final do ano letivo; organização de eventos festivos de final do ano (apresentação de Natal e Formaturas do 5º e 9º anos).

Quadro 1 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2017

(conclusão)

Data	Resumo
29/11/2017	Apresentação de critérios complementares para atribuição de turmas e aulas em 2018 e elaboração conjunta do calendário letivo de 2018.
11/12/2017	Conselho de Classe referente ao 4º Bimestre.

Fontes: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no Livro de ata de reuniões da escola; do e-mail institucional da escola; listas de presença contendo pauta e data da reunião.

Observa-se no ano de 2017 o padrão de reuniões somente informativas, com mediação apenas da diretora da escola. As atas pesquisadas são breves e possuem um formato de texto bem resumido, atendo-se ao objetivo de registrar decisões do grupo acerca de assuntos abordados. Nem todas as reuniões foram registradas em atas, e alguns registros foram encontrados por meio de listas de presenças e pautas, sendo algumas dessas pautas divulgadas pelo e-mail institucional da escola. Não foram encontrados, também, registros de organização ou cronograma de reuniões anuais.

O registro breve, indicando o assunto da pauta, possibilita o entendimento dos objetivos das reuniões, mas a falta de registros em atas completas e detalhadas, dificulta a compreensão do porquê certas decisões foram tomadas. Para a equipe gestora da escola, um registro completo é importante, a fim de buscar entendimento das propostas pedagógicas debatidas pela equipe. A equipe gestora pode ter mudanças de membros, em processos de eleição de diretores ou movimentação de especialistas, e os registros ajudam a equipe a dar segmento às propostas de trabalhos deliberadas em reuniões coletivas.

Foram encontrados registros de Conselhos de Classe nos livros de atas ou listas de presença de reuniões. Observa-se uma carência de registros de reuniões no ano de 2017, o que dificulta a compreensão das deliberações do referido ano. O quadro 2 exibe os registros encontrados do ano de 2018.

Quadro 2 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2018

Data	Resumo
02/05/2018	Conselho de Classe referente ao 1º Bimestre.
16/05/2018	Calendário de reposição de greve; Festa Junina; DED.
12/07/2018	Conselho de Classe referente ao 2º Bimestre.
12/09/2018	Dia Mundial da Limpeza; Virada Educação; Festival de Dança; BNCC (Construção do Currículo de MG).
22/09/2018	Conselho de classe referente ao 3º Bimestre.
13/12/2018	Conselho de Classe referente ao 4º Bimestre.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no e-mail institucional da escola.

O ano de 2018 possui pouquíssimos registros de reuniões. Não foram encontradas atas das reuniões descritas no quadro, nem mesmo lista de presença ou pautas. Os registros encontrados foram convocações de datas e de horários das reuniões no e-mail institucional da escola, contendo em tópicos os assuntos a serem tratados. O e-mail de convocação possui apenas assinatura da diretora e não há elementos que demonstrem participação das EEBs ou vice-diretora nessas reuniões. A diretora do período de 2017 encontrava-se afastada por motivo de saúde e, em 2018, a vice-diretora foi nomeada a assumir a posição de diretora. Não foi encontrado nenhum registro de plano de gestão desse período. Mas encontramos registro de greve parcial de março a maio de 2018, indicando não haver reuniões coletivas no período de greve.

A falta desses registros levanta a dúvida de entendimento se houve reuniões de módulo II regularmente no período, mas não foram registradas, ou se essas reuniões não aconteceram. A carga horária de reuniões que deveriam acontecer, seria de uma reunião mensal de oito horas de duração ou de duas reuniões mensais de quatro horas de duração, mas foram encontrados apenas os registros do quadro.—O quadro 3 exibe os registros das reuniões coletivas de 2019:

Quadro 3 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2019

Data	Resumo
27/03/2019	Educação especial e função do professor de apoio.
29/04/2019	Conselho de Classe referente ao 1º Bimestre.
05/06/2019	Festa Junina, alteração data da realização; definição de estratégias referentes à Semana Estadual de Prevenção às Drogas.
11/07/2019	Conselho de Classe referente ao 2º Bimestre.
08/08/2019	Apresentação da nova diretora e plano de gestão à comunidade escolar; reunião de pais/responsáveis para entrega de resultados do 2º bimestre.
13/08/2019	Reunião de pais/responsáveis para entrega de boletins.
21/08/2019	Orientações gerais administrativas e pedagógicas; elaboração de cronograma de Módulo II; itinerários avaliativos; análise de gráficos com resultados das avaliações externas e o formulário dos itinerários avaliativos com as questões sobre habilidades não consolidadas a serem analisadas pelos professores.
03/09/2019	Dia do Colegiado Escolar (com toda a comunidade escolar) - apresentação da resolução vigente para nova eleição de colegiado; itinerários avaliativos (com professores em cumprimento da carga horária de módulo II coletivo).
21/09/2019	Conselho de Classe das séries iniciais referente ao 3º Bimestre.
30/09/2019	Conselho de Classe das séries finais referente ao 3º Bimestre.
09/10/2019	Reunião de pais/responsáveis para entrega de resultados do 3º bimestre.
22/10/2019	Preenchimento do DED.
13/11/2019	Apresentação do Projeto GIDE Avançada à equipe docente.
07/12/2019	Conselho de Classe referente ao 4º Bimestre.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no livro de ata de reuniões da escola; e-mail institucional da escola; listas de presença contendo pauta e data da reunião.

Dentre os registros das reuniões de 2019, observa-se a nomeação de nova diretora em 31 de julho de 2019, a partir do processo de escolha de diretores e de vice-diretores em toda Rede Estadual do referido ano. Outro registro é o plano de gestão da nova diretora, que foi apresentado à equipe em reuniões coletivas, além da organização do cronograma de datas de Módulo II coletivo.

No quadro 4, observam-se alguns momentos de formação continuada nas reuniões coletivas, sendo destacados em negrito:

Quadro 4 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2020

Data	Resumo
03/02/2020	Capacitação para os professores da EE Marie Curie – “Metodologias ativas” – Professora Me. M. D., da faculdade Dinâmica de Capivara-MG. A palestra ocorreu no auditório da escola. A palestrante apresentou algumas possibilidades de desenvolvimento de metodologias ativas na aula por meio de relatos de experiência e abriu para perguntas no final.
19/02/2020	Reunião de pais/responsáveis para apresentação da equipe e orientações gerais do ano letivo.
10/03/2020	Orientações sobre o cumprimento de Módulo II e horas individuais extraclasse; indicação dos membros para composição da Comissão de Avaliação de Desempenho; apresentação do plano de Ação da GIDE Avançada; estudo do modelo de registro de práticas exitosas.
28/07/2020	Reunião online de professores e direção para avaliar a devolutiva de atividades, durante Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) quando ocorreu a pandemia por COVID-10.
07/10/2020	Palestra para os professores e alunos da EE Marie Curie – “Segurança em Rede” – A. B., coordenador do NTE da SRE Capivara-MG. A palestra foi online, pelo Google Meet. O palestrante mediu a temática e abriu um momento para perguntas e falas dos participantes. Palestra para os professores e alunos da EE Marie Curie – “Dicas de Informática e Tecnologia” – Professor R. F., do corpo docente da escola. A palestra foi online, pelo Google Meet. O palestrante mediu a temática e abriu um momento para perguntas e para falas dos participantes. Palestra para os professores e alunos da EE Marie Curie – “Momento Literário” – escritora M. C., de Capivara-MG. A palestra foi online, pelo Youtube. A palestrante mediu a temática e abriu um momento para perguntas e para falas dos participantes no chat.
25/01/2021	Conselho de Classe Final referente a 2020 (alteração no calendário do ano letivo 2020, conforme Resolução SEE nº 4.422 de 30/09/2020).

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no livro de ata de reuniões da escola; e-mail institucional da escola; listas de presença contendo pauta e data da reunião.

Foi possível observar, no ano de 2020, o planejamento de todas as datas das reuniões coletivas de Módulo II entre diretora e EEBs, com a elaboração conjunta de um cronograma com duas reuniões mensais, divulgado aos professores pelo e-mail institucional. Outro ponto é o acontecimento de momentos formativos nas reuniões de dias escolares, antes de iniciar os

dias letivos com alunos, proposta observada no plano de gestão. O não-cumprimento do cronograma de reuniões inicial deu-se pela ocorrência da suspensão do período presencial devido à pandemia do coronavírus. Quando a escola retomou o atendimento aos estudantes de forma não presencial, observa-se a busca por ferramentas digitais para realização de reuniões online e diversos momentos formativos coletivos no novo formato. Nos registros de atas das reuniões online, foi verificada a orientação da direção para cumprimento das horas extraclasse, em cursos de formação continuada individuais, com a ponderação de que esses momentos de estudos dos professores eram imprescindíveis para aprender sobre o uso de novas tecnologias, durante o período não presencial⁶. As convocações para reuniões online foram feitas somente quando havia algum assunto importante ao coletivo ou algum momento de formação que deveria ser feito em grupo. Todo o cumprimento das horas extraclasse restantes foi convertido à realização de formações individuais, sendo algumas obrigatórias pela SEE/MG, como o curso “*Google for Education*”, que pode ser observado no e-mail institucional.

O quadro 5 exibe os registros do ano de 2021, que foram iniciados, ainda de forma não presencial, devido à pandemia:

Quadro 5 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2021

(continua)

Data	Resumo
05/03/2021	Capacitação para os professores da EE Marie Curie – “Experiências e estratégias que podem dar certo no ensino remoto” – Professora Me. K. D. A. L. A palestra foi online, pelo Google Meet. A palestrante mediu a temática e abriu um momento para perguntas e para falas da equipe.
06/03/2021	Capacitação para os professores da EE Marie Curie – “Educação em tempos de pandemia: A importância da re-significação e da empatia” – Professora Me. T. C. A palestra foi online, pelo Google Meet. A palestrante mediu a temática e abriu um momento para perguntas e para falas da equipe.
12/04/2021	Reunião de Módulo II coletivo online pelo Google Meet para repasse de instruções da direção aos professores sobre o plano de ação da GIDE Avançada.
26/04/2021	Reunião de Módulo II coletivo online pelo Google Meet para avaliação das atividades realizadas pelos alunos no REANP e registros das atividades concretas da Educação Especial. Conselho de Classe referente ao 1º Bimestre.
16/06/2021	Live sobre retorno presencial (reunião online de professores e funcionários no YouTube)
03/05/2021	Reunião de Módulo II coletivo online pelo Google Meet para combinados sobre os registros e prazos das devoluções das atividades feitas pelos alunos no REANP.

⁶ No período mencionado, as Atas online encontram-se disponíveis no *Google Drive*, no *Google Forms* e nas gravações de vídeo dos encontros que ocorreram no período mencionado. Vale destacar que tais documentos são de acesso restrito.

Quadro 5 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2021

(conclusão)

Data	Resumo
17/05/2021	Reunião Online de pais/responsáveis sobre devolutivas e sobre avaliações de atividades no REANP.
10/06/2021	Reunião Online de pais/responsáveis para planejamento do próximo sábado letivo no REANP.
15/07/2021	Conselho de Classe referente ao 2º Bimestre.
09/08/2021	Reunião online pelo Google Meet sobre: 1) Retorno das Atividades Presenciais: (Apresentação do Decreto Municipal nº 12 102-2021: menção do e-mail com quadro das orientações emitidas pela SEE/MG sobre o Retorno Presencial; Memorando 18-2021-SEE-SB; Memorando Circular nº 67; orientações sobre Decreto nº 48 215, de 01 de julho de 2021. 2) Avaliação de Desempenho: Orientações: AGENDAMENTO - Realização do 1º acompanhamento PGDI 2021, para verificação do cumprimento das metas acordadas e redefinição destas, se necessário - Chefia imediata e o servidor avaliado, em momento individual. 3) Sábado Letivo de 14-08-21: planejamento detalhado das ações. 4) GIDE: RIAP Agosto - orientações para análises do trabalho realizado e inserção no Painel de Evidências.
27/09/2021	Palestra para os professores da EE Marie Curie – “Reflexões sobre o retorno presencial: a importância de um olhar leve e diferenciado para as nossas práticas” – Professora Me. R. A. de C. L. A palestra foi online, pelo Google Meet. A palestrante mediu a temática e abriu um momento para perguntas e falas da equipe.
01/10/2021	Conselho de Classe referente ao 3º Bimestre.
03/11/2021	Estudo da Resolução SEE nº 4644 que dispõe sobre o funcionamento do ensino presencial na Rede Estadual de Ensino.
16/12/2021	Conselho de Classe referente ao 4º Bimestre.
20/12/2021	Dia escolar de planejamento de ações para o próximo ano letivo, a partir da análise de resultados de avaliações internas e externas.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis livro de ata de reuniões da escola; e-mail institucional da escola; listas de presença contendo pauta e data da reunião.

Observou-se, em 2022, a organização de um cronograma de reuniões online e a realização de momentos de formação continuada antes do início do período letivo.

Após o retorno presencial parcial, em setembro de 2021, o cronograma inicial passou por mudanças. Algumas reuniões foram canceladas em momentos de interdição de atividades presenciais por suspeitas de casos de COVID na escola, como contatado em registros de comunicados nas redes sociais da escola.

O ano de 2021 finalizou com aulas presenciais, e o quadro 6 exibe os registros de 2022, ano em que todas as escolas da Rede Estadual de MG retornaram com suas atividades presenciais regulares, não havendo mais atividades de encontros online para alunos ou professores.

Quadro 6 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2022

(continua)

Data	Resumo
05/02/2022	Dia Escolar: Palestra para os professores da EE Marie Curie – “Emoções e aprendizagem no contexto do REANP” – B. C., psicóloga de Capivara-MG. A psicóloga ministrou a palestra, com um momento de dinâmica de grupo, em que os presentes pudessem expressar quais sentimentos seriam importantes no acolhimento ao aluno para o ano letivo de 2022. Ao final, um mural foi montado na escola com exposição dos sentimentos desejados.
14/02/2022	Estudo do regimento interno e do PPP da escola.
07/03/2022	Estudo da legislação sobre Educação Especial mediado pela equipe de supervisão pedagógica.
21/03/2022	Transcrição de gabaritos da avaliação diagnóstica pelos professores na plataforma do SIMAVE. ⁷
04/04/2022	Estudo de Textos em Módulo II Coletivo – “Três bases para um novo modelo de formação” – Nova Escola, 03/2016; “Educando o profissional reflexivo” – Donald Schön. O texto foi lido coletivamente e debatido com a equipe, ao final da leitura, com sugestões do grupo de que formas podemos refletir sobre nossa prática.
18/04/2022	Estudo de Texto: “Educação Inclusiva: por que devemos olhar além do laudo” – Nova Escola, 02/2019. O texto foi lido coletivamente e debatido com a equipe, ao final da leitura, com sugestões do grupo de que formas podemos trabalhar melhor a inclusão. Posteriormente, ao momento do estudo, foi realizado o Conselho de Classe do bimestre.
09/05/2022	Reunião de Pais/responsáveis.
23/05/2022	Estudo do Ofício Circular 2663/2016 sobre cumprimento de horas extraclasse individuais; definição de calendário de reposição de greve; momento de estudos sobre: “Indisciplina no retorno presencial”, “Comunicação não violenta” e “Justiça restaurativa”, a partir de palestra da juíza da infância e juventude, transmitida ao vivo no youtube e posterior debate.
06/06/2022	Plantão de atendimento aos pais/responsáveis.
20/06/2022	Planejamento da festa julina.
15/07/2022	Assembleia sobre prorrogação da diretoria da Caixa Escolar. Conselho de Classe do bimestre.
01/08/2022	Planejamento do próximo sábado letivo.
10/10/2022	Reunião de pais/responsáveis.
24/10/2022	Estudo de textos e dinâmica em Módulo II Coletivo – “Professor iniciante: como fazer uma boa gestão de sala de aula nos anos finais do Ensino Fundamental”(Nova Escola, 08/2022). A equipe foi dividida em três grupos, cada um sendo mediado por uma supervisora. Embora o texto trate do Ensino Fundamental II, toda a equipe de professores participou da atividade, já que entendemos que a escola é uma só, e que os alunos que hoje estão no Fundamental II já foram do Fundamental I, e as professoras podem contribuir nas estratégias com esses alunos. O texto foi dividido em três partes. Cada equipe ficou responsável por fazer a leitura de uma parte.

⁷ Sistema de Monitoramento da Aprendizagem de Minas Gerais.

Quadro 6- Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2022

(conclusão)

Data	Resumo
24/10/2022	A partir das dificuldades descritas na leitura, o grupo deveria debater se aquele(s) problema(s) era uma realidade da nossa escola, e sugerir estratégias para enfrentar e trabalhar essas dificuldades, buscando melhorias. Alguns temas abordados foram: “Conhecimento do contexto e intencionalidade pedagógica”, “Escolhas metodológicas e planejamento”, “Conflitos e problemas disciplinares”, “Brigas, bullying e racismo”. Ao final da leitura e debate de cada subgrupo, o grupo completo se reuniu, e cada subgrupo, com um representante, descreveu a temática debatida e suas sugestões, com um momento de debate entre toda a equipe, e planejamento conjunto de ações a serem desenvolvidas na escola com o propósito de vencermos aquela(s) dificuldade(s).
07/11/2022	Dinâmica para os professores da EE Marie Curie – “Momento Autoconhecimento: Olhe para você com amor” – C. R., coach de Capivara-MG. Esse momento ocorreu em uma área aberta da escola, os professores sentaram-se em círculo, e a palestrante mediou o encontro por meio de dinâmicas de grupos e roda de conversas. Todos participaram ativamente e tiveram seu momento de fala na dinâmica. Uma das propostas da palestrante foi que cada professor mencionasse uma qualidade de sua personalidade / profissionalismo e fizesse, também, uma autoavaliação de alguns aspectos pessoais / profissionais com a metodologia da “Roda da Vida”, em que preenchiam um diagrama. O objetivo da formação foi trabalhar o acolhimento do servidor para melhorar a qualidade de trabalho de equipe e fortalecer os laços entre os funcionários. A reunião teve a duração de 03 horas.
21/11/2022	Estudo de orientações sobre fortalecimento das aprendizagens e planejamento de ações de intervenção pedagógica.
19/12/2022	Conselho de classe final.
21/12/2022	Palestra para os professores – “Reflexões e memórias do ano letivo que se encerra” – Professora M. F., Rede Estadual de MG e coordenadora de ginástica laboral no Hospital HNSD, Capivara-MG. Momento presencial, com mediação de dinâmica de grupo, com objetivo de refletir sobre e avaliar o trabalho desenvolvido no ano letivo de 2021.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no livro de ata de reuniões da escola; e-mail institucional da escola; listas de presença contendo pauta e data da reunião.

Em 2022, observa-se uma organização de calendário escolar com as datas de todas as reuniões coletivas já programadas. Observa-se, também, que o cumprimento desse cronograma de reuniões foi cumprido integralmente, iniciando novamente com momento de formação continuada nos dias escolares antes do período letivo. Ao longo do ano, os momentos formativos foram mais frequentes que em anos anteriores, a participação das EEBs aumentou, significativamente, na mediação das reuniões e a organização dos registros das reuniões, também, foi realizada em pastas específicas no arquivo da escola.

O quadro 7 exibe os registros de reuniões em 2023 até o presente momento:

Quadro 7 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2023

(continua)

Data	Resumo
03/02/2023	Palestra com a psicopedagoga P. A. – “Inclusão”. Palestra realizada no auditório da escola, em semana de “dias escolares”, destinada ao planejamento dos professores antes do início do ano letivo.
13/02/2023	Eleição dos membros da comissão de licitação e reunião de pais/responsáveis para apresentação da equipe e orientações do ano letivo.
06/03/2023	Estudo de elaboração de PDI com a equipe pedagógica.
20/03/2023	Transcrição de gabaritos da avaliação diagnóstica na plataforma SIMAVE. Apresentação dos termos de compromisso vigentes - setor financeiro da escola.
11/04/2023	Simpósio de Deficiências Ocultas (3 palestras sobre autismo na Câmara Municipal de Capivara-MG). Os professores foram convocados pela direção a cumprir as horas de módulo coletivo na palestra.
12/04/2023	Simpósio de Deficiências Ocultas (3 palestras sobre demências, transtornos do neurodesenvolvimento e doença de Crohn na Câmara Municipal de Capivara-MG). Os professores foram convocados pela direção a cumprir as horas de módulo coletivo na palestra.
17/04/2023	Conselho de classe do 1º bimestre.
04/05/2023	Reunião de pais/responsáveis – entrega de boletins do 1º bimestre.
24/05/2023	Orientações do Departamento Pessoal (Férias Prêmio; Avaliação de Desempenho; Licença para tratamento de saúde; Declaração de bens) Orientações pedagógicas: exibição da Live “Espaço Escolar: acolher bem para viver bem”, com reflexão e debate após live. Orientações administrativas: Divulgação de cursos de formação continuada; Cronograma de atividades da GIDE Avançada; organização da festa junina.
05/06/2023	Orientações administrativas: ilícitos disciplinares (Estatuto dos Servidores Públicos Civis de MG – Lei nº 8369 de 1952) Apresentação do memorando SEE/SPP nº 28/2023 sobre Convivência Democrática e planejamento de atividades para a semana de 12 a 16/06/2023. Elaboração de Projeto de Intervenção pedagógica pelos professores com a mediação das EEBs.
16/06/2023	Ornamentação da festa junina.
03/07/2023	Conselho de Classe referente ao 2º Bimestre.
02/08/2023	Reunião de pais/responsáveis e professores: entrega de boletins do 2º bimestre.
21/08/2023	Capacitação aos professores sobre elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) ministrada pela equipe CREI da SRE Capivara-MG (Centro de Referência da Educação Inclusiva).

Quadro 7 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2023

(conclusão)

Data	Resumo
11/09/2023	Apresentação da equipe de professores da SRE Capivara-MG que compõem o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA). Palestra com a psicóloga A. M. sobre “Setembro Amarelo”.
25/09/2023	Conselho de Classe do 3º Bimestre
07/10/2023	Café com pais e com professores para conversa sobre rendimento dos alunos.
16/10/2023	Reunião de pais/responsáveis e professores: entrega de boletins do 3º bimestre.
23/10/2023	Reunião de pais/responsáveis e professores da Sala de Recursos para avaliação do desenvolvimento dos alunos atendidos no 1º semestre.
06/11/2023	Elaboração, pelos professores, de ações de Intervenção Pedagógica para os alunos com defasagem, sob supervisão das EEBs. Capacitação das avaliações externas PROEB e PROALFA pelas EEBs para os professores. Planejamento conjunto de atividades para o sábado letivo de 18 de novembro de 2023.
20/11/2023	Discussão de propostas para revisão do PPP da escola.
04/12/2023	Lançamento de avaliações externas no SIMAVE.
18/12/2023	Conselho de classe final.
22/12/2023	Plantão de atendimento aos pais/responsáveis pelos professores para informação de resultado final do estudante. Prestação de Contas 2023 para a comunidade escolar.

Fontes: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no livro de ata de reuniões da escola; e-mail institucional da escola; listas de presença contendo pauta e data da reunião.

Em 2023, observou-se que a organização de 2022 foi mantida, por meio de um cronograma de reuniões já previamente anexado ao calendário escolar. A participação das EEBs foi registrada em ata, em que a equipe gestora acordou com estas que, em cada reunião, deveria ter a presença de pelo menos uma EEB e que todas as pautas seriam elaboradas previamente entre direção, vice-direção e EEBs. Dos conselhos de classe e da reunião de pais todas as EEBs deveriam participar. E a compensação de carga horária aconteceria por meio do controle em pasta de registro específico para esse fim. O quadro 8 enumera as reuniões de 2024, até julho de 2024, todas com participação da EEBs.

Quadro 8 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2024

(continua)

Data	Resumo
01/02/2024	Apresentação do PPP da escola e Regimento Interno. Apresentação da equipe. Definição conjunta do calendário escolar.
02/02/2024	Planejamento da semana de acolhimento pelos professores sob orientação das EEBs. Estudo dos ilícitos administrativos sob orientação da direção.
19/02/2024	Reunião de pais/responsáveis, equipe gestora e professores para apresentação da equipe escolar.
11/03/2024	Planejamento das ações de intervenção pedagógica pelos professores sob supervisão da EEBs.

Quadro 8 - Registros de reuniões coletivas de Módulo II e dias escolares de 2024

(conclusão)

Data	Resumo
25/03/2024	Lançamento de avaliações intermediárias no SIMAVE.
08/04/2024	Capacitação aos professores sobre elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) ministrada pela equipe CREI da SRE Capivara-MG (Centro de Referência da Educação Inclusiva).
15/04/2024	Conselho de classe 1º bimestre.
06/05/2024	Reunião de pais/responsáveis e professores: entrega de boletins do 1º bimestre.
20/05/2024	Planejamento das ações de intervenção pedagógica pelos professores sob supervisão da EEBs.
07/06/2024	Ornamentação festa junina.
17/06/2024	Lançamento de avaliações intermediárias no SIMAVE.
01/07/2024	Conselho de Classe 2º bimestre.
04/07/2024	Estudo do Regimento Escolar.
05/07/2024	Construção conjunta do Adendo Regimental.

Fontes: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no livro de ata de reuniões da escola; e-mail institucional da escola; listas de presença contendo pauta e data da reunião.

A tabela 1 sintetiza, em números, as ocorrências das reuniões no período coletado (Janeiro de 2017 a Julho de 2024). É válido ressaltar que, no período de 2017 a 2023 foram contabilizadas as reuniões de janeiro a dezembro de cada ano. Já coleta de dados, referente ao ano de 2024, foi feita até o mês de julho, para dar segmento às outras demandas da pesquisa, visto o período próximo para a qualificação deste estudo.

Tabela 1 - Análise numérica das reuniões realizadas na escola no período pesquisado (Janeiro de 2017 a Julho de 2024)

Ano	Reuniões		Tipo de reunião		Conselhos de Classe	
	Previstas (Módulo II e Dias Escolares)	Realizadas	De caráter informativo	De caráter formativo	Previstos	Realizados
2017	20	14	14	0	04	04
2018	20	06	06	0	04	04
2019	20	14	14	0	04	05
2020	20	06	02	04	04	01
2021	20	15	11	04	04	04
2022	20	18	11	07	04	03
2023	24	24	16	08	04	04
2024*	14	14	12	02	02	02

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados levantados nos quadros 1 a 8.

*Janeiro a Julho de 2024.

O quantitativo de reuniões anuais na escola, levando-se em consideração os Dias Escolares e reuniões coletivas de Módulo II, varia em torno de vinte a vinte e quatro encontros, pois depende do calendário escolar anual. As reuniões acontecem com todo o

corpo docente, o que gira em média de 40 participantes por reunião, quantidade que varia, também, de acordo com o Quadro de Pessoal de cada ano escolar.

As reuniões são feitas com toda a equipe de professores junta, dos dois turnos: Anos Finais do turno matutino e Anos Iniciais do turno vespertino. As reuniões de Módulo II coletivo sempre acontecem no extra-turno, à noite. Já os Dias Escolares, que são poucos no calendário, acontecem no horário de cada turno de trabalho. Em alguns raros casos, quando a pauta exige, e equipe é separada, em momentos diferentes, sendo feita uma reunião para Anos Finais e uma para Anos Iniciais. Até o ano de 2019 não havia definição fixa de dia da semana e horário das reuniões, elas eram marcadas, conforme necessidade da equipe gestora.

A partir de 2020, no processo anual de distribuição de aulas e de turmas, a direção passou a registrar, em ata, a definição do dia da semana, o horário e a periodicidade das reuniões coletivas, organizando junto ao calendário escolar um cronograma com todas as datas de Módulo II coletivo do ano. Por meio de votação, por unanimidade, os professores decidiram por reuniões quinzenais, às segunda-feiras, das 17h40min às 21h40min.

A partir de 2022, foi criado o “Grupo 2”, de Módulo Coletivo, devido ao fato de alguns professores efetivos terem assumido novos cargos, por concurso público, lecionando todas as noites, o que os impedia de frequentar as reuniões quinzenais de segunda-feira. Assim, o Grupo 2, em 2022, era composto por 3 professores das séries finais, e funcionava, quinzenalmente, às quartas-feiras das 13h às 17h. A mesma pauta, que era trabalhada nas segunda-feiras, era repetida, pela direção, aos membros da quarta-feira. Em 2023, o Grupo 2 continuou funcionando no mesmo dia e horário, com quatro professores das séries finais. E em 2024, passou a funcionar às quinta-feiras, quinzenalmente, das 13h às 17h, com seis professores. Em todo início de ano letivo, desde 2020, a direção reúne-se com a equipe docente para verificar a disponibilidade e organizar os grupos de cumprimento das reuniões coletivas e, desde então, não houve alteração na definição do grupo 1, que continuou acontecendo às segunda-feiras, quinzenalmente, de das 17h40min às 21h40min.

Pode-se constatar, por meio da busca de registros das reuniões coletivas que, em 2017, a escola possuía registros de quatorze reuniões de módulo II. Como a escola se organiza em reuniões de 04 horas de duração cada, a média deve ser de duas reuniões por mês em todos os anos letivos, já que, de acordo com o Ofício Circular nº2663/2016 (Minas Gerais, 2016) já descrito, a carga horária mensal total destinada às reuniões coletivas deve ser de oito horas mensais. Nesse sentido, o ano de 2017 registrou menos reuniões que a média anual esperada, que, contando com dias escolares, é em torno de vinte reuniões anuais. Foi averiguado

período de greve com grande adesão de professores, o que interferiu na quantidade de reuniões realizadas. Ainda sobre 2017, observa-se que todas as reuniões possuem caráter informativo ou administrativo, não houve registros de caráter formativo. Os Conselhos de Classe foram realizados conforme previsto, sendo um por bimestre.

Em 2018, observam-se apenas seis registros de reuniões, todas de caráter informativo. Observa-se, também, o cumprimento dos Conselhos de Classe bimestrais conforme o previsto. O número baixo de reuniões se deve a período de greve de 08/03/2018 a 18/04/2018. Conforme relatos de professores e EEBs, todas as reuniões previstas fora do período de greve aconteceram, mas muitas não foram registradas.

Em 2019, observa-se um total de onze reuniões registradas e, no início do segundo semestre, o registro, no e-mail institucional da escola, de uma organização a partir de um cronograma de datas. Todas as reuniões do referido ano ocorrem como informativas ou administrativas, havendo participação das EEBs somente nas reuniões voltadas a Conselho de Classe ou a Reunião de Pais/Responsáveis.

A partir de 2020, encontramos registros de reunião entre equipe gestora (direção, vice-direção e EEBs), antes do início do ano letivo, para organização de Cronograma Anual de reuniões de Módulo II, contendo todas as datas do ano e inserção destas no calendário escolar. As pautas definidas nesse cronograma são apenas os Conselhos de Classe e Reuniões de Pais/Responsáveis que, a partir deste ano, vêm com datas definidas na resolução anual de calendário letivo da SEE/MG.

Embora 2020 tenha iniciado com um cronograma organizado de reuniões, foi um ano atípico, no qual todo o planejamento teve que ser alterado. O ano letivo começou com dias escolares de 03/02/2020 a 07/02/2020, iniciando os dias letivos com aulas em 10/02/2020. Paralelamente a isso, iniciou-se uma greve parcial de professores/funcionários do estado de MG, que durou de 07/02/2020 a 17/02/2020. Em 18/02/2020 foi anunciada a suspensão de aulas devido à pandemia por covid-19. Essa suspensão durou até 12/05/2020. Em 13/05/2020, os servidores retornaram ao trabalho, de forma remota, e em 18/05/2020 os estudantes retomaram suas atividades escolares de forma remota, iniciando o período do REANP, que perdurou até dezembro de 2021. Com isso, o recesso escolar foi considerado de 23/03/2020 a 16/04/2020, e o janeiro de 2021 foi letivo, ainda referente ao ano de 2020, para conclusão das atividades escolares e cumprimento de dias letivos.

Devido às mudanças pela pandemia, as reuniões que ocorreram foram marcadas de acordo com a necessidade de abordagem das pautas. A utilização de cursos para abater horas

extraclasse só é permitida na compensação de horas individuais, e não nas horas coletivas. No entanto, a necessidade de aperfeiçoamento em tecnologias, para lidar com o REANP, trouxe uma procura maior dos professores para esses momentos formativos e, nesse período, excepcionalmente, foi permitida a flexibilização da duração das reuniões coletivas para que os professores pudessem se dedicar aos diversos cursos ofertados pela SEE . O REANP aconteceu de março de 2020 a dezembro de 2021 e, nesse período, as reuniões ocorreram, no formato online, na plataforma de encontros “*Google Meet*” ou YouTube, e todas as listas de presenças, atas e questionários foram registrados no drive do e-mail institucional da escola. Observa-se uma ocorrência maior de momentos formativos e pautas pedagógicas, com participação das EEBs nesse período.

No ano de 2022, o retorno presencial aconteceu em sua totalidade, assim como a realização de reuniões coletivas na escola. Algumas reuniões foram registradas apenas no formato de pauta, acrescida de lista de presença, e outras, por meio de atas. Observa-se uma melhor organização em termos de cumprimento de um cronograma, sendo realizadas ao todo dezoito reuniões no ano. O caráter formativo ocorre com mais frequência, sendo os temas propostos para os momentos de formação pelos próprios professores, na maioria das vezes.

As reuniões que ocorreram em 2023 até julho de 2024 estão todas registradas em atas. Observou-se um caráter formativo, no início dos referidos anos letivos, em dia escolar, posteriormente, em um módulo coletivo, que foi cumprido em um simpósio, fora da escola, a partir de convocação da direção para participar do momento formativo. Observa-se, conforme exposto no Quadro 9, uma maior frequência desses momentos de formação em 2022 e em 2023, sete e oito momentos, respectivamente, o que equivale a aproximadamente um terço dos encontros anuais. Já no período analisado de 2024, a proporção decaiu, ficando em torno de apenas 15% dos encontros voltados a momentos formativos.

A partir dos registros das reuniões, foi observado que, nos anos de 2017 e 2018, a participação das EEBs na mediação só ocorreu nos conselhos de classe. A partir do segundo semestre de 2019, observa-se nas atas que a frequência da participação das EEBs vem aumentando, à medida que as pautas das reuniões passam a ser mais pedagógicas. No levantamento das pautas das reuniões, nos quadros acima, foram colocados em negrito os momentos voltados à formação continuada.

A participação das EEBs nas reuniões é importante para condução de pautas pedagógicas, pois são os profissionais qualificados para esse acompanhamento. O diretor escolar tem a função de trabalhar nas gestões administrativa, financeira e pedagógica, sendo

importante a sua participação e condução das reuniões. Porém, para organização de atividades dos docentes, o EEB tem a formação e o olhar pedagógico para esse fim. O diretor escolar pode ser, originalmente, professor de qualquer disciplina, enquanto o especialista sempre terá a formação em Pedagogia, que é requisito para o cargo. Reuniões pedagógicas mediadas somente pelo diretor escolar nem sempre têm resultados abrangentes, quanto aquelas que têm a participação dos EEBs.

Busca-se, também, coletar informações da receptividade dos professores quanto aos momentos formativos e incentivar a equipe docente na realização de cursos ofertados pela SEE/MG ou por instituições de ensino de nível superior, por meio das divulgações de cursos via e-mail institucional da escola para os servidores. Na equipe docente, no ano de 2023, temos uma professora fazendo mestrado, três professoras fazendo especialização, três professoras fazendo segunda licenciatura e dez professores fazendo curso de curta duração oferecido pela SEE/MG. Embora os cursos só possam ser utilizados para abater horas extraclasses individuais, e não das horas coletivas, é um quantitativo significativo de servidores buscando formação continuada. A busca por uma formação traz benefícios ao ensino-aprendizagem dos estudantes, pois os docentes envolvidos em cursos de formação desenvolvem novos projetos e atividades aprendidas nos cursos dentro da escola, o que traz enriquecimento e atualização do conhecimento trabalhado com os alunos.

De acordo com feedback dos professores, os momentos voltados para o bem-estar do servidor e reflexões são os que eles mais têm gostado. Por intermédio de Formulário Google, enviado aos professores em dezembro de 2022, para que estes relatassem, de forma anônima e com participação facultativa, seis professores responderam a quatro perguntas, e alguns mencionaram que os melhores momentos foram as reuniões que trouxeram reflexões e momentos de introspecção.

Em outro Formulário Google enviado aos docentes em abril de 2022, os professores da escola fizeram colocações sobre temáticas a serem abordadas e formatos de reuniões, conforme quadros 9 e 10:

Quadro 9 - Coleta de dados de sugestões de temas a serem abordados em reuniões de Módulo II destinadas à formação continuada

Nº de professores que sugeriram	Tema sugerido
12	Indisciplina
5	Alfabetização na adolescência
6	Deficiência intelectual na escola e falta de diagnóstico
5	Inclusão
5	Desafios na alfabetização pós-pandemia
6	Relatos de práticas positivas

Fonte: Dados coletados de formulário Google, enviado aos professores em abril de 2022.

Alguns dos temas sugeridos foram abordados em reuniões, à medida que se conseguiu a participação de algum profissional especialista da área. Já o quadro 10, exhibe sugestões quanto ao formato das reuniões:

Quadro 10 - Coleta de dados de sugestões de organização das reuniões de Módulo II destinadas à formação continuada.

Nº de professores que sugeriram	Sugestão
6	Deixar os professores falarem mais sobre os temas trabalhados nas aulas
3	Propor mais debates
2	Desenvolver dinâmicas
31	Não sugeriu nada

Fonte: Dados coletados de formulário Google, enviado aos professores em abril de 2022.

As reuniões de Módulo II são importantes tanto para a equipe docente e pedagógica, quanto para os alunos. Nesses encontros, ocorre o diálogo entre membros da equipe gestora (diretora, vice-diretora e EEBs) e professores. Índices de aproveitamento dos estudantes são analisados, resultados de avaliações externas e internas, conselhos de classe, reuniões de pais e responsáveis pelos alunos, elaboração de projetos para a escola, palestras e momentos de estudos para os professores, são temas que norteiam algumas das pautas dessas reuniões. No contexto acadêmico, é importante, para fornecer elementos de análise do funcionamento da escola pública e estrutura pedagógica da escola, assim como execução de políticas públicas e execução financeira, que também são temas debatidos nessas reuniões.

Esses encontros coletivos da equipe escolar são imprescindíveis para decisões e deliberações de todo o contexto pedagógico da escola, assim como planejamento do trabalho de professor para com o aluno. É importante entender o contexto dessas reuniões, para elaboração do PAE: como as reuniões são organizadas; se há temas e datas já propostos pela SEE/MG e quais são; como esses encontros contribuem ou podem vir a contribuir com a

formação continuada docente; em quais temas os professores gostariam de se aprofundar nesses estudos; qual a relevância desses temas no resultado a ser atingido com os alunos; quais são os fatores que dificultam a formação continuada; quais são os fatores que favorecem essa abordagem.

O quadro 11 refere-se a dados coletados, em dezembro de 2022, com demandas que a equipe gestora está buscando no ano de 2023.

Quadro 11 - Coleta de dados de sugestões de organização de formatos das reuniões de Módulo II destinadas à formação continuada

Nº de professores que responderam	6
Pergunta 1: Descreva, brevemente, quais momentos de estudo coletivo você participou em reuniões da escola na atual gestão.	Resposta 1: “Quando trabalhamos com ações e metas para serem desenvolvidas e cumpridas.” Resposta 2: “Todos que ocorrerem na segunda-feira durante o ano.” Resposta 3: “Saúde emocional dos educadores e dos discentes no pós-pandemia.” Resposta 4: “O último módulo com a coach C. R. que nos fez por alguns momentos pensarmos em nós e a nos valorizar e pensar nos pontos em que precisamos melhorar tanto no aspecto profissional e nas relações sociais.” Resposta 5: “Participei de todos os momentos desde a elaboração do calendário letivo, orientações sobre livro de ponto, horas extracurriculares, projetos relacionados a festas juninas e jogos escolares a dinâmicas realizadas por profissionais que atuam em outros ambientes.” Resposta 6: “Educação em Tempos de pandemia, Segurança em Rede.”
Pergunta 2: Qual dos temas abordados trouxe mais interesse para você?	Resposta 1: “As ações do Gide.” Resposta 2: “A palestra motivacional que tivemos na última segunda.” Resposta 3: “Saúde emocional dos educadores.” Resposta 4: “O tema que foi abordado 'A volta após a pandemia com a professora M. F.’ Resposta 5: “As dinâmicas realizadas por M. F. e C. R., me despertaram interesse porque nos ajudaram a nos conhecer um pouco mais e também nossos parceiros de trabalho. Este tipo de dinâmica aumenta a interação entre a equipe e diminui possíveis tensões existentes.” Resposta 6: “Educação, em tempos de pandemia.”
Pergunta 3: Quais temas você gostaria que fossem trabalhados em outros momentos?	Resposta 1: “Trabalhar mais os valores e ética com a equipe pedagógica.” Resposta 1: “O bem-estar do servidor” Resposta 1: “Posicionamento corporal e comando do professor em sala de aula.” Resposta 1: “Desenvolvimento de competências socioemocionais novas metodologias de ensino entre outras” Resposta 1: “Temas relacionados à gestão em sala e exemplos de atividades interativas, que possam melhorar nosso processo de ensino-aprendizagem e despertar o interesse dos alunos.” Resposta 1: “Educação especial e Biblioteca Escolar.”
Pergunta 4: Deixe sua crítica / sugestão para os momentos de estudos promovidos à equipe docente na escola.	Única resposta: “A equipe é grande e poderíamos desenvolver mais momentos de descontrações para a equipe. Como: brincadeiras, dinâmicas, relatos ou vídeos.”

Fonte: Dados coletados de formulário Google, enviado aos professores em dezembro de 2022.

Esses levantamentos por questionários foram propostos aos professores como participação facultativa. Poucos professores responderam e mencionaram somente os momentos de que se lembram ou tiveram significado para eles. Não significa que não participaram de todos os momentos. Participaram de todos, mas relataram somente os que se lembram ou que foram relevantes. A análise dessas respostas é feita no Capítulo 3, em que foram confrontadas as colocações junto com a roda de conversa realizada com a equipe.

Nos registros das pautas das reuniões coletados nos quadros 3 a 8, observa-se o caráter predominantemente informativo e administrativo em reuniões do período de 2017 a 2019. Para entender o motivo da organização de pautas de caráter mais informativo, foi preciso pesquisar junto à equipe escolar como eram organizadas e realizadas as reuniões de Módulo II. A partir de 2020, observa-se a existência de alguns momentos formativos e, nesse sentido, é necessário compreender quais fatores propiciam esses momentos e quais fatores são impeditivos, sendo de suma importância a análise da organização da escola para reuniões, para análise dos registros e para compreensão do papel do gestor na realização dessas ações.

A partir dos quadros, resumos das reuniões e feedbacks dos professores, nota-se a necessidade de melhor planejamento das ações de estudo e formação continuada para a equipe docente, no sentido de perceber os reflexos dessas ações, na melhoria do processo de ensino-aprendizagem, dos discentes. Além disso, percebe-se a importância de uma maior participação da equipe pedagógica nas reuniões, e organização dos registros das mesmas.

Análises de resultados de avaliações externas e externas, por exemplo, são temáticas pedagógicas importantes a serem desenvolvidas em momentos de estudos com os professores, como dados extraídos do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem de Minas Gerais SIMAVE, IDEB e relatórios de resultados da GIDE Avançada. A formação continuada pode ser organizada pela equipe de EEBs trabalhando com os docentes temáticas como BNCC e análises de resultados. A GIDE Avançada fornece dados tabulados e exposição detalhada de resultados alcançados pelos alunos, vindo a contribuir muito no estudo mediado pelas EEBs como os professores.

Observando-se as temáticas abordadas nas reuniões coletivas, descritas nos quadros 1 a 8, esses momentos formativos organizados pelas EEBs, para análise de dados ou estudos de documentos são raros ou, muitas vezes, inexistentes

Assim, é necessário entender quais os entraves para o desenvolvimento dessas ações de formação continuada nas reuniões pedagógicas e quais as principais necessidades e interesses da equipe no processo formativo. Por meio da escuta da equipe, nas próprias

reuniões, ou por intermédio de questionários enviados para respostas, é possível elencar os temas de interesse.

Nesse sentido, no próximo capítulo são reunidas bases teóricas sobre o significado e a organização das reuniões pedagógicas, o papel da equipe gestora nessa organização e o embasamento teórico para metodologia de pesquisa, a ser desenvolvida para investigação dos fatores envolvidos para organização de momentos de formação continuada em serviço.

3 UM ESTUDO SOBRE O SIGNICADO DO MÓDULO II E FORMAÇÃO CONTINUADA

Este capítulo busca o entendimento de como a equipe gestora pode utilizar o módulo II e as horas de atividade extraclasse para formação continuada e é dividido em três seções:

Em sua primeira seção, apresenta uma análise dos principais referenciais teóricos acadêmicos sobre reuniões pedagógicas, formação continuada docente e gestão pedagógica. Em seguida, na segunda seção, ainda no viés de revisão bibliográfica, faz uma coletânea dos principais estudos deste PPGP acerca dos temas aqui abordados, com foco em reuniões pedagógicas e formação em serviço, com objetivo de elencar as principais contribuições destes estudos para elaboração do PAE desta pesquisa. A terceira parte descreve a metodologia de pesquisa desenvolvida na investigação dos fatores inerentes às reuniões da escola pesquisada. Por fim, a quarta seção traz a análise da roda de conversa realizada com os professores e EEBs da EEMC.

3.1 EXPLORANDO SIGNIFICADOS E RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE E REUNIÕES PEDAGÓGICAS / HORAS EXTRACLASSE

As Reuniões Pedagógicas são momentos importantes de formação e de articulação do trabalho pedagógico realizado na escola. Dessa forma, esses encontros formativos servem como alicerces para o aprimoramento dos aspectos humanos e pedagógicos da escola, funcionando como espaços de diálogo, onde a equipe gestora pode ouvir as necessidades dos professores, entender os processos em andamento, reunir informações e alinhar ações para promover mudanças e melhorias em prol de uma educação pública de qualidade.

A escola desempenha um papel crucial na criação e na promoção de um ambiente de formação pedagógica contínua para os professores, garantindo tempo e espaço para a aprendizagem prática e a troca de experiências.

De acordo com o documento “Diretrizes Reuniões Pedagógicas”, encaminhado pela SEE/MG, por meio do Memorando-Circular nº 1/2023/SEE/DIEF, de 26 de junho de 2023, os principais objetivos dessas reuniões são

desenvolver a comunicação e o alinhamento nas decisões coletivas, adotando metodologias e técnicas que facilitem a compreensão dos temas a serem debatidos, resultem em aprendizagem prática e contribuam para a

organização dos processos pedagógicos, com registros reflexivos e propositivos (Minas Gerais, 2023a, recurso online).

De acordo com Lüdke (2001), os autores pioneiros da discussão sobre formação de professores foram M. Tardif, C. Lessard e L. Lahaye, quando publicaram um estudo em *Teoria & Educação*, no ano de 1991. Esse trabalho conseguiu despertar o interesse da comunidade acadêmica brasileira para o estudo de um tema de conhecimento subentendido entre os professores, mas cuja complexidade tornou-se um desafio à argúcia de muitos membros dessa comunidade, desde então.

Outro autor citado por Lüdke (2001) é D. Schön, em sua obra sobre o *Reflective Practitioner*, de 1983, que desencadeou uma onda de difusão da ideia que passou a ser conhecida como a do “professor reflexivo”, apesar do de o autor não ter focalizado o professor nessa primeira obra (Schön, 1983 apud Lüdke, 2001, p.80). Para Schön (1983 apud Lüdke, 2001, p.81), o professor não era o sujeito principal de análise, mas suas sugestões corresponderam de tal forma à expectativa dos formadores de futuros professores, que alcançaram um sucesso dificilmente obtido por outras ideias no campo da educação.

Assim, a abordagem reflexiva passou a ser considerada indispensável para o trabalho e a formação do bom professor (Lüdke, 2001). A formação do professor passa, também, pela experimentação da própria atividade e por uma reflexão crítica de novos modos de trabalho. No entanto, a contribuição dos conhecimentos acadêmicos é de grande importância, sendo crucial o somatório de ambos para o desenvolvimento profissional do docente (Leme, 2006).

Segundo Nóvoa (1992), um dos aspectos da formação de professores que a inviabiliza como desenvolvimento profissional é o “esquecimento” da dimensão do pessoal. Ele fala da relação íntima na qual o professor é uma pessoa, e uma parte importante da pessoa é o professor, destacando que a formação se constrói também “[...] através de uma (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso, é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência” (Nóvoa, 1992, p. 25). Assim, o desafio de uma formação docente global deve lidar, também, com as experiências de vida dos professores, abrindo espaço para que suas vivências profissionais possam ser resgatadas e consideradas nas reflexões que estabelecem com a equipe gestora nas reuniões.

Considerando que o aprender a ensinar é um processo de construção complexo e pessoal, feito ao longo da vida (Mizukami *et al.*, 1998), não se pode esperar que um único curso possibilite mudar substancialmente concepções e práticas, seja ele um curso de licenciatura para exercício da profissão ou outro de formação continuada. Completando o

pensamento, Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010), em sua análise, demonstra que os professores em exercício criam conceitos, conhecimentos e experiências, a partir daqueles já darão continuidade ao seu crescimento. A construção da formação dos professores engloba tudo o que faz parte da vida dos profissionais, suas perspectivas sobre a vida, a sociedade e a universidade, a educação, seus interesses, suas necessidades, suas habilidades, seus medos, seus obstáculos e suas limitações. Essa formação é contínua e não se limita a uma instituição, uma sala de aula, um curso específico, porque os professores podem aprender por conta própria, trabalhando, analisando sua própria realidade em relação à universalidade de diferentes vivências que, também, incluem eventos diários, circunstâncias políticas, situações formadoras, experiências, teorias e conceitos.

Complementando, o processo de formação docente não se reduz ao treinamento e à capacitação (Nóvoa, 1991b; Schön, 1992), nem sequer à transmissão de conhecimentos, mas, é, acima de tudo, uma reconstrução de valores éticos, uma valorização da práxis refletida. Assim, o professor precisa ser capaz de refletir a ação, sobre a ação e sobre a reflexão na ação.

Para Tardif e Lessard (2009):

um primeiro fio condutor é que o saber dos professores deve ser compreendido em íntima relação com o trabalho deles na escola e em sala de aula. Noutras palavras, embora os professores utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionamentos e recursos ligados a esse trabalho. Em suma, o saber está a serviço do trabalho. Isso significa que as relações dos professores com os saberes não são relações estritamente cognitivas: são relações mediadas pelo trabalho que lhe fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas (Tardif; Lessard 2009, p. 16-17).

Os autores, no trecho acima, destacam o saber do professor frente às necessidades cotidianas de sala de aula. A partir de então, observa-se, em uma análise sobre formação continuada de professores, o que os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) nos levam a refletir sobre a complexidade da definição do conceito de “formação” como processo de aprendizagem. Esse conceito é envolto nas múltiplas relações dos conhecimentos que se entrelaçam nas esferas ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas e das áreas de conhecimento específico do indivíduo, além dos fatores culturais, históricos, sociais e coletivos dos quais cada pessoa faz parte (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010).

Essa reflexão e explanação são importantes no debate e na construção do que é a formação docente. O quão complexa é a formação humana como um todo, e a forma como os autores nos trazem isso nos permite adentrar em uma atmosfera necessária à compreensão do

processo formativo docente, o qual não é um processo mecânico e moldado, mas sim influenciado pela formação social da pessoa envolvida e suas vivências particulares.

Os autores nos mostram que:

Os docentes em exercício constroem novos conhecimentos, ideias e práticas, pois é a partir daquilo que já possuem e sabem que continuam seu desenvolvimento. A construção da formação docente envolve toda a trajetória dos profissionais, suas concepções de vida, de sociedade, de escola, de educação, seus interesses, necessidades, habilidades e também seus medos, dificuldades e limitações. Essa construção é um processo contínuo, que se desenvolve no dia a dia do professor, em sua vivência profissional e pessoal. (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 370).

Nesse sentido, os autores demonstram que a instituição escolar é o espaço principal onde acontecem os projetos e as atividades de formação de professores, mas estabelecem como necessárias condições que os propiciem, dentre elas a organização da gestão institucional. No entanto, deixa-se claro que a escola não é a única responsável por essa formação, uma vez que o espaço escolar depende de relações com outras instâncias (Estado em seus diferentes níveis, a família e todas as organizações instituídas socioculturalmente para que ela se desenvolva).

Analisa, ainda, que o processo de formação docente não é tão simples, uma vez que muitas responsabilidades são dadas à escola, e os discursos governamentais colocam a educação em lugar de destaque como fonte “salvadora” das mazelas sociais. A Formação de Professores, é colocada no mesmo patamar, sendo comum achar que esta é a “salvação dos problemas de ensino”. Mas o processo de formação docente conta com problemas que envolvem os cursos de formação, políticas educacionais e estigmatização da sociedade.

A pesquisa em educação, voltada à formação de professores, deve ser cuidadosa a observar a realidade do fazer docente, como coloca Tardif:

A nosso ver, um dos maiores problemas da pesquisa em ciências da educação é o de abordar o estudo do ensino de um ponto de vista normativo, o que significa dizer que os pesquisadores se interessam muito mais pelo que os professores deveriam ser, fazer e saber do que pelo que eles são, fazem e sabem realmente (Tardif, 2000, p.12).

Nessa perspectiva, Tardif (2000) nos mostra a importância de se pesquisar o professor na sua prática pedagógica, no que ele é e faz no seu dia a dia.

Um trecho de importante destaque no estudo de Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010), é o momento em que citam os posicionamentos enunciados por Gatti: “Parece que algumas crenças do tipo ‘quem sabe, sabe ensinar’ ou ‘o professor nasce feito’ ainda predominam em nosso meio, embora a realidade esteja a toda hora contraditando essas crenças”. (Gatti, 2000, p.40 apud Alvarado-Prada, Freitas e Freitas, 2010, p.371).

Para Gatti (2000), a profissão docente ainda é encarada pela sociedade e pela universidade como sendo “fácil”, como algo que pode ser feito intuitivamente, dispensando uma formação de qualidade, bons materiais, boa estrutura e bons professores. A prática pedagógica docente acontece como consequência dos saberes adquiridos na formação superior (universidade) e as experiências pessoais adquiridas durante toda a vida. Ao chegarem à universidade, os futuros ou os já docentes em exercício possuem uma bagagem muito rica e extensa, mas nem sempre valorizada e redimensionada. A partir dessa análise inicial, que promove uma profunda reflexão, os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) iniciam uma linha do tempo do contexto da formação docente, a partir dos anos de 1990, passando pela LDB/1996, e chegando às atuais ofertas mercadológicas de “capacitações”, “cursos de reciclagem”, “treinamentos”, dentre outros tão criticados pelos autores, que colocam que:

Estas concepções têm implícita, de um lado, a desconsideração dos saberes dos educadores e, de outro, o entendimento de que o faltante são os conhecimentos “científicos” que devem ser adquiridos de seus possuidores para tirar os professores de sua incapacidade. Nesse entendimento, os professores são considerados apenas consumidores de conhecimentos ou executores de tarefas e não autores dentro do processo educativo, nem gestores da sua própria aprendizagem (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 375).

Completando o pensamento, esses pesquisadores exemplificam abordagens modernas da formação continuada e alertam sobre os perigos da massificação de termos como “professor pesquisador” e “professor reflexivo”, pois podem levar erroneamente a uma apropriação da responsabilidade do professor por sua “má formação”, sem levar em consideração sua carga horária e distribuição das horas de atividades para esses momentos formativos, que, muitas vezes, são insuficientes.

O posicionamento dos docentes também é levado em consideração no desenvolvimento do estudo, em que muitos professores se mostram insatisfeitos com as oportunidades de formação continuada, por muitas vezes lhe serem impostas.

A partir dessa discussão, os autores propõem o que chamam de “Formação Continuada de Professores em Serviço (FCPS) s”, que segundo os próprios autores:

O conjunto de docentes de uma instituição escolar pode constituir-se em um coletivo que desenvolve um projeto de formação continuada de seu corpo docente em seu próprio espaço de trabalho, construindo seu próprio objeto de pesquisa-formação mediante atividades que, por um lado, permitam a compreensão de sua própria realidade e, por outro, atendam seus interesses e necessidades de formação (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p. 382).

É esclarecido, também, nesse estudo, que:

A FCPS no espaço escolar requer, para o confronto de seus conhecimentos, a colaboração de outros profissionais – formadores de professores – que orientem seus processos pedagógicos ou de pesquisa de preferência no local de trabalho onde acontecem as relações, objeto de estudo. Também os professores da escola precisam planejar coletivamente quem, como, para o que, quando ir a outros espaços (universidade, eventos acadêmicos, estágios) para fazer os confrontos de conhecimentos e as trocas necessárias ao processo de pesquisa-formação institucional. (Alvarado-Prada; Freitas; Freitas, 2010, p 370).

Além disso, o estudo nos leva a refletir sobre o papel da gestão escolar e governamental nos processos de formação, sendo, portanto, uma análise indispensável para traçar a pesquisa de forma segura e bem direcionada.

Cabe, também, nesse cenário, a perspectiva da formação em contexto, uma abordagem de desenvolvimento profissional, que ocorre no ambiente de trabalho, que permite que os profissionais aprendam e aprimorem suas competências, diretamente, em situações reais. A formação em contexto é sugerida por Oliveira-Formosinho (2009). A autora destaca que essa formação em contexto é mais significativa por estar integrada às práticas cotidianas.

Na próxima seção é feito um levantamento e revisão bibliográfica dos estudos sobre Módulo II, Reuniões Pedagógicas e Formação em Serviço, feitas por egressos do PPGP/UFJF.

3.2 AS PESQUISAS SOBRE MÓDULO II, REUNIÕES PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO EM SERVIÇO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O PPGP/UFJF foi instituído em 2009. O programa oferece um curso de Mestrado Profissional, inicialmente voltado a diretores de escolas públicas e técnicos em atividade nos órgãos de gestão da educação básica pública e, atualmente, aberto a convênio com a SEE/MG, com mestrandos de diversos cargos dentro da educação na Rede Estadual de MG. O programa já estabeleceu convênio com outras redes e regiões, e a cada processo seletivo esses convênios são atualizados. Uma de suas linhas de pesquisa, “Avaliação, Currículos e Desenvolvimento Profissional de Gestores e Professores da Educação Básica”, contribui para o enriquecimento acerca dos desafios para a formação continuada docente.

Nesse sentido, esta seção traz uma revisão de literatura dos autores deste PPGP que desenvolveram suas pesquisas sobre formação em serviço e utilização das reuniões pedagógicas para esse propósito.

Os desafios para o desenvolvimento de pautas formativas nas reuniões coletivas de Módulo II refletem anseios em outras escolas, regiões, equipes pedagógicas e docentes.

Em 2020, Silva desenvolveu sua pesquisa, a partir de um estudo de caso das reuniões de Módulo II, de uma escola estadual de da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Por meio de entrevistas aos gestores escolares e aplicação de questionários aos professores, foi identificado que as reuniões da escola pesquisada frequentemente são voltadas para questões administrativas, deixando em segundo plano a formação dos professores. Observou-se, também, uma falta de planejamento sistemático, com pouca articulação entre os temas abordados nas reuniões e as necessidades pedagógicas e se apontou como dificuldades externas a carga de trabalho excessiva dos professores, muitas vezes com múltiplos vínculos empregatícios, o que reduz sua disponibilidade e seu engajamento. Silva (2020) coloca que:

Diante dos vários desafios da educação brasileira, entendemos que os avanços não virão de esforços unilaterais, mas de uma coparticipação de todos: poder público, professores, gestão e toda a comunidade escolar. Assim, faz-se necessário proporcionar espaços colaborativos e de aprendizado mútuo na escola (Silva, 2020, p.18).

Observa-se, assim, com a fala da autora, que os desafios para a gestão escolar para propiciar reuniões que sejam proveitosas e engajadas no propósito da formação docente, perpassam os limites de responsabilidade exclusiva da gestão escolar. É preciso envolvimento, além da gestão, de toda a comunidade escolar e, também, de políticas públicas.

Outro estudo importante sobre a formação continuada em serviço foi desenvolvido por Mercês (2018). A autora aborda a implementação da hora-atividade nas escolas estaduais de Rondônia, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008, com ênfase na formação continuada de professores. A pesquisa parte da compreensão de que a formação continuada é uma estratégia fundamental para a melhoria da educação.

Segundo Mercês (2018), a reorganização da jornada docente, com a destinação de um terço do tempo de trabalho para atividades complementares, visa criar espaços de reflexão e de aprimoramento profissional. A autora aponta, no entanto, que a efetividade dessa política enfrenta barreiras tanto estruturais quanto organizacionais, como a falta de formação para gestores escolares e o uso inadequado do tempo destinado à formação.

O estudo fundamenta-se em um extenso aparato legal, que inclui a LDB/1996 e o PNE (2014-2024), documentos que, também, sustentam o embasamento legal deste trabalho de pesquisa (Brasil, 1996, 2014). Mercês (2018) ressalta que esses documentos enfatizam a necessidade de valorização docente por meio da formação continuada e do planejamento integrado ao cotidiano escolar. Como destacado pela autora, “[...] nenhuma formação inicial é suficiente para suprir todas as necessidades profissionais ao longo da carreira” (Mercês, 2018, p. 26).

A pesquisa de Mercês (2018) identifica que a falta de preparo dos gestores escolares para mediar e organizar formações é uma das principais barreiras. Gestores relataram dificuldades em cumprir as diretrizes legais devido à escassez de recursos, ao acúmulo de tarefas administrativas e à falta de apoio da Secretaria de Educação. Por outro lado, a dissertação destaca possibilidades relevantes. A autora observa que a regulamentação da formação continuada pela Portaria nº1867/2016 e a instituição de programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) indicam avanços na organização de práticas formativas. Esses dispositivos legais criam oportunidades para que os professores desenvolvam novas metodologias e fortaleçam suas competências. A autora destaca que “[...] a formação continuada deve ser concebida como um direito dos professores e um elemento essencial para a melhoria da qualidade educacional” (Mercês, 2018, p. 134).

Observa-se que, mesmo em regiões distintas, estados totalmente distantes (MG e Rondônia), os desafios da formação continuada nas horas extraclasse coletivas dos professores são constantes.

Em outro estudo realizado em uma escola de MG, Oliveira (2021) observa que as reuniões de Módulo II são frequentemente tomadas por demandas burocráticas, como preenchimento de diários e registros administrativos. Essa realidade compromete o potencial formativo desses encontros e distancia a prática da concepção ideal de desenvolvimento profissional continuado. O autor, também, ressalta que a frequente falta de planejamento para esses encontros limita seu potencial formativo, transformando-os em espaços de resoluções administrativas e discussões burocráticas (Oliveira, 2021).

Em complemento a essa ideia, uma ação proposta por Mercês (2018) no PAE de sua pesquisa refere-se ao preparo e ao estudo dos gestores escolares para condução das reuniões coletivas das escolas, ponto de importância identificado, ainda, nas ações propostas nesta pesquisa, descritas no capítulo 4.

Essa necessidade de preparo dos gestores, também, é debatida na pesquisa de Albuquerque (2015). A autora faz um estudo de caso sobre dinâmicas de implementação do Programa Gestão e Aprendizagem Escolar (Gestar II), em uma escola estadual de Pernambuco. A pesquisa analisa o período de 2010 a 2011, com ênfase nos desafios e nos impactos dos encontros de formação continuada promovidos pelo programa para professores de Língua Portuguesa.

Albuquerque (2015) identifica que a falta de comunicação entre as equipes gestoras da Secretaria de Educação e os gestores escolares prejudicou a eficácia do programa. Como destaca a autora, “[...] a ausência de integração comprometeu a implementação plena das ações formativas, refletindo em resultados limitados para professores e alunos” (Albuquerque, 2015, p. 52). A autora observou que o Gestar II proporcionou aos professores da escola pesquisada maior segurança na organização de suas práticas pedagógicas. No entanto, enfatizou que, apesar do material didático abrangente e das oficinas, as dificuldades estruturais e a falta de acompanhamento pedagógico limitaram o impacto do programa.

Silva (2018), também observa a importância da gestão escolar na mediação das reuniões coletivas, em um estudo de caso de uma escola de Minas Gerais. A autora evidencia que as atividades, realizadas durante o Módulo II, têm sido limitadas a tarefas administrativas, como correção de provas e atualização de diários eletrônicos. Segundo entrevistas com professores, a falta de acompanhamento pedagógico durante esses momentos contribui para

uma percepção de baixa produtividade e pouco impacto na formação continuada. Silva pontua que:

(...) o papel do gestor na política de M2 vai além do controle de presença dos professores. Nesse sentido, melhor seria se, ao invés de o gestor se fixar no controle de presença dos professores, o mesmo buscasse alternativas de melhoria da política de M2, que levassem esses profissionais a participar ativamente desses horários. Também são atribuições do diretor: planejar conjuntamente com a equipe de especialistas da escola as pautas de M2 coletivo e determinar ou autorizar os locais onde os professores devem realizar os M2 de caráter individual (Silva, 2018, p. 57).

O papel da gestão escolar volta a ser tema debatido no estudo Oliveira (2021) que ressalta a necessidade de um acompanhamento mais efetivo por parte da equipe gestora para garantir que as demandas formativas sejam atendidas. Ele aponta que, sem um apoio consistente, as atividades extraclasse correm o risco de se tornarem apenas um espaço para cumprir formalidades, perdendo seu potencial transformador (Oliveira, 2021).

Para otimizar a condução de pautas formativas nas reuniões de Módulo II, Queiroz (2020) propõe a reorganização das funções dos EEBs para que possam dedicar mais tempo à formação continuada e ao fortalecimento das reuniões pedagógicas. Essa reorganização envolveria a redistribuição de tarefas administrativas para outros membros da equipe gestora, como diretores e vice-diretores, liberando os EEBs para focar na melhoria da prática docente e no planejamento pedagógico, mediante evidências coletadas pelo autor sobre a demanda de serviços do EEB de uma escola de MG (Queiroz, 2020).

Além disso, o autor destaca a importância do EEB como mediador na implementação de formações autônomas conduzidas pelos próprios professores. Em suas propostas, os EEBs desempenham um papel central na organização de cronogramas, escolha de temas relevantes e monitoramento das formações, assegurando que sejam alinhadas às necessidades e ao contexto da escola (Queiroz, 2020).

Além de uma participação efetiva da gestão escolar, é importante salientar o protagonismo docente nos momentos formativos, que será discutido no PAE desta pesquisa, um ponto que também foi destacado por Albuquerque (2015, p. 95) “[...] a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo e integral, que valorize as experiências dos professores e promova sua autonomia”.

O protagonismo docente, também, é sugerido no PAE da pesquisa desenvolvida por Oliveira (2021), por meio da ação realização de “Seminários de Boas Práticas”, com o

objetivo de “criar espaços para que os professores compartilhem experiências e estratégias pedagógicas bem-sucedidas (Oliveira, 2021).

Essa análise de pesquisas desenvolvidas em regiões distintas do Brasil vem nos mostrando que o desafio da formação continuada docente não se restringe somente a MG e a suas escolas estaduais, o que sugere um debate amplo e criação de políticas públicas em nível nacional e, por isso, a formação continuada é tão debatida a partir da meta 16 do PNE:

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Brasil, 2014, documento online).

O formato de pauta de reuniões informativas é observado nas pesquisas de mestrado elucidadas neste capítulo, paralelamente a revisão de literatura acerca da formação continuada e organização de reuniões coletivas cumpridas nas atividades extraclasses dos professores. Essa revisão de pesquisas do PPGP/UFJF evidencia o consenso entre os autores quanto à necessidade de reforçar políticas públicas, garantir estrutura adequada e promover práticas formativas que dialoguem diretamente com as demandas dos professores, com um olhar atento às especificidades de cada escola.

A partir dessas nuances da formação continuada docente. A próxima seção apresenta as bases metodológicas do estudo.

3.3 BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA E REUNIÕES PEDAGÓGICAS NA ESCOLA ESTADUAL MARIE CURIE

Esta seção trata da metodologia desenvolvida na pesquisa. Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, foi utilizada a pesquisa qualitativa e a roda de conversa. Para melhor organização e compreensão, a presente seção divide-se em duas subseções: a primeira, traz uma revisão de literatura sobre pesquisa qualitativa e rodas de conversa como método de coleta de dados; a segunda, descreve a aplicação e a organização da roda de conversa na escola pesquisada.

3.3.1 A pesquisa qualitativa e a roda de conversa como instrumentos de pesquisa

Para a abordagem desses sujeitos e a análise de suas colocações, buscamos referenciais metodológicos decorrentes dos princípios da pesquisa qualitativa. A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes sentidos no campo das ciências sociais (Neves, 1996).

De acordo com a definição de Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa possui cinco características, embora nem todos os estudos considerados por esses autores como qualitativos evidenciem essas características com mesma convicção. Essas peculiaridades definidas por esses autores (Bogdan; Biklen, 1994) estão listadas a seguir, de forma sucinta:

- I. Na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.
- II. Na investigação qualitativa, os dados recolhidos são descritivos e não numéricos.
- III. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados/produtos.
- IV. Os investigadores qualitativos tendem a analisar seus dados de forma indutiva.
- V. O significado é de suma importância na abordagem qualitativa. (Bogdan; Biklen, 1994).

Em educação, a pesquisa qualitativa busca questionar os sujeitos de investigação, a fim de perceber “aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem” (Psathas, 1973 apud Bogdan; Biklen, 1994, p. 51). A pesquisa qualitativa diferencia-se pelo olhar e atitudes do pesquisador, que busca compreensões e não explicações, não se apoiando em uma teoria já construída para busca de comprovações, ou seja, uma pesquisa dessa natureza deve considerar que os resultados e produtos não são as únicas preocupações do pesquisador, mas também o processo, buscando suas causas e suas relações (Richardson *et al.*, 1985; Bogdan; Biklen, 1994).

A pesquisa de campo inicialmente foi pensada com a aplicação de questionários online do Google Formulários, com perguntas pré-determinadas, que seriam enviadas aos professores para que respondessem anonimamente. No entanto, ao analisarmos as tentativas anteriores de aplicação de questionários, observamos a baixa participação da equipe de professores, além de respostas muito engessadas e formais.

A partir da análise desta pesquisa junto aos membros da qualificação, veio a proposta de utilizar a roda de conversa como coleta de dados de campo. A banca sugeriu o estudo da tese de Lopes (2018), como texto motivador para a escolha e o entendimento da proposta metodológica. Na tese, a autora coloca o quanto mais viva fica a pesquisa quando os sujeitos têm suas vozes efetivamente ouvidas. A autora se inspira em reflexões teóricas baseadas nas obras do Círculo de Bakhtin e de autores como Geraldi, Miotello, Ponzio, Mello, Motta e Santiago. Segundo a autora, as reflexões ajudam a compreender conceitos fundamentais como enunciação, gêneros discursivos, diálogo, compreensão e alteridade. Além disso, Lopes (2018) buscou romper com o monologismo inerente à posição do pesquisador, ao explorar as vivências dos sujeitos pesquisados, por meio de suas próprias vozes e das dimensões reveladas em suas enunciações.

A autora, também, partiu de uma mudança metodológica, uma vez que havia planejado, inicialmente, trabalhar com entrevistas semiestruturadas, mas com o transcorrer da pesquisa, percebeu que perguntas previamente elaboradas, baseadas nas questões de pesquisa, poderiam influenciar os rumos do estudo e até suprimir enunciações espontâneas que poderiam surgir em uma conversa mais aberta.

Essa é uma percepção que vai ao encontro daquilo que percebemos com aplicações prévias de questionários para feedbacks, que, de fato, deixaram respostas muito “duras”, não trazendo elementos para entender o pensamento do professor pesquisado em sua integralidade. Bakhtin (2003) traz uma valiosa contribuição ao enfatizar:

Pergunta e resposta são relações (categorias) lógicas que não cabem em uma consciência única e fechada; toda resposta deve gerar uma nova pergunta. Quando isso não ocorre, o diálogo se rompe e entra-se no domínio de um conhecimento sistêmico e impessoal (Bakhtin, 2003, p. 408).

Nesse sentido, os questionários online semiestruturados da proposta metodológica inicial antes da qualificação, não seriam capazes de trazer reflexões pautadas no diálogo, pois o mesmo seria rompido, como diz Bakhtin (2003), o que tornaria uma coleta de respostas engessadas e descontextualizadas sem uma percepção coletiva das trocas realizadas pelo grupo simultaneamente.

Guiada por essas ideias e seus desdobramentos, essa reflexão levou a buscar caminhos alternativos para a pesquisa e buscar evidências em autores que validem a roda de conversa, como proposta de escuta ativa dos sujeitos pesquisados. Essa busca por “novos caminhos” remeteu, também, ao estudo realizado por Rosa (2017), em sua tese de doutorado. A tese

explora novos caminhos no ensino, a partir da implementação de processos formativos, baseados em grupos colaborativos de professores de ciências. O estudo destaca a transição do modelo tradicional de "treinamento" para uma abordagem de desenvolvimento profissional que valoriza a reflexão crítica, a colaboração entre professores e a criação de materiais didáticos inovadores. Esse movimento busca superar a visão tecnicista da formação docente, promovendo o protagonismo dos professores como agentes de transformação pedagógica.

Moura e Lima (2014), discutem a utilização da roda de conversa como ferramenta metodológica na pesquisa narrativa. As autoras argumentam que a roda de conversa facilita a troca de experiências e a produção de dados ricos em significado, promovendo um ambiente de diálogo e de reflexão. A pesquisa conclui que, ao despertar memórias, por meio da interação entre pares, a roda de conversa favorece descobertas científicas valiosas.

Paulo Freire, em suas obras, já falava sobre a importância do diálogo na educação. Para ele, a educação deve ser um processo de troca e de construção conjunta, e a roda de conversa se encaixa perfeitamente nesse processo, pois promove a participação ativa de todos os envolvidos. A roda de conversa é, frequentemente, abordada como um espaço privilegiado de diálogo, sendo fundamental para a construção de conhecimento coletivo. Para Freire (1996), a educação deve ser um processo de troca e construção mútua, no qual todos os envolvidos compartilham e aprendem uns com os outros. O autor defende que o diálogo ~~a~~ ao promover uma comunicação horizontal, possibilita que os participantes reflitam sobre sua realidade e, juntos, encontrem soluções para problemas comuns. "A educação é um ato de comunicação, uma troca de saberes que se realiza, acima de tudo, no diálogo." (Freire, 1996, p. 78).

No campo da pesquisa, a roda de conversa vem sendo frequentemente utilizada como uma técnica qualitativa de coleta de dados, especialmente em estudos que buscam compreender as experiências e as percepções de grupos sociais. Segundo Brandão (2002), a roda de conversa oferece um ambiente propício para a troca de histórias e de vivências, permitindo que os pesquisadores compreendam as realidades dos participantes, de maneira mais aprofundada e significativa. Ela possibilita que o pesquisador colete dados de forma não intrusiva, respeitando o tempo e o espaço de fala de cada participante. Em sua obra, Brandão (2002) defende a ideia de que a educação deve ser um processo coletivo, para o qual todos os participantes contribuem ativamente. A roda de conversa, como metodologia, é uma maneira de concretizar essa perspectiva. "A roda de conversa, ao ser inserida no processo de pesquisa,

permite que os participantes compartilhem suas experiências, enriquecendo a análise qualitativa e a compreensão do fenômeno investigado." (Brandão, 2002, p. 64).

Assim, a roda de conversa se estabelece como uma metodologia poderosa e flexível, tanto na prática pedagógica quanto na pesquisa. Ao criar um espaço de diálogo respeitoso e colaborativo, ela permite que os participantes compartilhem suas experiências e reflexões, promovendo um ambiente democrático e inclusivo. Além disso, essa prática oferece ao pesquisador uma maneira de coletar dados de forma qualitativa e profunda, enquanto promove uma reflexão coletiva e a valorização da experiência do participante. Portanto, a roda de conversa é uma ferramenta metodológica eficaz, especialmente em contextos que buscam entender e representar as realidades de grupos diversos.

Assim, pretendia-se com a roda de conversa atingir os seguintes objetivos:

- I. Promover a escuta ativa: os participantes são incentivados a ouvir atentamente os outros, contribuindo para o debate entre os sujeitos da pesquisa.
- II. Reflexão coletiva: ao se expressar em grupo, os participantes podem refletir coletivamente sobre um tema, gerando *insights* e novos entendimentos sobre o assunto abordado.
- III. Desenvolvimento de um espaço democrático: a roda de conversa, por sua natureza, favorece um ambiente mais democrático, onde todos têm a oportunidade de expressar suas opiniões.
- IV. Levantamento de necessidades coletivas: a partir da conversa guiada, os participantes colocam em evidência as premissas para auxiliar na identificação dos pontos de fragilidade na organização das reuniões e nos momentos de formação continuada, permitindo traçar as diretrizes para o Plano de Ação Educacional (PAE), proposto por este estudo para a escola pesquisada.

Na próxima subseção, encontra-se a descrição detalhada da organização e da aplicação do instrumento de pesquisa na roda de conversa proposta.

3.3.2 A organização e aplicação da metodologia da roda de conversa na escola pesquisada

A roda de conversa foi proposta para os professores e EEBs, a ser realizada nas reuniões de Módulo II, da própria escola. Aconteceu em dois momentos, haja vista que a

escola possui a organização de Grupo 1 e Grupo 2 de reuniões: 11 de novembro de 2024 para o Grupo 1 e 14 de novembro de 2024 para o grupo 2.

A participação na conversa era facultativa, conforme o termo de consentimento livre e esclarecido, mas todos os professores estiveram presentes e consentiram a participação, totalizando 41 participantes no grupo 1 e 7 participantes no grupo 2.

A tabela 2 mostra o número de participantes por cargo na escola. Não participaram as PEUBs, pois a carga horária delas não contempla o cumprimento de Módulo II.

Tabela 2 -Quantitativo de participantes da roda de conversa por categoria

Grupo de Módulo II	Professor regente		Professores			EEB
	de aulas (séries finais)	turma (séries iniciais)	Sala de Recursos	AEE séries iniciais	AEE séries finais	
Grupo 1 11/11/2024	15	11	2	6	5	2
Grupo 2 14/11/2024	6	0	0	0	0	1

Fontes: Elaborado pela autora, a partir da lista de presença dos participantes das reuniões.

A conversa foi guiada pela pesquisadora, a partir de um roteiro (Apêndice A), que iniciou com uma provocação de um dos autores pesquisados lido pela gestora para a equipe presente:

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos (Nóvoa, 1991b, p.30).

A partir de então, a pesquisadora iniciou a conversa, utilizando questões previamente semiestruturadas em um roteiro, mas sem engessar a conversa naquele “script”, deixando que os sujeitos da pesquisa pudessem falar suas percepções e reorganizando a conversa conforme o andamento desta. A utilização deste roteiro foi colocada para mobilizar a roda de conversa. Conforme metodologia da roda, observa-se que é usual fazer um movimento mais fluido partindo de uma única pergunta norteadora e tópicos, que foi o que intencionou-se fazer neste trabalho. Mas a elaboração de um roteiro de perguntas, que pode se assemelhar a uma entrevista coletiva, foi feita com a intencionalidade de coletar determinados objetivos na conversa. A aplicação do instrumento não foi feita por pergunta e resposta, mas sim dando

direcionamentos da conversa para os temas a serem debatidos, sendo o roteiro um instrumento norteador para a mediadora não se perder. A conversa foi feita de forma fluida, deixando os sujeitos falarem livremente, e possibilitando a inserção de v novos tópicos ou perguntas pelos sujeitos entrevistados. O roteiro não foi entregue aos sujeitos pesquisados, ficando apenas com a mediadora para guiar a conversa, mas deixando que tomasse outros caminhos e colocações de acordo com o diálogo que se tecia. Portanto, apesar do roteiro dar uma impressão de entrevista coletiva, a aplicação do instrumento foi feita com pressupostos da roda de conversa, de forma que o roteiro foi apenas um norteador da entrevistadora, mas não foi seguido de forma inflexível.

Não foram todos os participantes que falaram ativamente. Alguns pediam a palavra, e o restante da equipe participava concordando, interagindo com linguagem corporal e aceno de cabeça, ou mencionando que concordava com o colega, comportamento comum nas reuniões de forma geral. O quadro 12 abaixo dispõe os professores e EEBs que falaram ativamente nas duas rodas de conversa e tiveram suas falas analisadas na seção 3.3:

Quadro 12 - Professores e EEBs que participaram ativamente com falas que foram analisadas

Grupo 1: Roda de conversa realizada em 11/11/2024	Grupo 2: Roda de conversa realizada em 14/11/2024
Professora 1 – A.I. Professora 2 – A.F. Professora 3 – A.I. Professora 4 – A.I./A.F. Professora 5 – A.I. Professora 6 – AEE Professora 7 – A.F. Professora 8 – A.I. Professora 9 – A.F. Professora 10 – A.F. Professora 11 – A.F.	Professora 12 – A.F. Professora 13 – A.F. Professora 14 – AEE Professora 15 – A.F. EEB 1 – A.I.
A.I. = ANOS INICIAIS A.F. = ANOS FINAIS AEE = PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da transcrição das duas rodas de conversa.

Toda a gravação, dos dois dias de conversa, foi transcrita pela pesquisadora e, na seção a seguir, é feita a análise dessa conversa, entrelaçando-a com o debate construído a partir das referências bibliográficas que fundamentam esta pesquisa.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção, encontra-se a análise da pesquisa de campo, que foi feita a partir das rodas de conversa nas reuniões de Módulo II do Grupo 1 e Grupo 2 da escola pesquisada. A análise é feita a partir das falas dos sujeitos participantes deste momento, entrelaçando-as com as ideias dos autores que foram estudados para o embasamento desta pesquisa. A roda de conversa iniciou com a motivação ao grupo por meio da citação de Nóvoa (1991b), mencionada na seção anterior. A partir de então, foi reforçado aos participantes quais eram os objetivos desta pesquisa e reiterada a importância de estes se sentirem à vontade em suas falas, não tratando a pesquisadora como gestora da escola, mas apenas como pesquisadora. Com toda a equipe a postos, a conversa iniciou com a mediadora, perguntando aos presentes como era a organização das reuniões coletivas de Módulo II na escola. No grupo 1, foi colocado o seguinte ponto de vista:

Nós recebemos no início do ano uma programação da direção, como um calendário, com os dias agendados. As reuniões são agendadas de 15 em 15 dias, preferencial na segunda-feira. E escolha dos temas, o que vai ser mencionado, o que vai ser estudado ou conversado, é a escolha da direção. Alguns a gente fica sabendo antes, mas a maioria não (Professora 1, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A equipe de professores presentes acena com a cabeça concordando com a Professora 1, de que a escolha dos temas parte da direção. O grupo 1 é questionado se gostaria de acrescentar algo na fala da colega, mas não há nenhum adendo, apenas concordam.

No grupo 2, para a mesma pergunta, a Professora 12 diz que “a reunião é de 15 em 15 dias” e a Professora 13 complementa que “são dois grupos: um na segunda à noite e outro quinta à tarde para aqueles professores que trabalham em outra escola à noite e não podem na segunda.”

A menção da Professora 1 sobre a existência de um cronograma de datas das reuniões já planejadas para todo o ano letivo demonstra que a escola cumpre seu papel em relação à realização das reuniões de Módulo II, conforme orientação do documento “Diretrizes Reuniões Pedagógicas”:

A equipe gestora (diretor, vice-diretor e especialistas) deverá definir a periodicidade e a duração das reuniões pedagógicas de acordo com o previsto na legislação e alinhar ao calendário escolar. Portanto, é necessário, primeiramente, elaborar o calendário anual das reuniões pedagógicas e, em

seguida, organizar o planejamento de pautas (Minas Gerais, 2023a, recurso online).

No entanto, embora haja um cronograma de datas das reuniões com uma organização prévia, observa-se na fala da Professora 1 uma falha em não ser comum a divulgação prévia da pauta a ser discutida. Também se observa a necessidade de informar à equipe docente sobre a corresponsabilidade da equipe gestora na definição dessas pautas, não sendo uma demanda exclusiva da direção. A divulgação das pautas das reuniões é orientada, também, no documento de Diretrizes:

Outro ponto fundamental que otimiza o tempo das reuniões é a clareza e objetividade. Para isso, deve-se divulgar antecipadamente as informações detalhadas incluindo o horário de início e término com a previsão de pausas, as pautas do encontro e os diferentes momentos, quando houver (Minas Gerais, 2023a, recurso online).

Observa-se um ponto de atenção que deve ser trabalhado na comunicação entre a própria equipe gestora, pois a falha na propagação da pauta ocorre por ausência de um procedimento operacional padrão na divulgação das reuniões. Nota-se, nos dados pesquisados no e-mail institucional da escola, que nem todas as reuniões seguem o mesmo padrão: alguns e-mails de convocação para as reuniões estabelecem os assuntos abordados, enquanto outros relembram à equipe somente a data e o horário disponibilizados no cronograma. Algumas não são convocadas via e-mail, ficando somente no aviso de cronograma anual entregue aos professores no início do ano e nos canais de divulgação (quadro de avisos, aplicativo de comunicação online, e-mail de orientação anual).

Em relação à definição das pautas e dos assuntos abordados nas reuniões, no grupo 2 a Professora 12 responde que “geralmente são demandas que eles mandam pra direção e a direção nos repassa, todo módulo tem alguma demanda que a superintendência mandou passar”, no que a EEB1 complementa; “Isso, mas em algumas situações são repassadas às demandas que a própria equipe gestora entende que precisa discutir e melhorar na equipe e aí propõe uma palestra, um estudo, uma elaboração de um documento, como o PDI, por exemplo”. Observa-se, nessas falas, que os temas trabalhados nos encontros coletivos seguem dois caminhos:

- I- Demandas enviadas à escola pela SRE por orientação da SEE/MG.
- II- Demandas que a equipe gestora entende como necessárias para o momento.

Dentre as demandas que envolvem estudos e elaboração de documentos, sendo elas propostas pela SRE ou pela equipe gestora, observa-se um caráter de formação continuada docente:-

Para completar essa percepção sobre formação continuada, foi perguntado à equipe se a escola proporciona momentos de formação e como ocorrem. Esse foi um momento da conversa bastante participativo, nos dois grupos. A Professora 4, do Grupo 1 diz que “As reuniões, elas são mais informativas do que formativas. Elas são mais para nos passar informações de demandas principalmente da Secretaria de Educação”. A Professora 1, do Grupo 1 diz:

Eu acho que não. Porque geralmente as nossas reuniões são para tratar assuntos da demanda da rotina, organizar algumas coisas. A gente não tem muito, não sei se tempo é a palavra correta, de reunião, mas a gente não tem muito como fazer estudos relacionados à legislação, essas coisas. Então, as demandas da rotina obrigam as reuniões a serem pautas assim (Professora 1, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A fala da Professora 1 remete às demandas que são enviadas da SEE/MG para as escolas, por meio de memorandos, com prazos e resoluções a serem cumpridas, o que, na percepção dessa professora, compromete o tempo para a realização de momentos formativos. No decorrer da conversa, os professores começam a se lembrar de alguns momentos formativos, como na fala da Professora 3:

Já houve uma pauta formativa. Eu não lembro qual foi não, mas foi a diretora que entrou com a pegada de tentar fazer com a gente alguma coisa voltada para a formação, mas cai no que a Professora 1 falou né: a burocracia que às vezes nos prende nos temas e que impede, às vezes, a formação de fato acontecer (Professora 3, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Apesar de a Professora 3 se lembrar que já houve algum momento voltado à formação nas reuniões de Módulo II, ela não se lembra quais ou quantos foram esses momentos e, também, menciona as demandas enviadas pela SEE/MG, quando aponta a burocracia que prende a determinados temas, ou a pautas a serem abordadas nas reuniões. A equipe de professores presente continua se lembrando de mais algumas formações, e a Professora 4 relata:

Eu penso exatamente isso na maior parte. Mas também você dizer que não houve formação nesse período também eu acho errado. Tanto que existe, apesar de se tornar repetitivo para a gente, que é efetivo na escola, as reuniões que o CREI nos dá, ela é uma reunião de formação, né. E às vezes, quando a escola também nos dispensou para alguma participação, teve um seminário, palestra e aí houve o comprometimento também por parte de nós professores irmos lá. Mas eles são momentos pequenos, eu concordo nisso com vocês. Mas aí eu dei a dizer que não teve formação, pelo menos nos anos que eu estou aqui, houve esses períodos, esses pequenos momentos (Professora 4, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Nessa fala acima, a Professora 4 refere-se ao Simpósio de Deficiências Ocultas que aconteceu em 2023, descrito no Quadro 7, e às capacitações do CREI em 2023 e em 2024, descritos nos Quadros 7 e 8. Além disso, a professora afirma que existem momentos formativos nas reuniões, embora considere-os “pequenos”. As formações mediadas pelo CREI também são lembradas na fala da Professora 6:

Pessoal, a questão da presença do CREI foi um exemplo do que ela está dizendo né, eu aprendi aquele dia então nós tivemos uma formação. Muitas é... a pauta que nos foi apresentada, muitas coisas que a gente não sabia. Nós aprendemos aquele dia, então para mim foi uma formação (Professora 6, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A Professora 4 retoma a fala e lembra de um momento de estudos de textos, proposto pela direção da escola em 2022, descrito no Quadro 6, o que remeteu a uma prática que acontecia em outra escola em que ela já trabalhou. A professora menciona que foi um formato de reunião que chamou a atenção dela:

Um momento que a escola teve, quando eu vim para cá, um dos primeiros módulos que eu participei, que eu achei super legal, que me retomou algo que eu fazia, o estilo de módulo, que eu, numa das escolas que eu trabalhei lá em Ribeirão das Neves, que foi o estudo de textos para associar... o nosso cotidiano na época foi a temática de inclusão. A diretora deu alguns artigos, se não me engano, dois artigos, que foram enviados antecipadamente para a leitura e para a discussão no horário de módulo. E aí eu achei, assim, muito legal. Aconteceu isso, acho que uma vez só, quando eu entrei aqui, e que para mim era uma prática que eu esperava que fosse mais recorrente para a escola (Professora 4, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Nessas cinco falas citadas acima, observa-se que os professores não se lembram de todas as formações ofertadas, descritas nos quadros 3 ao 8 do Capítulo 2. Conforme dados consultados no Sistema de Controle de Quadro de Pessoal (SYSADP) desta escola, aproximadamente, 50% dos professores da escola são efetivos, e estiveram presentes em

todos os momentos formativos de 2019 a 2024, descritos nos referidos quadros do capítulo 2. Também em consulta ao SYSADP, observa-se que os outros 50% dos professores, que são contratados, aproximadamente 30%, retornaram a trabalhar na escola nos últimos cinco anos, estando, também, presentes nos momentos formativos de 2019 a 2024.

O fato de professores não reterem lembranças de todas as experiências vividas de formação continuada na escola nos remete a princípios da Andragogia, ciência que estuda a educação de adultos. Ela enfatiza que o aprendizado nessa fase da vida é mais eficaz quando o conteúdo é relevante, prático e conectado às experiências prévias dos indivíduos. No entanto, diversos fatores podem influenciar a retenção de informações por adultos durante palestras, resultando em esquecimentos ou lembranças parciais. Adultos tendem a reter melhor informações que consideram úteis e diretamente aplicáveis às suas vidas pessoais ou profissionais. Conteúdos que não se conectam com suas experiências ou necessidades podem ser rapidamente esquecidos. (Fonseca, 2016; Colmenares, 2007; Puente, 2020).

Pacheco e Fraga (2014) enfatizam que a formação continuada pode servir como estratégia de motivação para os docentes e sugerem que a formação continuada deve ser planejada de maneira a atender às necessidades específicas dos professores, promovendo a atualização e o engajamento com as novas metodologias de ensino. A Professora 6, Grupo 1, enfatiza a importância da participação dos professores na definição e na sugestão de temas a serem trabalhados:

Uma coisa que eu acho interessante é porque toda instituição que eu já estive presente, eu não vejo a direção engessar. Ela é flexível, inclusive a equipe de professores pode apresentar também a pauta. Isso é muito importante. Após sugestão dos docentes e levar até a direção, a supervisão, como dizer melhor, para poder discriminar tudo aquilo no dia do módulo 2. Vamos abordar o tema “tal”? Então, todas as instituições que eu já passei eu senti essa flexibilidade por parte da direção, valorizando o módulo 2 (Professora 6, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Essa fala vai ao encontro do documento Diretrizes Reuniões Pedagógica, o qual aponta que a pauta da reunião deve ser flexível, permitindo sugestões e ajustes que a tornem mais alinhada à realidade e ao contexto, sendo responsabilidade do EEB escolher o tema a ser abordado, considerando as demandas atuais. Para isso, é fundamental analisar o calendário pedagógico, consultar a equipe docente sobre a rotina escolar, identificar as práticas que estão funcionando bem e as que apresentam dificuldades, a fim de buscar melhorias. (Minas Gerais, 2023a).

Ainda sobre o questionamento se a escola proporciona momentos formativos, no Grupo 2, a EEB1 pondera que “tem pautas administrativas que não dá pra ser momento de formação continuada.” A EEB se refere às reuniões nas quais precisam ser abordados assuntos administrativos e, nesses casos, não sobra tempo para trabalhar formação docente.

A discussão continua, e a Professora 14, Grupo 2, levanta que se lembrou, também, dos webinários e cursos que aconteceram no período de pandemia, e que eram utilizados como cumprimento de horas de módulo. Durante a pandemia de COVID-19, a SEE/MG implementou medidas excepcionais para garantir a continuidade das atividades educacionais. A Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020, instituiu o ensino híbrido como modelo educacional para os anos letivos de 2020 e de 2021, permitindo a adaptação das atividades presenciais para o formato remoto. Essa resolução possibilitou que os professores cumprissem a carga horária das atividades extraclasse, incluindo o Módulo II coletivo, por meio de cursos e outras atividades online (Minas Gerais, 2020a).

Na pandemia a gente participou de muitos, inclusive para nossa sobrevivência, porque a maioria não sabia nada de tecnologia. Então para as aulas ficarem mais interessantes a gente tinha que fazer slides. Então a gente começou a usar Canva, isso, aquilo.... Coisa que no dia a dia a gente até interessava, mas falava “ah depois eu uso”. Coisas que a gente interessava na universidade como aluno, e não aqui como professor. E aqui a gente teve que aprender a criar formulário online, então assim. Em relação à tecnologia, eu até tenho facilidade, mas mesmo assim busquei aprender mais porque o meu maior medo é que eu não sabia quantos anos a gente ia viver aquilo da pandemia (Professora 7, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A pesquisadora seguiu com nova pergunta: “os temas que são abordados nesses momentos de formação, tanto coletivos quanto individuais, eles são definidos de que forma? Como que vocês veem que está sendo definição destes temas?”. Os professores continuaram se identificando com o período da pandemia, conforme a fala da Professora 7:

Naquele momento de pandemia, a definição dos temas de tecnologia foi bem urgente. Agora, das outras vezes eu ia de acordo com a aplicabilidade do tema no dia a dia. Como aquele de literatura na sala de aula, acolhimento na sala de aula, foi bem interessante. Tem curso que a gente corre mais ou menos o olho, mas tem cursos que a gente gosta de fazer. Toda vez que eu escolho eu vejo qual que vai ser interessante, que vou aplicar em sala de aula (Professora 7, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Outros professores explanaram sobre suas escolhas individuais dos cursos que utilizam para cumprimento das horas individuais extraclasse:

Eu também escolho muito pela rotina nossa. Eu tenho buscado muitos cursos de acolhimento porque acho que isso nos ajuda nos conflitos que a gente tem no cotidiano da sala de aula. Eu gosto de curso também que ensina algumas técnicas de domínio sobre os alunos em sala, de gestão em sala de aula. Isso tem muito a ver com aquilo que vejo que tenho algum limite que preciso melhorar (Professora 2, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A Professora 2 enfatiza, na fala acima, que a escolha dos cursos para os momentos de horas individuais vai de acordo com os desafios na sala de aula. A Professora 5 menciona que para a escolha dos cursos das horas individuais, ela leva em consideração a carga horária para abatimento dessas horas, mas confronta, também, com momentos de Módulo II coletivo em que o grupo já teve intenção de participar de alguma formação externa, mas naquele momento não foi possível devido a outras demandas da escola:

Acho que individualmente a gente acaba, pela própria substituição do módulo individual pelos cursos de formação, especialmente esse ano, por causa da mudança de legislação, os professores da escola acabam um pouco mais nessa questão do quadro de comprovação de carga horária, mas tem sido pela escola de formação, né? Aí fica sujeita a vagas, a carga horária, porque fica comprometida naquele mês e tal. Então, assim, acaba ficando restrita à escola de formação e também as escolhas que a gente acaba fazendo, os vídeos que a gente escolhe assistir, dos webinários que a gente escolhe participar. Com relação à formação coletiva aqui dentro da escola, o que eu percebo é que os temas já partem ou da coordenação pedagógica ou por parte da direção da escola. Uns meses atrás, nós até sugerimos uma série de palestras e a gente sugeriu que se pudesse ser trocado, substituído pelo módulo, mas aí a escola havia outras demandas na data que não poderia haver essa substituição. Eu acho que inclusive foi até a formação do CREI, que a gente estava desejoso de participar de uma série de palestras e nós não pudemos por causa disso. Mas a maior parte dos alunos, dos professores, por exemplo, do turno da tarde, que é efetiva, os professores regentes de turma, já fizeram, já tinham participado desse curso de formação do CREI. E não foi viabilizado, nesse caso, o momento de formação que acrescentaria mais esse grupo de pessoas (Professora 5, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A pesquisadora lançou outra pergunta: “sobre os temas abordados, então, falando dos temas que estão sendo abordados nas formações individuais ou nas coletivas, eles atendem às necessidades dos professores dessa escola?”. A Professora 8 coloca que nem sempre, uma vez que alguns temas são muito específicos das Séries Finais, enquanto outros são específicos das Séries Iniciais, e reforça que, na sua percepção, são duas escolas diferentes: o turno da manhã e o turno da tarde, no que toda a equipe presente no Grupo 1 concorda.

A professora 7 relatou que muitas reuniões são cansativas, demoradas e a equipe se dispersa do assunto em questão, o que acaba tornando os momentos morosos com assuntos desnecessários e conversas paralelas. A Professora 8 retoma sua fala, pontuando que entende que são uma escola só, mas que as pautas voltadas a apenas um dos turnos deixa a equipe do outro turno ocioso, e sugere que enquanto a pauta é voltada para um grupo de professores de um turno, o restante da equipe poderia aproveitar aquele tempo na Sala de Informática, cumprindo suas demandas de planejamentos e afins.

Em determinado momento da conversa, a Professora 4 pede a palavra para falar sobre sua experiência com a formação continuada externa que está participando, um Programa de Mestrado Profissional em parceria com a SEE/MG:

Agora eu queria falar sobre a aplicação desse curso de formação que a gente está fazendo né, que é o mestrado, e aí a gente pensa assim “ah, mas você está na sala de aula, o que isso tem a ver, um mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, com os seus procedimentos de sala de aula?”. (...) E então te faz, na maioria das vezes, repensar sua própria prática pedagógica. E aí, desde então, eu tenho pensado muito em como eu tenho trabalhado os meus conteúdos. E como que eu tenho enxergado a escola, como que eu tenho visto esse aluno, como que eu tenho acolhido ou recebido esse aluno. E como que isso favorece nos resultados em geral desses alunos, não seja imediato agora de ir comigo, ou seja, lá na frente, o que eu estou projetando em cima dele ou para ele, para que ele desenvolva no futuro. (...) Então, apesar de ser um curso que inicialmente até eu fiquei surpresa nossa gente onde eu estou me metendo nada a ver com minha prática cotidiana, mas me trouxe uma série de reflexões que eu utilizo hoje no meu dia a dia, utilizei quando eu estava fazendo as outras matérias do curso, e que, para mim, realmente eu vou levar para a minha vida e para todo o período que eu estiver dentro da escola (Professora 4, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

O relato da Professora 4 nos remete à Lüdke (2001), que contribuiu, significativamente, para a compreensão da formação continuada acadêmica, especialmente no contexto da educação básica. Ela enfatiza a importância de práticas formativas que integrem teoria e prática, promovendo a reflexão crítica sobre a prática docente e, também, destaca a necessidade de uma formação que valorize a experiência prática dos docentes, permitindo-lhes refletir sobre suas práticas e seus contextos específicos (Lüdke, 2001; Lüdke, André, 1986).

Outros autores também destacam a importância da formação continuada acadêmica para os professores, enfatizando que ela é essencial para o desenvolvimento profissional contínuo e para a melhoria da qualidade educacional. Em seu livro "Gestão Educacional e

Formação Docente", Andrade *et al.* (2020) analisam diferentes perspectivas sobre a formação de professores para a gestão escolar, destacando a necessidade de programas de formação que integrem teoria e prática, visando à formação de gestores escolares competentes e comprometidos com a qualidade educacional. Essa explanação entre gestão educacional e prática docente nos ajuda a compreender o relato da Professora 4 em relação à correlação entre um mestrado voltado a gestão versus o trabalho direto em sala de aula, mostrando que a formação em um mestrado de gestão contribui para pensar elementos de gestão pedagógica e a atuação dos professores, fomentando um processo em que nessa aproximação de saberes os elementos ficam mais aproximados.

No Grupo 2, sobre as formações atenderem às necessidades dos professores, a Professora 13 diz que “em partes sim, mas acho que os professores deveriam ser mais ouvidos sobre os temas que são mais urgentes ou mais direcionados a nossa prática”. A EEB1 justifica o fato de trazer pessoas externas para as formações:

Às vezes, a busca por alguém de fora vem como forma de chamar a atenção do professor, pois “santo de casa não faz milagre” e, muitas vezes, a gente tá falando lá na frente e o professor tá mexendo no celular. Mas seria interessante, também, o próprio professor comandar o módulo. É um momento de equipe. Talvez o próprio professor trazer um estudo de caso ou relato de experiência (EEB1, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Ao serem perguntados se as formações oferecidas pela escola nas horas coletivas de Módulo II atendem às necessidades pedagógicas do professor, a Professora 13, do Grupo 2 diz: “eu acho que, por mais que os temas sejam pertinentes, nem sempre o professor vai estar interessado, ou não vai interessar ao todo. Se fossem temas mais específicos, mas do nosso dia a dia eu acho que ajudaria, seria mais interessante”.

Sobre as formações oferecidas pela SEE/MG, na plataforma da Escola de Formação, se atendem às necessidades pedagógicas do professor, a Professora 14, do Grupo 2, pondera que “estes cursos têm a informação muito rasa e não incentiva a ser feitos.” A Professora 13 salienta que acha bem superficial o conteúdo dos cursos e que estes são bem distantes da realidade do professor, não acrescentam muita coisa. A EEB1 completa:

Realmente, estes cursos têm a informação muito superficial, estes da escola de formação. São cursos que a secretaria fornece, mas que não incentiva a sua formação pessoal. Para você se ausentar pra fazer uma formação é uma burocracia imensa, mais dificulta do que te incentiva. E os que ele incentiva,

pelo que eu já fiz, o que eu vejo, são muito superficiais. Muitos ali o professor já até tem e não tem nada de muito novo, isso desmotiva também. Tem muitos cursos de formação que a secretaria manda, eles mandam para que a gente seja multiplicador, para que a gente chegue na hora do módulo e repasse isso para a equipe. E às vezes realmente é algo que não é de interesse da nossa equipe, que não vai trazer nenhuma vantagem, nenhuma novidade, nada relevante (EEB1, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Ao serem perguntados se essas atividades formativas têm contribuído para o trabalho em sala de aula, tanto as coletivas quanto as individuais, a Professora 13 do Grupo 2 diz que “poucas vezes. Teve um curso “bem-estar na sala de aula” que contribuiu, pouco, mas contribuiu.”

A gente já fez um módulo de metodologias ativas. E me ajudou demais. Eu uso em sala de aula até hoje. Tem várias coisas que eu fiz baseado em metodologias ativas, igual em Ciências, o estudo de casa. Eu estava trabalhando uns dias atrás com o sétimo ano. Passo para eles ali todo o diagnóstico de uma doença e eles têm que descobrir qual doença que é. Entendeu? Falar sintoma, de acordo com sintoma, de acordo com diagnóstico. E me ajudou muito (Professora 9, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Na fala acima, a Professora 9, do Grupo 1, relembrou de uma convidada externa que ministrou capacitação em 2020 sobre metodologias ativas, descrita no Quadro 4, e como ela ainda aplica aquele conhecimento no planejamento de suas aulas. Já na fala abaixo, da Professora 14, Grupo 2, é lembrado um momento online, de um sábado letivo, que aconteceu em 2021, no período de ensino remoto, durante a pandemia, e uma das professoras trabalhou com os estudantes sobre a organização do material escolar:

Sim, após uma capacitação da GIDE sobre A Mochila e o 5S, nós vimos o aluno indo muito mais organizado, até a letra ficou mais organizada, a partir do momento que ele pertence da organização da mochila, não perdia mais atividade, não perdia mais os bilhetes que eram falados no momento, na live (Professora 14, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Sobre as atividades formativas que os professores fazem nas horas extraclasse individuais, é questionado ao grupo se há participação dos professores para definir quais vão ser essas atividades ou se a definição vem da gestão. A Professora 15, do Grupo 2 diz que “nós escolhemos, mas dentro do que a secretaria de educação permite”. A EEB1 aponta: “eu não concordo com essas regras da secretaria, isso limita a nossa ação. Às vezes, o professor até já tem aquele conhecimento e faz o curso só para abater nas horas extraclasse”. E,

imediatamente, a Professora 14 acrescenta: “e deixa de fazer um que você queria porque você fica saturada fazendo um curso que você não se identifica”. Essas falas remetem à Resolução SEE nº 4.968, de 23 de fevereiro de 2024, que restringe os cursos que podem ser utilizados para abatimento das horas extraclasse individuais àqueles em parceria com a SEE/MG (Minas Gerais, 2024). Nas resoluções anteriores, eram permitidos quaisquer cursos reconhecidos pelo MEC.

Após essa conversa sobre as percepções das formações pelos professores dos grupos 1 e 2, a pesquisadora parte para o ponto crucial da conversa, que dará elementos para a elaboração do PAE, perguntando aos presentes: “Como que vocês sugerem que pode ser essa organização do módulo 2, considerando os momentos formativos os temas abordados? ”. No Grupo 1, a Professora 8 sugere seleção de temas pertinentes a ambos os turnos, exemplificando com a demanda de alunos da Educação Especial atendidos na escola:

Assuntos pertinentes à escola, tanto no turno da manhã quanto no turno da tarde. Eu faria pauta bem específica. Nós, da tarde, estamos recebendo inúmeros alunos com transtornos, especialmente alunos autistas. Que seja alguma coisa, como o TDAH, que seja um assunto voltado para a gente saber lidar melhor com esses alunos. Tem também as professoras de apoio, que a professora da manhã citou bem claro ali, que às vezes fica deslocada. Então, assim, assuntos que não vão favorecer nem só um turno, nem só outro, mas que olhem a escola em geral, que possamos estar discutindo, possamos estar se estudando, assuntos que vai agregar para nós, quanto professores, quanto docentes aqui, e facilitar a vida dos nossos alunos (Professora 8, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Na sequência, a Professora 6 sugere que os assuntos trabalhados devam continuar na abordagem geral do grupo, mas que pode ser feita a divisão dos professores por turnos para os demais assuntos:

Eu já acho que deviam continuar os assuntos, as informações gerais, no primeiro momento. E depois dividir os grupos para os demais trabalhos. Por exemplo, Fundamental 2, eles tinham a vontade do que era necessário para eles, Fundamental 1, a modalidade da inclusiva, acho que era os outros apoios, ficariam depois para tratar muitos assuntos (Professora 6, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A Professora 3 sugere, também, a divisão em grupos, conforme os assuntos abordados, podendo ocorrer a reunião em mesmo horário e data, para não haver sobrecarga à equipe gestora, porém dividindo os professores em salas diferentes:

A gente sabe que esbarra com as questões de sobrecarga, questão de horário, por exemplo, o supervisor não recebe pra estar nessa formação, mas não impede, por exemplo, que divida. Se você dividir o grupo, os anos finais em uma sala, os anos iniciais em outra. Às vezes, eu estou fazendo uma formação, a plataforma Vivescer tem tanto curso bacana, às vezes tem alguma coisa que a gente poderia estar discutindo, não precisa ser a diretora, não precisa ser a supervisora. Pode ser uma professora falando de educação especial, alguém falando de alguma coisa que ele esteja aprendendo que seja pertinente para o grupo (Professora 3, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A Professora 8 sugere divisões em pequenos grupos de estudo, de acordo com temas e assuntos relevantes, dando como exemplo dificuldade de aprendizado de determinados alunos, fazer um estudo de caso desses alunos e elaborar planos de ação para melhor atendê-los. A Professora 4 acrescenta a sugestão de estudos e leituras de artigos e coleta de temas nos grupos de aplicativos de comunicação da escola por meio de enquetes, nas quais os professores possam colocar e definirem juntos os temas a serem estudados nas reuniões:

Eu acredito que, assim, uma das formas de a gente poder conversar isso melhor, e que não seja tão direto, que as coisas só sejam escolhidas pelo pedagogo, pela direção, colocar temas, já que nós nos reunimos de 15 em 15 dias, colocar na semana anterior, existe a enquete do próprio WhatsApp e tal, temas que poderiam ser debatidos no módulo seguinte, né, que aí é uma forma de você também ter, abre primeiro as sugestões, coloca na enquete, e aí seleciona os temas mais votados. Porque, geralmente, quando a gente sugere esses temas que servirão pra reunião são temas do nosso cotidiano. Nós estamos enfrentando desafios muito grandes com a inclusão nas séries iniciais e disciplina nas séries finais, são temas que podem ser sugeridos por nós professores. Poderia separar os grupos com estudos de artigos (Professora 4, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A Professora 7, regente de aulas das Séries Finais, vislumbra que os professores das Séries Iniciais podem contribuir com o aprendizado do 6º ao 9º anos nesses pequenos grupos de estudos, colocando que o professor do 1º ao 5º pode contribuir com informações importantes sobre o aprendizado do aluno naquele período, para que sejam elaboradas estratégias de intervenções pedagógicas que auxiliem o desenvolvimento de um estudante que apresenta dificuldades de aprendizagem ao passar para as Séries Finais. A Professora 10 enfatiza que entende que algumas reuniões consideradas informativas pelo grupo, na verdade, têm caráter formativo, quando se trata de projetos que são explicados pela equipe gestora e ponderam sobre as demandas burocráticas da gestão escolar, além disso, conforme diretrizes da SEE/MG, podem ser empecilhos na elaboração de pautas diversas de formações,

destacando a importância das pautas informativas para o trabalho dos professores, conforme as falas a seguir:

Essa questão de que o tema definido pela gestão só funciona por causa da obrigação de estar aqui, eu acho que precisa ser revisto, porque existe um planejamento do calendário a partir daquilo que a gente necessita estudar também. Por exemplo, a GIDE, que é a Gestão de Educação Avançada. Quando eu tenho uma orientação aqui, eu não estou apenas com a instrução, eu estou também na formação, pois antes eu nem sabia o que era GIDE (Professora 10, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Na fala acima, a Professora 10 refere-se a reuniões de caráter informativo que, na percepção dela, são formativas por se tratarem de explanação de projetos desenvolvidos na escola, uma vez que esta é uma professora novata, que nunca tinha ouvido falar sobre a GIDE Avançada antes de trabalhar nesta escola. Ela demonstra em sua fala a importância do repasse de informações de projetos no Módulo II, para que os professores saibam como proceder na execução dos projetos e parcerias da escola. A Professora 11 também enfatiza a importância de repasses de informações nas reuniões que, de acordo com ela, são os momentos adequados para esse fim.

Sobre as sugestões, de como poderiam ser os momentos formativos e definições dos temas, no Grupo 2, a EEB1 compartilha um relato de experiência de tentativa de propostas de formação continuada anteriores na escola:

Eu me lembro em alguma ocasião que foi proposto fazer um grupo de estudo, fora do módulo coletivo. Era um grupo de estudos para quem tivesse interesse em estudar temas relacionados à educação que tivessem pertinência com a nossa realidade da escola. Pouquíssimas pessoas tiveram interesse, para ser sincera, pouquíssimas pessoas se dispuseram a estar lá para estudar esses temas. (...) O que eu acho que seria válido fazer, dentro das brechas que nós temos nos módulos, é a equipe propor temas, sugerir temas de estudo e discussão. E o próprio professor direcionar a reunião, não deixar só para a supervisão e direção, porque às vezes o professor já estudou aquele tema e tem bastante conhecimento para falar, se especializou, domina muito um tema e pode trazer a contribuição para a equipe. Às vezes, é interessante o próprio professor conduzir o debate, porque a gente percebe que eles têm um distanciamento com direção/supervisão e se sentem mais à vontade com os colegas. Talvez a gente da supervisão falar parece que a gente tá impondo. (...) E às vezes o que o colega fala, que está ali no dia a dia, ele escuta melhor, aceita a sugestão, ou pelo menos pensa e analisa (EEB1, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

A Professora 13, também do Grupo 2, acrescenta: “eu acho que em alguns momentos poderia separar a equipe, não fazer o módulo junto, os dois turnos juntos. Porque às vezes tem assuntos muito específicos de um determinado turno.” A EEB 1 completa, na sequência:

Sim, talvez separar os professores de cada turno por salas, de acordo com os temas. Embora eu ache que os professores das séries iniciais têm muito a contribuir com os das séries finais e vice-versa. Por exemplo, questão de indisciplina, as professoras das séries iniciais conhecem o aluno desde pequeno, o aluno chega nas séries finais e começa a dar problemas de indisciplina, às vezes as professoras da tarde podem falar para os da manhã sobre o histórico de vida deste aluno, se tem problemas sociais em casa, se tem indicativos de problema cognitivo, o que pode ajudar. A gente recebe o aluno no turno da tarde com 6 anos de idade, e entrega ele para o turno da manhã com 10/11 anos. Ele não deixou de ser um problema nosso para passar a se tornar um problema só do turno da manhã. Ele é aluno da escola, ele é um problema da escola e a escola é uma só (EEB1, roda de conversa realizada em novembro de 2024).

Dentre as sugestões apresentadas, observa-se um consenso entre os grupos 1 e 2, embora não tenham participado da mesma roda de conversa, o que reforça características e necessidades da equipe docente para reuniões mais proveitosas que possibilitem os processos formativos. É notório que os professores desta escola desejam ter uma participação mais ativa nos momentos coletivos.

Foi observado, na análise da roda de conversa, os seguintes destaques nas falas dos professores:

- I. Protagonismo docente nas reuniões.
- II. Grupos de estudos e grupos colaborativos.
- III. Definição conjunta das pautas e divulgação das mesmas.
- IV. Trocas de saberes entre os professores.

Algumas sugestões remetem à formação por meio de grupos colaborativos, o que parece ser uma tentativa antiga da escola conforme o relato da EEB1. Nessa proposta, a Professora Doutora Fernanda Bassoli Rosa, pesquisadora da área de Educação, em sua tese discorre sobre um ponto central, que é o incentivo à produção de conhecimentos pelos próprios professores, permitindo que atuem tanto como consumidores críticos de pesquisa quanto como pesquisadores. Isso é alcançado por meio da horizontalização das relações entre os participantes, com foco na autonomia e no papel mediador do professor no processo de ensino-aprendizagem. Os resultados demonstram que a formação em grupo colaborativo

fomenta a troca de experiências, o aprendizado mútuo e a construção de práticas pedagógicas que dialogam com a realidade das escolas (Rosa, 2017).

Retomando a proposta das FCPSs de Alvarado-Prada (1997), observa-se que o autor aborda os processos de formação continuada de professores no contexto da educação brasileira, propondo uma abordagem participativa, enfatizando a importância do envolvimento ativo dos professores no seu próprio desenvolvimento profissional e no aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Alvarado-Prada (1997) argumenta que a formação em serviço deve ir além de treinamentos padronizados, adotando metodologias colaborativas que valorizem as experiências, reflexões e necessidades dos docentes. Ele defende que os professores não devem ser meros receptores de conhecimentos prontos, mas sujeitos críticos capazes de construir saberes significativos, em diálogo com colegas e com especialistas (Alvarado-Prada, 1997)⁸.

As principais características que devem ser contempladas nesse processo de formação colaborativa, de acordo com os estudos feitos por Alvarado-Prada (1997) são:

- I- Reflexão Crítica: o autor ressalta a necessidade de práticas formativas que incentivem a reflexão crítica sobre o fazer pedagógico e os contextos socioculturais das escolas.
- II- Participação Ativa: enfatiza que os professores devem atuar como protagonistas no processo de formação, contribuindo com suas vivências e perspectivas.
- III- Integração Teoria-Prática: o autor destaca a relevância de alinhar teoria e prática, promovendo ações que impactem positivamente o cotidiano escolar.
- IV- Educação Colaborativa: a obra sugere que o trabalho em equipe entre os docentes fortalece o desenvolvimento coletivo e cria uma cultura de aprendizagem contínua. (Alvarado-Prada, 1997).

Enquanto utilização das reuniões coletivas de Módulo II para trabalhar essa formação, Czekalski (2008) pontua que a apropriação pedagógica da hora-atividade pode contribuir, significativamente, para o fortalecimento da formação em serviço dos professores, desde que haja um planejamento intencional que privilegie a formação coletiva e a valorização do saber docente. Para isso, é necessário superar desafios estruturais e adotar práticas que promovam o protagonismo dos professores no processo formativo.

⁸ Sobre o tema e o autor também podemos citar Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010) e Alvarado-Prada (2006).

A formação continuada nas reuniões de Módulo II, embora não sejam constituintes de um programa de formação acadêmica, são de grande valia para o desenvolvimento profissional docente. Gatti (1992, 1996) conclui em seus estudos que é indispensável superar o distanciamento entre a academia e a prática docente, promovendo um confronto crítico e produtivo. Essa integração deve buscar a construção de uma formação que contemple tanto os saberes teóricos quanto as experiências e os desafios do cotidiano escolar, garantindo uma formação docente mais completa e efetiva.

Oliveira-Formosinho e Kishimoto (2002) destacam a importância da formação em contexto como estratégia essencial para o desenvolvimento profissional dos educadores. Eles enfatizam que essa abordagem permite a integração da teoria com a prática cotidiana, promovendo uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e contribuindo para a transformação da educação.

A Formação em Contexto é uma abordagem pedagógica que busca integrar o processo de formação de educadores ao contexto em que estes atuam, ou seja, à realidade prática da sala de aula e do ambiente escolar. O conceito destaca que a formação não deve ser vista como algo isolado, separado do cotidiano da prática docente. Em vez disso, ela deve estar diretamente conectada ao contexto de ensino, permitindo que os professores desenvolvam suas habilidades profissionais de maneira mais significativa e aplicável às suas necessidades e aos desafios que enfrentam em suas atividades diárias. Esse modelo de formação prioriza a reflexão contínua sobre a prática, a resolução de problemas reais e a troca de experiências entre os educadores. Além disso, a formação em contexto permite uma articulação mais eficaz entre teoria e prática, sendo baseada em situações concretas de ensino e de aprendizado, o que favorece a adaptação e a aplicação dos conhecimentos adquiridos no ambiente educacional (Oliveira-Formosinho; Kishimoto, 2002).

Nesse sentido, sugerimos no PAE desta pesquisa, no próximo capítulo, estratégias para implementar propostas de formação que respeitem a autonomia docente e estejam alinhados às demandas concretas da escola.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Nesse capítulo, é apresentado o PAE para a escola pesquisada, onde são discutidas as ações que foram propostas pelos professores e pelo EEB, como sugestões na roda de conversa, para fazer das reuniões de Módulo II um proveitoso espaço de formação continuada em serviço. Toda a construção desta pesquisa, desde a revisão de literatura, estudo da metodologia da roda de conversa, aplicação da pesquisa de campo e construção deste PAE tiveram como proposta norteadora investigar e analisar os desafios da gestão da escola para a organização dos momentos formativos dentro do Módulo II. Ao retomar, apenas, objetivos específicos deste estudo, buscou-se compreender a organização das reuniões de módulo II e dias escolares desta escola; compreender como a equipe gestora pode utilizar o módulo II e as horas de atividade extraclasse para formação continuada e propor ações voltadas para a gestão escolar que possam auxiliá-la na organização dos momentos formativos nas reuniões de Módulo II, ações essas que são apresentadas neste PAE.

O objetivo deste PAE é criar oportunidades para planejar as reuniões do Módulo II, transformando-as em momentos de formação. A contribuição dos docentes nas rodas de conversa aplicadas foi essencial, pois eles são os protagonistas desse processo e têm o conhecimento de suas reais necessidades formativas. Por isso, é crucial incentivá-los a se engajarem nessas formações. O quadro 13, a seguir, mostra os pontos identificados na pesquisa de campo e as ações propositivas, que serão discutidas de forma detalhada nas seções 4.1 a 4.5:

Para a elaboração dessas ações propositivas, partiu-se das premissas dos autores estudados, em entrelace com as sugestões dadas pelos professores nas rodas de conversa. Nóvoa (1991b) destaca a formação como um processo coletivo, no qual a reflexão crítica é central para a construção de uma prática docente transformadora. Gatti (1992) defende a articulação entre teoria e prática e a valorização da formação continuada como espaço para promover melhorias na educação. Oliveira e Alvarado-Prada (2008) apontam a importância dos espaços colaborativos na formação continuada, ressaltando o papel da equipe gestora como facilitadora do diálogo. Por fim, Oliveira-Formosinho (2009) propõe que a formação em contexto, com o uso de metodologias participativas, favorece a integração entre prática pedagógica e desenvolvimento profissional.

Quadro 13 - Dados da pesquisa e ações propositivas

Ação	Descrição	Dados de pesquisa
Ação 1: Estudo e Planejamento Pela Equipe Gestora	Reuniões mensais da Equipe Gestora para estudo dos documentos orientadores das reuniões, resoluções e diretrizes da SEE/MG e artigos acadêmicos dos temas de formação continuada a serem abordados nas reuniões de Módulo II, com elaboração e divulgação das pautas das reuniões daquele mês para a equipe docente. As reuniões serão feitas na primeira semana de cada mês com a Equipe Gestora completa. Nesses encontros serão estudados, em conjunto, os documentos, diretrizes, resoluções e artigos acadêmicos norteadores das reuniões de Módulo II. Em seguida, serão elaboradas as pautas detalhadas das reuniões do mês e repassadas aos professores por e-mail, no mural de divulgação e no grupo de aplicativo de conversa, anexada ao cronograma anual de reuniões.	- Necessidade, apresentada pelos professores, da divulgação da pauta completa de todas as reuniões coletivas com antecedência pela Equipe Gestora. - Orientação de construção da pauta pela Equipe Gestora no documento Diretrizes Reuniões Pedagógicas (Minas Gerais, 2023a).
Ação 2: Diagnóstico das necessidades formativas	Fazer, no primeiro Módulo II de cada bimestre, um momento de conversa com os professores para que exponham os temas que sentem mais necessidade de serem abordados nos momentos de formação continuada propostos nas reuniões. Registrar em ata os temas sugeridos.	- Levantamento dos temas de formação continuada de acordo com as necessidades da equipe docente.
Ação 3: Definição e planejamento dos temas a serem abordados nas reuniões voltadas à formação continuada	Análise e definição pela Equipe Gestora, dos temas sugeridos e organização dos assuntos a serem tratados, em cada reunião formativa, inserindo esses temas no cronograma de reuniões e divulgando junto às pautas e datas para a equipe docente.	- Definição dos temas a serem trabalhados nas reuniões formativas e inserção destes no cronograma de reuniões de cada bimestre.
Ação 4: Reuniões de Módulo II voltadas à formação continuada	Organização de grupos de estudos entre os professores em cada reunião formativa para leitura e debate de artigos acadêmicos; indicação de professores, conforme suas especialidades de estudos, para condução de reuniões com pautas formativas; convite a especialistas e a instituições externas para mediação do debate, quando necessário.	- Realização de reuniões com propostas de momentos de formação continuada.
Ação 5: Avaliação semestral dos resultados alcançados com os momentos formativos	Coletas de relatos de experiência nas reuniões coletivas, análise de resultados e indicadores de aprendizado dos estudantes, seminário de boas práticas.	- Avaliação semestral das aplicações dos momentos de formação.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Como proposta metodológica norteadora para a organização do PAE, foi utilizada a metodologia 5W2H, que é uma ferramenta de gestão criada para solucionar problemas relacionados aos processos metodológicos das empresas, que auxilia no planejamento e na execução de atividades, de forma clara e eficiente. O nome 5W2H refere-se às iniciais de sete perguntas que devem ser respondidas para eliminar quaisquer incertezas sobre as ações necessárias. Essas iniciais correspondem a questões em inglês, permitindo que a ferramenta identifique os responsáveis pelas atividades, o que precisa ser feito, o prazo para realização, o custo envolvido, os motivos para executá-las e o momento de sua realização (Lucinda, 2016).

Ao responder a essas perguntas, é possível criar um plano de ação detalhado que defina claramente as tarefas, responsabilidades, prazos e recursos necessários para a execução de um projeto. Essa abordagem reduz incertezas e aumenta a produtividade, pois todos os envolvidos têm uma compreensão precisa do que precisa ser feito e como proceder (Paula, 2015). Silva (2017, p. 14), revela que "[...]a praticidade e eficiência do 5W2H é a principal característica da aplicabilidade desse método". O quadro abaixo exhibe com detalhes as questões norteadoras do 5W2H:

Quadro 14 - Princípio do método 5W2H

	Termo Original	Traduzido	Ação
5W	What?	O quê?	O que vai ser realizado?
	Why?	Por quê?	Por que isso será realizado?
	Where?	Onde?	Onde essa ação será desenvolvida?
	When?	Quando?	Quando essa ação será realizada?
	Who?	Quem?	Quem é o responsável por isso?
2H	How?	Como?	Como essa ação será feita?
	How Much?	Quanto?	Quanto custará para se fazer essa atividade?

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de Lucinda (2016).

A aplicação do 5W2H é bastante flexível e pode ser utilizada em diversos contextos dentro de uma empresa, desde o planejamento estratégico até atividades rotineiras. Para implementá-la, pode-se utilizar ferramentas simples como planilhas eletrônicas ou quadros brancos, em que as sete perguntas são dispostas em colunas, facilitando a comunicação e o acompanhamento das tarefas pela equipe (Paula, 2015).

Segundo Lucinda (2016), a ferramenta 5W2H opera como uma espécie de checklist, composto por atividades claras e bem definidas, que devem ser executadas em um projeto. Essa metodologia permite sintetizar as tarefas diárias, contribuindo para o planejamento, a

organização das responsabilidades, a definição dos elementos que compõem um plano de ação e o registro de prazos para sua execução.

Além disso, o 5W2H é uma ferramenta útil para orientar decisões relacionadas à implementação de um plano de melhorias, oferecendo uma forma estruturada, planejada e precisa de organizar as ideias (Araújo, 2017), o que torna a organização das ações clara, objetiva e com funções delegadas aos sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento da ação. Isso assegura que as ações propostas incluam todos os detalhes indispensáveis para a execução do projeto, sem perder a simplicidade e a facilidade de compreensão (Meira, 2003).

Nesse sentido, o método 5W2H pode ser amplamente utilizado na pesquisa em educação, oferecendo diversas funcionalidades que contribuem para o sucesso do planejamento, execução e avaliação de projetos educacionais. Assim, partiu-se desses princípios para a organização do PAE. As ações propostas serão apresentadas e discutidas nas seções seguintes.

4.1 AÇÃO 1: ESTUDO E PLANEJAMENTO PELA EQUIPE GESTORA

A primeira ação é decorrente da necessidade observada de momentos de estudos da equipe gestora. A proposta é organizar momentos mensais de estudos de documentos orientadores de reuniões pedagógicas da SEE/MG, resoluções e artigos acadêmicos entre os membros da equipe gestora, para que seja feita uma organização alinhada e detalhada das pautas das reuniões, e posterior divulgação das pautas para os professores, por e-mail institucional, quadro de avisos e aplicativos de conversas em grupos da escola online.

A necessidade de planejamento e de reuniões com os membros da Equipe Gestora é destacada no documento “Diretrizes Reuniões Pedagógicas”, no qual se frisa a responsabilidade do gestor(a) escolar de delegar tarefas de forma planejada e atribuir, gradualmente, responsabilidades à equipe pedagógica, com o objetivo de fortalecer a atuação de todos os integrantes na organização escolar. O documento sugere a realização de reuniões periódicas com a equipe pedagógica, garantindo objetividade e clareza no direcionamento. O objetivo dessas reuniões é definir ações, elaborar cronogramas e estabelecer pautas para as agendas coletivas, contribuindo para um planejamento eficiente e evitando a sobrecarga individual. O documento, também, destaca que a gestão tenha pleno domínio sobre os documentos escolares, como Regimento Interno, PPP, Planos de Ação e Resoluções vigentes (Minas Gerais, 2023a). O quadro abaixo descreve o detalhamento da ação.

Quadro 15 - Ação 1: Estudo e planejamento pela equipe gestora

<i>What? (O quê?)</i> O que vai ser realizado?	Estudo das legislações, resoluções e artigos acadêmicos.
<i>Why? (Por quê?)</i> Por que isso será realizado?	O trabalho mostrou a necessidade de que a equipe gestora estude junto para estar alinhada com os temas a serem trabalhados nas reuniões.
<i>Where? (Onde?)</i> Onde essa ação será desenvolvida?	Na escola.
<i>When? (Quando?)</i> Quando essa ação será realizada?	Na primeira semana de cada mês do calendário letivo.
<i>Who? (Quem?)</i> Quem é o responsável por isso?	Pela equipe gestora (Direção, Vice-direção e EEBs)
<i>How? (Como?)</i> Como essa ação será feita?	Será feita uma reunião mensal entre a equipe gestora para estudo conjunto das temáticas a serem discutidas nas reuniões de Módulo II, dentre estudos de resoluções, projetos e artigos acadêmicos.
<i>How much? (Quanto?)</i> Quanto custará para se fazer essa atividade?	Não há custo financeiro adicional. O cumprimento acontece dentro do cumprimento das horas extra-classe.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Pretende-se, com essa ação, alinhar a teoria e a prática na formação continuada docente, partindo-se, primeiramente, da organização da Equipe Gestora para conduzir esses momentos formativos. A organização pela equipe gestora faz-se necessária por ser atribuição da equipe gestora e EEBs a organização das reuniões de Módulo II, conforme “Diretrizes Reuniões Pedagógicas” (Minas Gerais, 2023a).

Oliveira e Alvarado-Prada (2008) enfatizam a importância da equipe gestora como mediadora e facilitadora do diálogo entre os professores. Essa mediação envolve criar condições para encontros produtivos, estimular reflexões críticas sobre práticas pedagógicas e promover uma cultura de cooperação. A equipe gestora atua como elo entre as políticas educacionais e a realidade da escola, garantindo que a formação em serviço seja contextualizada e alinhada com as demandas institucionais.

A importância de se articular teoria e prática na formação docente remete à Gatti (1992), juntamente à necessidade de valorizar a formação continuada como um meio essencial para promover avanços na educação.

Gatti (1992), também, enfatiza que a formação continuada deve ser vista como um processo dinâmico e permanente, por meio do qual os professores possam não apenas atualizar seus conhecimentos, mas também compartilhar experiências, refletir sobre os desafios enfrentados no dia a dia e buscar soluções coletivas. Ela considera esse espaço

formativo como uma oportunidade de ressignificar a prática pedagógica, incorporar inovações e responder às mudanças constantes nas demandas sociais e educacionais.

A proposta de Gatti (1992), nesse sentido, destaca que a valorização da formação continuada não deve ser apenas um compromisso individual dos professores, mas sim uma responsabilidade compartilhada, com as instituições de ensino e os sistemas educacionais, que devem criar condições adequadas para que essa formação ocorra de maneira eficaz e significativa, cabendo, também, à Equipe Gestora da escola uma organização atenta e alinhada para o desenvolvimento dessa ação.

A próxima seção apresenta a ação voltada ao diagnóstico das necessidades formativas.

4.2 AÇÃO 2: DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES FORMATIVAS

A segunda ação traz definições sobre a coleta dos temas a serem estudados nos momentos formativos. Inicialmente, pensou-se em fazer o levantamento dos assuntos de interesse por meio de questionários ou de enquetes enviadas aos professores. No entanto, o desenvolvimento desse estudo nos mostrou que os professores devem ser mais ouvidos. Assim, a proposta do levantamento de temas é que seja feita nas próprias reuniões coletivas, por meio de rodas de conversa com os professores para identificar os principais desafios pedagógicos e temáticas de interesse. Os EEBs devem planejar e executar reuniões coletivas e colaborativas, promovendo, sempre que possível, reuniões por área e subáreas (Minas Gerais, 2024). Sendo assim, a participação destes na coleta, condução e diagnóstico dos temas de necessidade formativa é imprescindível. O quadro 16 demonstra o detalhamento dessa ação.

Quadro 16 - Ação 2: Diagnóstico das necessidades formativas

(continua)

<i>What? (O quê?)</i> O que vai ser realizado?	Levantamento dos temas a serem estudados pela equipe de professores nas reuniões coletivas de Módulo II.
<i>Why? (Por quê?)</i> Por que isso será realizado?	É necessário focar no estudo dos temas dos quais os professores sentem maior necessidade em sua prática pedagógica.
<i>Where? (Onde?)</i> Onde essa ação será desenvolvida?	Na escola.
<i>When? (Quando?)</i> Quando essa ação será realizada?	Na primeira reunião coletiva de cada bimestre do calendário letivo.
<i>Who? (Quem?)</i> Quem é o responsável por isso?	Pela equipe gestora (Direção, Vice-direção e EEBs)

Quadro 16 - Ação 2: Diagnóstico das necessidades formativas

(conclusão)

<i>How? (Como?)</i> Como essa ação será feita?	Por meio de conversa com os professores na primeira reunião de cada bimestre, questionando-os sobre os temas de interesse e documentando as sugestões em ata.
<i>How much? (Quanto?)</i> Quanto custará para se fazer essa atividade?	Dentro do cumprimento das horas extra-classe.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos temas no início de cada bimestre faz-se necessária para melhor organização das reuniões daquele período e que permite um acompanhamento do planejamento mais amigável dos processos a serem analisados.

O levantamento de temas de interesse aos professores e a coleta dessas informações por meio da conversa, remete às abordagens defendidas por Nóvoa (1991b). O autor apresenta uma perspectiva sobre formação continuada que coloca o professor no centro de um processo coletivo e reflexivo, enfatizando que a formação não deve ser um ato isolado ou meramente técnico, mas sim uma prática social e crítica.

Nóvoa (1991b) defende que a formação docente deve ocorrer em espaços colaborativos nos quais os professores possam compartilhar experiências, construir conhecimento em conjunto e aprender uns com os outros. Esse processo coletivo fortalece a identidade profissional e incentiva a troca de práticas bem-sucedidas e a superação de desafios comuns.

Assim como Gatti (1992), Nóvoa (1991b) ressalta a importância de articular a teoria com a prática. Ele acredita que a formação deve promover um diálogo constante entre os conhecimentos teóricos e as realidades concretas da sala de aula, possibilitando que os professores desenvolvam práticas pedagógicas fundamentadas e inovadoras.

A próxima seção demonstra como serão as definições dos temas a serem abordados nas reuniões formativas.

4.3 AÇÃO 3: DEFINIÇÃO E PLANEJAMENTO DOS TEMAS A SEREM ABORDADOS NAS REUNIÕES VOLTADAS À FORMAÇÃO CONTINUADA

A partir do levantamento dos temas sugeridos pelos professores e o respectivo registro dessas sugestões, propõe-se que a equipe gestora analise os temas e organize-os, conforme

necessidade e relevância, para pautas das reuniões dentro do cronograma de reuniões anual. É preciso que a gestão escolar estruture a definição do foco formativo, priorizando aqueles que integrem teoria e prática, como práticas reflexivas, avaliação formativa ou metodologias ativas, por exemplo, de acordo com as sugestões dos professores.

Com a definição dos temas, é preciso atenção especial na elaboração do cronograma: definir, dentro do cronograma anual de reuniões, as datas que possibilitem momentos para discussão coletiva de temas voltados à formação, deixando essas datas reservadas para esses momentos, haja vista que algumas datas já vêm com suas pautas definidas pela SEE/MG, na resolução anual de calendário escolar, como ocorre com Conselhos de Classe e com Reuniões de Pais/Responsáveis, o que impossibilita trabalhar a formação continuada nessas ocasiões.

É função do EEB “[...] estudar orientar e promover a capacitação dos professores para a implementação da proposta pedagógica” (Minas Gerais, 2023a, p. 17), sendo o principal profissional responsável pela organização e definição dos temas de estudos formativos, a partir do levantamento coletado com os professores. A pauta da reunião deve estar aberta à sugestão dos professores:

A pauta das reuniões deve estar aberta às sugestões e mudanças, podendo ser adequadas à realidade e ao contexto. Cabe ao EEB, selecionar o tema a ser estudado com base nas necessidades do momento. Para isso, é importante consultar o calendário pedagógico e a equipe docente sobre a rotina, investigar quais ações têm funcionado e quais não deram certo e podem ser aprimoradas (Minas Gerais, 2023a, p.18).

O quadro 17 a seguir descreve a ação organizacional das pautas formativas:

Quadro 17 - Ação 3: Definição e planejamento dos temas a serem abordados nas reuniões

(continua)

<i>What? (O quê?)</i> O que vai ser realizado?	Definição e divulgação das pautas e dos temas a serem trabalhados em cada reunião do cronograma anual.
<i>Why? (Por quê?)</i> Por que isso será realizado?	É necessário planejamento das datas em que serão trabalhados cada pauta, pois algumas já vêm marcadas pela SEE/MG, como Conselhos de Classe e Reuniões de Pais/Responsáveis.
<i>Where? (Onde?)</i> Onde essa ação será desenvolvida?	Na escola.
<i>When? (Quando?)</i> Quando essa ação será realizada?	Na primeira reunião de estudos mensal da equipe gestora.

Quadro 17 - Ação 3: Definição e planejamento dos temas a serem abordados nas reuniões

(conclusão)

Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?	EEBs
How? (Como?) Como essa ação será feita?	Por meio da análise das sugestões de temas, dadas pelos professores, no início de cada bimestre e da disponibilidade de datas, que não estejam reservadas para temas definidos, em resolução de calendário pela SEE/MG, a equipe gestora fará a definição detalhada de cada pauta, que será enviada por e-mail, mensal, aos professores, dentro do Cronograma de Reuniões Anual.
How much? (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?	Dentro do cumprimento das horas extra-classe.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da organização dessas pautas e datas, parte-se para a próxima ação, que é a execução propriamente dita das reuniões formativas.

4.4 AÇÃO 4: REUNIÕES DE MÓDULO II VOLTADAS À FORMAÇÃO CONTINUADA

A organização das reuniões, com pautas voltadas aos momentos de formação continuada, segue as propostas apresentadas por Oliveira e Alvarado-Prada (2008) e Oliveira-Formosinho (2009).

Oliveira e Alvarado-Prada (2008) destacam que a formação em serviço deve ocorrer em espaços colaborativos, nos quais professores possam interagir, trocar experiências e aprender uns com os outros. Esses espaços são fundamentais para a construção coletiva do conhecimento e para a superação de desafios pedagógicos. A formação em serviço, segundo os autores, tem um caráter coletivo e contínuo, permitindo que os professores desenvolvam não apenas competências técnicas, mas também habilidades interpessoais e uma visão integrada do processo educativo.

Oliveira-Formosinho (2009) defendem que a formação em contexto deve adotar metodologias participativas, que envolvam os professores ativamente no processo formativo. Essas metodologias permitem que os professores reflitam criticamente sobre suas práticas, identifiquem áreas de melhoria e desenvolvam estratégias pedagógicas inovadoras. A formação em contexto busca alinhar o desenvolvimento profissional dos professores com a prática pedagógica diária. Isso significa que o aprendizado ocorre no próprio ambiente de

trabalho, considerando as especificidades do contexto escolar e as demandas da comunidade escolar.

A reunião coletiva de Módulo II deve ser conduzida pelo Especialista em Educação Básica, em colaboração com a Gestão Escolar e com outros integrantes da equipe pedagógica. Mas pode ser convocada por iniciativa dos próprios professores interessados em formar grupos de trabalho para desenvolver projetos pedagógicos ou debater questões educacionais (Minas Gerais, 2023a).

O quadro 18, a seguir, traz a descrição organizacional das reuniões voltadas à formação continuada:

Quadro 18 - - Ação 4: Reuniões de Módulo II voltadas à formação continuada

What? (O quê?) O que vai ser realizado?	Reuniões de Módulo II coletivo com pautas voltadas à formação continuada docente.
Why? (Por quê?) Por que isso será realizado?	Para atender às demandas formativas levantadas pela equipe docente e melhorar o aprendizado dos alunos em sala de aula.
Where? (Onde?) Onde essa ação será desenvolvida?	Na escola.
When? (Quando?) Quando essa ação será realizada?	No decorrer do ano, nas datas de reuniões reservadas para essa pauta formativa, conforme organização da Equipe Gestora.
Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?	Equipe Gestora (Direção, Vice-direção e EEBs)
How? (Como?) Como essa ação será feita?	Realização das reuniões com: - Organização dos professores em grupos de estudos, de 5 a 6 membros cada, conforme afinidade de turmas ou de disciplinas para leitura e para debate de artigos acadêmicos sobre os temas definidos e posterior debate no grupo maior; - Mediação de reuniões pelos próprios professores, sendo protagonistas de sua formação em contexto, definindo, previamente, professores que irão mediar reuniões, escolhidos pelo grupo de professores a cada bimestre de acordo com suas especialidades formativas; - Parcerias com palestrantes e instituições para mediação de temas, conforme necessidade de convidados externos, como por exemplo o CREI que é responsável por capacitações da educação inclusiva na Rede Estadual
How much? (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?	Dentro do cumprimento das horas extra-classe.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para a estruturação dos grupos de estudos nas reuniões, a proposta é dividir os professores em pequenos grupos de 5 a 6 membros com base em afinidades temáticas ou

séries de atuação, uma sugestão dada pelos professores na roda de conversa desta pesquisa. A equipe gestora deve nomear facilitadores em cada grupo, que podem ser membros da equipe gestora ou professores experientes. A equipe gestora deve selecionar textos teóricos, estudos de caso, artigos, etc, e propor atividades práticas relacionadas ao cotidiano escolar.

Cada encontro deve ser iniciado pela equipe gestora com uma breve contextualização sobre os objetivos da formação e, em seguida, conduzir os grupos de estudo para discutir os textos selecionados, que após discussão em pequenos grupos, devem compartilhar experiências com o grupo maior.

A equipe gestora, também, deve propor que os professores implementem em sala de aula as estratégias discutidas nos encontros e estimular o diálogo entre os grupos de estudo e a equipe gestora, promovendo articulação e coesão entre os diferentes segmentos da escola.

Além dos grupos de estudos, os momentos formativos, também, podem ser conduzidos por algum (s) professor(es) que tenha conhecimento sobre um determinado tema que precisa ser trabalhado, assim como estabelecer parcerias entre a escola e instituições de ensino, ou palestrantes, para convite de convidados externos, quando necessário.

Essas propostas reforçam a ideia de que a formação continuada precisa estar diretamente ligada ao contexto real de trabalho dos professores, para que suas práticas sejam constantemente aperfeiçoadas em benefício da qualidade da educação.

A próxima seção descreve como será a avaliação dos momentos de formação proporcionados na escola.

4.5 AÇÃO 5: AVALIAÇÃO SEMESTRAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS COM OS MOMENTOS FORMATIVOS

O objetivo dessa ação é avaliar o impacto das reuniões pedagógicas formativas no desenvolvimento dos professores, a fim de verificar se as ações implementadas pelos professores em sala de aula estão alinhadas aos objetivos da formação. A avaliação é importante, pois:

O feedback ou devolutiva é uma estratégia que possibilita a reflexão dos participantes e melhoria contínua da prática pedagógica do coletivo. Ele pode ser realizado com diferentes instrumentos de mensuração. Deve-se registrar em ata o resultado da avaliação aplicada após as reuniões, permitindo a reflexão coletiva sobre seu aprendizado pedagógico. Esse documento deverá permanecer arquivado na instituição escolar, em livro

próprio. O registro é um instrumento de monitoramento da gestão, que poderá estudar seu percurso para fins de melhoria constante do processo educativo (Minas Gerais, 2023a, p.21).

Buscando-se esse *feedback* e dados concretos para a avaliação, foi descrita a ação detalhada no quadro 19 a seguir:

Quadro 19 - Ação 5: Avaliações dos momentos formativos realizados

What? (O quê?) O que vai ser realizado?	Avaliação e checagem dos resultados das formações ofertadas.
Why? (Por quê?) Por que isso será realizado?	Para avaliar a relevância dos temas trabalhados dentre o aprendizado do aluno, que é o principal objetivo da preparação do professor.
Where? (Onde?) Onde essa ação será desenvolvida?	Na escola.
When? (Quando?) Quando essa ação será realizada?	Ao final de cada semestre.
Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?	Equipe Gestora (Direção, Vice-direção e EEBs)
How? (Como?) Como essa ação será feita?	- Por meio da análise de planejamentos de aulas e execuções destas, pelos EEBs, com visitas às salas de aula e conferência do planejamento da equipe docente. - Análise de resultados internos e de avaliações externas pelos EEBs junto aos professores para acompanhamento da aprendizagem dos alunos e averiguação da influência dos momentos formativos no desempenho em sala de aula, conforme orientações do documento “Diretrizes Reuniões Pedagógicas”, (Minas Gerais, 2023^a). - Conversa com a equipe docente, na última reunião de Módulo II de cada semestre, sobre o <i>feedback</i> das reuniões formativas e seus resultados, com registro em ata.
How much? (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?	Dentro do cumprimento das horas extra-classe.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da identificação desses aspectos, pode-se implementar melhorias para o próximo ciclo de reuniões pedagógicas, por meio da redefinição de temas e de estratégias com base nos *feedbacks* e na avaliação dos resultados. A partir de então, pode-se fortalecer práticas pedagógicas que se mostraram eficazes e ajustar as que apresentaram fragilidades.

O aprimoramento deve ser contínuo, buscando-se ampliar a participação dos professores nos processos de escolha temática e condução das reuniões, reforçando o protagonismo docente.

A equipe gestora deve estar sempre alinhada, buscando propiciar os momentos formativos na escola, mas é preciso, ainda, que políticas públicas voltadas ao incentivo da formação continuada docente, também, sejam desenvolvidas, como discutido nas considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho buscou analisar como as reuniões do Módulo II, previstas na legislação educacional de Minas Gerais, podem ser utilizadas como espaços para a formação continuada dos professores, a partir de uma revisão de literatura sobre os principais autores, confrontando com as sugestões dos professores desta escola por meio de uma roda de conversa. Os resultados obtidos reforçam a relevância dessas reuniões para o fortalecimento da prática docente, desde que bem planejadas e direcionadas para o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade educacional.

Ao longo do estudo, foi evidenciada a necessidade de um planejamento mais estruturado e colaborativo das reuniões de Módulo II. A participação ativa dos professores, em conjunto com a equipe gestora, é fundamental para transformar esses momentos em espaços formativos que dialoguem com as necessidades da escola e da comunidade escolar. Essa abordagem permite não apenas a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, mas também a construção de soluções coletivas para os desafios educacionais.

Os registros analisados demonstraram avanços significativos na organização das reuniões ao longo do período pesquisado. Observou-se uma evolução no aproveitamento das pautas, que passaram a incluir temáticas mais relevantes e conectadas à formação continuada, como o uso de metodologias ativas, a inclusão escolar e a utilização de ferramentas tecnológicas no ensino. Tais iniciativas demonstram que, quando bem estruturadas, as reuniões podem se tornar potentes instrumentos de aprimoramento das práticas docentes.

A pesquisa, também, revelou desafios que precisam ser enfrentados para o melhor aproveitamento do Módulo II. Entre eles, destacam-se a construção de pautas que contemplem as demandas individuais e coletivas dos professores e a ampliação da participação dos EEB na mediação desses encontros. Outro ponto crucial é garantir que as diretrizes e os objetivos dessas reuniões sejam claramente comunicados e alinhados com o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Este estudo contribui para o campo da gestão e formação continuada ao destacar que o sucesso do Módulo II depende de uma equipe participativa. As reuniões precisam ser planejadas com intencionalidade pedagógica, priorizando a formação em serviço como um processo coletivo e contextualizado. A prática reflexiva, a troca de experiências entre os professores e a construção de um ambiente de formação colaborativa emergem como pilares fundamentais para o fortalecimento do desenvolvimento profissional.

A Equipe Gestora tem um papel crucial na condução desses momentos formativos, mas é preciso políticas públicas de parcerias com instituições de ensino superior e pós-graduações para propiciar o diálogo entre a teoria e a prática educacional, além de ampliar o incentivo à formação continuada para além das reuniões coletivas.

Por fim, as descobertas desta pesquisa apontam para a necessidade de continuidade dos estudos sobre a formação em serviço e sua relação com a gestão escolar. O PAE pode ser aplicado em outras escolas para além da EEMC, uma vez que foram identificadas diversas fragilidades e pontos de atenção em reuniões coletivas de professores, a partir da análise de outras pesquisas.

Observa-se que as mudanças para formatos de reuniões com pautas formativas virão a longo prazo, frente aos desafios de combinar as organizações das pautas com a grande quantidade de demandas da SEE/MG. Torna-se necessário uma ampliação desse debate com a Secretaria, para melhor sincronizar demandas externas e internas das escolas.

Sugere-se que futuras investigações explorem formas de integrar ainda mais a formação docente aos desafios específicos de cada contexto escolar, bem como o impacto dessas iniciativas na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos.

Além disso, é recomendável que sejam desenvolvidos instrumentos de avaliação para mensurar a efetividade das reuniões do Módulo II como espaços de formação continuada. Essas ações são essenciais para consolidar a formação em serviço como uma prática efetiva e transformadora no âmbito da educação pública.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Lei prorroga vigência do Plano Nacional de Educação até dezembro de 2025**. Agência Senado, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/26/lei-prorroga-vigencia-do-plano-nacional-de-educacao-ate-dezembro-de-2025> Acesso em 10 jan. 2025.
- ALBUQUERQUE, M. da C. B. de. **A Escola Estadual Cristo Rei e o GESTAR II: apropriações de um programa de formação continuada**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2015.
- ALVARADO-PRADA, L. E., FREITAS, T. C., FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.10, n.30, p.367-387, 2010.
- ALVARADO-PRADA, L. E. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997.
- ALVARADO-PRADA, L. E. Formação continuada de professores em serviço: formação de formadores. In: MONTEIRO, A. F.; MULLER, R. M. L. **Profissionais da educação: políticas, formação e pesquisa**. Cuiabá: EDUFMT, 2006. p. 116-136.
- ANDRADE, A. L. P. A.; MARIHAMA, D.K.A.; NEVES, M. O.; SALVADOR, W. (Orgs.). **Gestão educacional e formação docente**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020. Disponível em: https://www.caedjus.com/wp-content/uploads/2020/08/LIVRO_Gestao_educacional_e_formacao_docente_vol_2.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ARAÚJO, A.L. S. **Gestão da Qualidade: implantação das ferramentas 5S's e 5W2H como plano de ação no setor de oficina em uma empresa de automóveis na cidade de João Pessoa-PB**. João Pessoa, 2017 Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia de Produção Mecânica) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2003.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994
- BRANDÃO, C. R. **Educação: um processo para a cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação e a década da educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024**. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-07-25;14934> Acesso em: 15 jan. 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 05 maio 2025

COLMENARES, R. C. *La andragogía en la educación superior*. **Educere**, v. 11, n. 36, 2007, pp. 383-388. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-00872007000200008 Acesso em: 12 jan. 2025.

CZEKALSKI, R. A. **Apropriação pedagógica da hora-atividade como espaço para formação de professores em serviço**: um estudo sobre a organização do trabalho docente em Telêmaco Borba – PR. Dissertação da Universidade Estadual de Londrina, Pós-graduação em Educação, Londrina, 2008.

ESCOLA ESTADUAL MARIE CURIE. **Livro de Ata das Reuniões de Módulo II**. Minas Gérias, 2023.

ESCOLA ESTADUAL MARIE CURIE. **Livro de Ata das Reuniões de Módulo II**. Minas Gérias, 2024.

FONSECA, V. Importância das emoções na aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 563-572, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000300014 Acesso em: 12 jan. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A formação dos docentes: o confronto necessário professor x academia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.81, pp.70-74, 1992.

GATTI, B. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.98, pp 85-90, 1996.

GATTI, B. **Formação de professores e carreira**; problemas e movimentos de renovação. Campinas: Autores associados, 2000.

LOPES, A. L. A. C. **Um novato lá na sala, tem que pegar ele também, tia. Escreve tudo agarrado!** A escuta das enunciações sobre o aprender nas conversas com crianças. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2018.

LUCINDA, M. A. **Análise e melhoria de processos** - uma abordagem prática para micro e pequenas empresas. Simplíssimo Livros Ltda, Porto Alegre, 2016.

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 74, p. 77-96, abr.2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEIRA, R. C. **As ferramentas para a melhoria da qualidade**. 2 ed. Porto Alegre: SEBRAE, 2003.

MERCÊS, S. F. de A. **A hora-atividade como espaço para a formação continuada de professores no âmbito das escolas estaduais da Regional Ouro Preto do Oeste (RO)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2018.

MINAS GERAIS. **Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977**. Contém o Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 1977. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/7109/1977/?cons=1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Lei nº15.293 de 05 de agosto de 2004**. Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Belo Horizonte, MG, 05 ago. 2004. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira/lei/min/;PORTAL_SESSIONID=6584EDD3AD5DCBCAC918DA146AB3B516.worker2?tipo=lei&num=15293&ano=2004&comp=&cons=0 Acesso em: 22 abr. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de Boas Práticas dos Especialistas em Educação Básica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG, 2010. Disponível em: <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2018/04/caderno-de-boas-praticas-eeb.pdf> Acesso em: 08 abr. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei Ordinária nº 20.592 de 28 de dezembro de 2012**. Altera as Leis nºs 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica

do Estado, e 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências. Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2012. Belo Horizonte, MG, 2012. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/20592/2012/> Acesso em: 26 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Gabinete da Secretaria. Ofício **Circular nº 1.801, de 06 junho de 2013**. Orienta sobre a carga horária do professor destinada as atividades extraclasse. Belo Horizonte, MG, 2013a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Decreto nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013**. Regulamenta a carga horária semanal de trabalho dos professores de educação básica no estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2013b. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/119162743/DECRETO-N%C2%BA-46-125-de-04-de-janeiro-de-2013#:~:text=Este%20decreto%20regulamenta%20a%20carga%20hor%C3%A1ria%20semanal%20de,para%20atividades%20extraclasse%20como%20planejamento%2C%20capacita%C3%A7%C3%A3o%20e%20reuni%C3%B5es._ Acesso em: 10 maio 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Gabinete da Secretaria. Ofício **Circular nº 2.663, de 13 de setembro de 2016**. Orienta sobre o cumprimento de 1/3 da carga horária do professor destinada as atividades extraclasse. Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/ofc3adcio-circular-2663-2016-cumprimento-de-carga-horc3a1ria-destinada-c3a0s-atividades-extraclasse-4.pdf> Acesso em: 26 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.310, de 17 de abril de 2020**. Instituiu o ensino híbrido como modelo educacional para os anos letivos de 2020 e 2021. Belo Horizonte, MG, 2020a. Disponível em: <https://srepousoalegre.educacao.mg.gov.br/index.php/home/institucional/quem-e-quem/9-noticias/156-resolucao-see-n-4-310-2020> Acesso em: 12 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Articulação Educacional - Assessoria de Inspeção Escolar. **Memorando-Circular nº 6/2020/SEE/SE – ASIE**. Acompanhamento do EEB no módulo II. Belo Horizonte, MG, 2020b. Disponível em: <https://sindespemg.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Memorando-Circular-06-Acompanhamento-do-EEB-no-m%C3%B3dulo-II-1-1-2.pdf> Acesso em: 07 abr. 2023

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação de Ações de Aprendizagem. **Memorando-Circular nº 1/2023/SEE/DIEF - COORD. AÇÕES EDUC**. Envio do documento “Diretrizes Reuniões Pedagógicas”. Belo Horizonte, MG, 26 jun.2023. Disponível em: <https://portaldoespecialista.educacao.mg.gov.br/reuni%C3%B5es-pedag%C3%B3gicas> Acesso em: 18 set. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 4.928, de 17 de novembro de 2023. Estabelece para a Rede Pública Estadual de Ensino de Educação Básica os procedimentos de ensino, diretrizes administrativas e pedagógicas do Calendário Escolar do ano de 2024. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, ano 131, n. 223, p. 30-31, 18 nov. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 4.968, de 23 de fevereiro de 2024. Estabelece normas para o cumprimento da carga horária destinada às atividades extraclasse pelo Professor de Educação Básica das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, ano 132, n. 37, p. 45, 24 fev. 2024.

MIZUKAMI, M. G. N., *et. al.* A reflexão sobre a ação pedagógica como estratégia de modificação da escola pública elementar numa perspectiva de formação continuada no local de trabalho. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 5., 1998. **Anais...** Águas de Lindóia: [s.N.], 1998. p.490 – 509.

MOURA, A. B. F; LIMA, M. da G. S. B. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v. 5, n. 15, p. 24-35, 2014.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

NÓVOA, A. Concepção e prática da formação continuada de professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Formação continuada de professores: realidade e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991a, pp. 09-32

NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1991b.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Lisboa: Porto, 1992.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.

OLIVEIRA, L. M. de. **A implementação das atividades extraclasse dos professores da Escola Estadual de Umburaninha – Bertópolis/MG e as possibilidades para a formação continuada**. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2021.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Fundamentos psicológicos para um modelo desenvolvimentista de formação de professores, **Revista da Associação Portuguesa de Psicologia**, nº.3, pp. 247-257, 1987.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J; KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Formação em contexto: uma estratégia de integração**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Desenvolvimento profissional dos professores, OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Coord.). **Formação de professores: aprendizagem profissional e ação docente**. Porto: Porto Editora, 2009a. pp. 221-284.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Introdução – Aprender em companhia: Uma pedagogia participativa. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J., COSTA, H., AZEVEDO, A.(Orgs.), **Limoeiros e laranjeiras: revelando as aprendizagens**, Coleção Aprender em Companhia, Lisboa: Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2009b. pp. 5-13.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; AZEVEDO, A.; MATEUS-ARAÚJO, M. A formação em contexto para a Pedagogia-em-Participação: um estudo de caso. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Coord.). **Desenvolvendo a qualidade em parcerias: estudos de caso**. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, pp. 81-98.

OLIVEIRA, V. F.; ALVARADO-PRADA, L. E. Construção de espaços coletivos de formação continuada de professores. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 9., 2008, Taguatinga. **Anais...** Taguatinga: ANPED, 2008. p. 1117-1131.

PACHECO, L. L. S.; FRAGA, M. E. de. A importância da formação continuada para o bom desempenho do docente. **Revista Faccat**, v. 10, n. 10, p. 1-10, 2014. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUADA%20PARA%20O%20BOM.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PAULA, G. B. de. **O que é 5W2H**: reduza incertezas, ganhe produtividade e aprenda como fazer um plano de ação. 2015. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/5w2h/> Acesso em: 17 jan. 2025.

PUENTE, S. O. *Fundamentos de la Andragogía y procesos cognitivos en personas adultas*. **Ciencia y Sociedad**, v. 45, n. 1, p. 25-36, 2020. Disponível em: <https://cienciaysociedaduatf.com/index.php/ciesocieuatf/article/view/43> Acesso em: 12 jan. 2025.

QEDU. *QEdu – Use dados. Transforme a educação*. Dados socioeconômico da Escola. São Paulo: Iede, 2025. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 01 maio 2025.

QUEIROZ, M. A. G. de. **As reuniões pedagógicas na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves em Frutal-MG**: um estudo sobre como possibilitar a formação continuada em serviço. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2020.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROSA, F. B. **Desenvolvimento profissional docente**: contribuições e limites de um processo formativo em um grupo colaborativo de professores de ciências da rede pública de Juiz de Fora (MG). 2017. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Don Quixote. 1992. pp.77-91

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem, Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, A. P. de S. **Reuniões pedagógicas como espaço de formação continuada em serviço**: estudo de caso da Escola Estadual Monte Sinai/Esmeraldas - MG. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de

Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2020.

SILVA, E. de Q. **Desafios vivenciados na organização dos horários de atividades extraclasse:** estudo de caso em uma escola estadual de Minas Gerais. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2018.

SILVA, J. L. Aplicação das ferramentas da qualidade para melhoria de processos produtivos estudo de caso em um centro automotivo. XXXV II ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Joinville, SC, 10 out. 2017.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. [online], n.13., p. 05 - 24, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

TARDIF, M. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. In: TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

APÊNDICE A – Roteiro para a realização da roda de conversa com os professores

Motivar o debate fazendo a leitura de alguma citação importante dos autores estudados. Exemplo: “A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos”. (NÓVOA, 1991, p.30)

Questão inicial:

Deixar todos falarem livremente sobre sua concepção de formação continuada, tendo o cuidado e a preocupação de não deixar fugir ao tema proposto.

Em seguida, seguir com as seguintes perguntas:

- Relate como é a organização das reuniões coletivas de Módulo II em sua escola.
- A escola proporciona momentos de formação continuada? Se sim, como ocorrem?
- Os momentos de formação com os professores acontecem individual, em pequenos grupos ou com o coletivo de professores?
- Os temas abordados são definidos de que forma?
- Os temas abordados atendem às necessidades dos professores?
- A seu ver, qual o principal problema na formação de professores na escola?
- Na sua avaliação, as atividades realizadas nas horas destinadas à formação continuada e/ou horas extraclasse individuais têm contribuído para o trabalho dos professores em sala de aula?
- Há participação dos professores na definição de atividades formativas dentro da hora destinada para formação continuada nos módulos coletivos e/ou horas extraclasse individuais?
- As formações oferecidas pela SEE/MG, na plataforma da Escola de Formação, atendem às necessidades pedagógicas do professor?
- As formações oferecidas pela escola, nas horas coletivas de Módulo II, atendem às necessidades pedagógicas do professor?
- As atividades propostas nas formações contribuem para melhorar sua atuação como professor? Cite uma que você utilizou com seus alunos. E diga: por que utilizou?

- Como você sugere que poderia ser a organização dos momentos formativos e a definição dos temas?